

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	5

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições Não Contábeis	7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	12
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	13
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	16
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	17
3.7 - Nível de Endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras Informações Relevantes	20

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	22
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	47
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	49
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	64
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	65
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	66
4.7 - Outras Contingências Relevantes	67
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	69

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	70
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	74
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	79
5.4 - Programa de Integridade	82
5.5 - Alterações significativas	86
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	87

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	88
6.3 - Breve Histórico	89
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	90
6.6 - Outras Informações Relevantes	91

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	92
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	105
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	106
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	107
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	116
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	117
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	120
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	121
7.8 - Políticas Socioambientais	122
7.9 - Outras Informações Relevantes	124

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	125
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	126
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	127

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	128
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	129
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	130
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	140
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	141
9.2 - Outras Informações Relevantes	142
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	143
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	163
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	166
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	167
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	172
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	178
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	179
10.8 - Plano de Negócios	180
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	182
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	183
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	184
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	185
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	197
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	202
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	205
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	206
12.7/8 - Composição Dos Comitês	210

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	215
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	216
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	217
12.12 - Outras informações relevantes	218

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	221
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	228
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	232
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	235
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	238
13.6 - Opções em Aberto	239
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	240
13.8 - Precificação Das Ações/opções	241
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	243
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	244
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	246
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	247
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	248
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	249
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	250
13.16 - Outras Informações Relevantes	251

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	255
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	258
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	259

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	261
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	262
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	263
15.3 - Distribuição de Capital	270
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	271
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	272
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	273
15.7 - Principais Operações Societárias	274
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	275
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	276
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	278
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	282
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	289
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	290
17.2 - Aumentos do Capital Social	291
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	292
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	293
17.5 - Outras Informações Relevantes	294
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	295
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	296
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	297

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	298
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	299
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	300
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	301
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	302
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	303
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	304
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	305
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	306
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	307
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	308
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	309
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	310
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	311
20.2 - Outras Informações Relevantes	313
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	314
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	316
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	318
21.4 - Outras Informações Relevantes	319

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Paulo Correa Junior

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Milton Lucato Filho

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

PAULO CORREA JUNIOR, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 05.952.323-3 (IFP/RJ), inscrito no CPF/ME sob o nº 926.420.477-68, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, na qualidade de Diretor Presidente da **C&A MODAS S.A.**, com sede na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

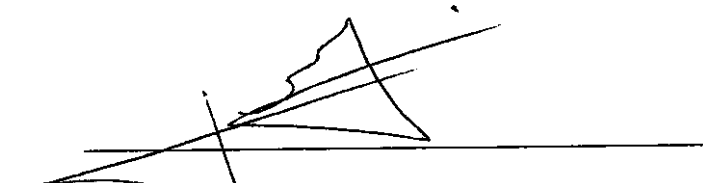


PAULO CORREA JUNIOR

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

MILTON LUCATO FILHO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.617.751-5 (SSP-SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 042.878.958-78, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, na qualidade de Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores da **C&A MODAS S.A.**, com sede na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



MILTON LUCATO FILHO

Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Data Início	01/01/2004		
Descrição do serviço contratado	Relativamente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S prestou serviços de (i) auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria; e (ii) trabalhos adicionais referentes à reapresentação das demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016. Adicionalmente, prestou serviços de revisão limitada das informações contábeis intermediárias relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2020 e auditoria de Créditos de PIS/COFINS.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço A remuneração dos auditores independentes relativa (i) à realização de procedimentos de auditoria para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e emissão de carta de recomendação foi de R\$666.850,00; e (ii) aos trabalhos adicionais relativos às reapresentações e à revisão e auditoria de saldos intermediários referente à abertura de capital foi de R\$1.345.180,00 e (iii) auditoria dos créditos de PIS/COFINS foi de R\$338.000,00.		
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes.		

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Waldyr Passetto Junior	01/01/2016	082.619.888-05	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (011) 25733000, Fax (011) 25733000, e-mail: waldyr.passetto@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	2.739.570.000,00	1.115.039.000,00	1.006.513.000,00
Ativo Total	6.037.092.000,00	3.478.337.000,00	3.394.299.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	5.285.176.000,00	5.166.360.000,00	5.035.610.000,00
Resultado Bruto	2.568.111.000,00	2.549.143.000,00	2.421.525.000,00
Resultado Líquido	971.993.000,00	173.636.000,00	96.880.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	308.245.068	1.035.720.002	1.035.720.002
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	8,887636	1,076582	0,971800
Resultado Básico por Ação	3,625300	0,167648	0,098669
Resultado Diluído por Ação	3,62	0,16	0,09

3.2 - Medições Não Contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por despesas relacionadas ao acionista controlador, despesas com royalties pagas ao acionista controlador, ganhos na operação de desconto de duplicatas de fornecedores, despesa (receita) com baixa de ativos e crédito extemporâneo de PIS/COFINS e pagamentos realizados relativos ao arrendamento mercantil, uma vez que as despesas com arrendamento mercantil (aluguéis) passaram a não mais impactar o EBITDA devido a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16).

A Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela Receita Líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo), como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os três últimos exercícios sociais:

(Em milhões de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019 ⁽¹⁾⁽²⁾	2018	2017
EBITDA ⁽¹⁾⁽²⁾	1.534,9	561,4	494,7
EBITDA Ajustado	633,1	635,0	556,2
Margem EBITDA Ajustado	12,0%	12,4%	11,0%

⁽¹⁾ Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações

3.2 - Medições Não Contábeis

contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. Desta forma, o EBITDA do período findo em 31 de dezembro de 2019 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R\$295,7 milhões, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R\$142,1 milhões referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).

⁽²⁾ O EBITDA do período findo em 31 de dezembro de 2019 foi impactado pelo reconhecimento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS no valor de R\$642,0 milhões (R\$663,5 milhões, conforme detalhados na nota explicativa 11 às demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, deduzidos de gastos advocatícios, de consultoria e auditoria).

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos a pagar a partes relacionadas e arrendamento mercantil (circulante e não circulante). A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida:

	Em 31 de dezembro de		
(Em milhões de reais)	2019	2018	2017
Dívida Bruta	1.587,7	909,3	852,0
Dívida Líquida	1.140,6	463,3	420,2

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA e o EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado para os três últimos exercícios sociais:

3.2 - Medições Não Contábeis

(Em milhões de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo)	972,0	173,6	96,9
(+/-) Impostos sobre o lucro	450,0	51,9	44,7
(+/-) Resultado financeiro líquido	(388,9)	130,7	155,2
(+) Depreciação e amortização	501,8	205,2	197,9
EBITDA⁽¹⁾⁽²⁾	1.534,9	561,4	494,7
(+/-) Despesa (receita) com baixa ativos e outras despesas operacionais ⁽³⁾	(4,0)	10,8	17,9
(+) Despesa com acionista controlador ⁽⁴⁾	3,2	4,0	6,1
(+) Despesa com Royalties ⁽⁵⁾	32,0	34,4	15,8
(+) Receita financeira de fornecedores ⁽⁶⁾	31,7	24,4	21,7
(-) Recuperação de créditos fiscais ⁽⁷⁾	(642,0)	-	-
(-) Pagamentos realizados relativos ao arrendamento mercantil ⁽⁸⁾	(322,6)	-	-
EBITDA Ajustado⁽⁹⁾	633,1	635,0	556,2
Receita líquida	5.285,2	5.166,4	5.035,6
Margem EBITDA Ajustado	12,0%	12,4%	11,0%

⁽¹⁾ Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. Desta forma, o EBITDA do período findo em 31 de dezembro de 2019 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R\$295,7 milhões, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R\$142,1 milhões referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).

⁽²⁾ O EBITDA do período findo em 31 de dezembro de 2019 foi impactado pelo reconhecimento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS no valor de R\$642,0 milhões (R\$663,5 milhões, conforme detalhados na nota explicativa 11 às demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, deduzidos de gastos advocatícios, de consultoria e auditoria).

⁽³⁾ Refere-se ao resultado na baixa de ativos e outras despesas operacionais, líquidas conforme divulgado nas notas explicativas 23.4 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza e 23.5 Outras (despesas) receitas

3.2 - Medições Não Contábeis

operacionais, líquidas, por natureza às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 .

⁽⁴⁾ Refere-se à gastos diversos com acionista controlador que cessarão após a realização da oferta pública inicial de ações da Companhia (“IPO”).

⁽⁵⁾ Refere-se a despesas com royalties pagas à parte relacionada COFRA AG pela utilização da marca C&A, tais despesas cessarão em 31 de dezembro de 2019.

⁽⁶⁾ Refere-se à receita financeira auferida pelo desconto de duplicatas de fornecedores. A Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante, assinatura de termo de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Os descontos são efetuados diretamente com a Companhia, sem o envolvimento de instituições financeiras intermediando a operação.

⁽⁷⁾ Refere-se ao impacto no lucro líquido pelo reconhecimento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS no valor de R\$642,0 milhões (R\$663,5 milhões, conforme detalhados na nota explicativa 11 às demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, deduzidos de gastos advocatícios, de consultoria e auditoria).

⁽⁸⁾ Refere-se ao pagamento de passivo de arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06(R2) Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019, líquidos de PIS/Cofins.

⁽⁹⁾ O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

(Em milhões de reais)	Em 31 de dezembro de		
	2019 ⁽¹⁾	2018	2017
Partes relacionadas - Empréstimos a pagar (circulante e não circulante)	-	907,5	849,9
Arrendamento mercantil (circulante)	357,9	0,2	0,3
Arrendamento mercantil (não circulante)	1.229,8	1,6	1,8
Dívida Bruta⁽²⁾	1.587,7	909,3	852,0
Caixa e equivalentes de caixa	(447,1)	(446,0)	(431,8)
Dívida Líquida	1.140,6	463,3	420,2

⁽¹⁾ Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).

⁽²⁾ A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

3.2 - Medições Não Contábeis

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores não contábeis utilizados pela administração da Companhia para aferir o seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem influência de despesas não diretamente relacionadas ao negócio, de itens considerados como não recorrentes pela Companhia e de outros impactos sem reflexo direto, no entendimento da Companhia, no fluxo de caixa.

A Companhia acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não devendo ser utilizados como base de distribuição de dividendos ou como substitutos ao lucro líquido e fluxo de caixa operacional, tampouco como indicadores de desempenho operacional ou de liquidez. Ademais, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Além disso, a Companhia informa que a partir de 1º de janeiro de 2020 não mais incorrerá com as despesas com o acionista controlador.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

A Companhia informa que, atendendo às determinações das autoridades competentes, fechou temporariamente todas as lojas. Desde que teve início a crise do COVID-19 (coronavírus), foi adotado um plano de contingenciamento conduzido por uma equipe multidisciplinar que trabalha pela prevenção e, também, para conter a proliferação de forma mais assertiva em caso de confirmação da doença, bem como da continuidade dos seus negócios.

Neste momento, dada a incerteza do cenário, não é possível mensurar os impactos econômicos futuros no resultado da Companhia. Contudo, diante dos fatos já ocorridos e ações governamentais em todo o país, é certo que haverá redução da demanda, embora não seja possível estimar em quanto, e, conseqüentemente, impacto nos resultados da Companhia no ano de 2020. Esses fatores podem também causar impactos na geração de caixa e na recuperabilidade de ativos, os quais, todavia, como já mencionado, não são presentemente mensuráveis.

A Companhia segue monitorando o assunto e acompanhando estritamente as recomendações das autoridades de saúde do país e da Organização Mundial de Saúde.

	2019	2018	2017
Regras sobre retenção de lucros	<p>Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva Estatutária de Lucros”, que terá por fim reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.</p>	<p>Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva Estatutária de Lucros”, que terá por fim reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.</p>	<p>Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva Estatutária de Lucros”, que terá por fim reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.</p>
Valores das retenções de lucros	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$972,0 milhões, cuja destinação está descrita abaixo:</p> <p>Reserva legal: R\$48,6 milhões Dividendo mínimo obrigatório: R\$230,8 milhões Reserva de lucros: R\$683,3 milhões</p>	<p>Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.</p>	<p>Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.</p>
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Reserva legal: 5,0% Dividendo mínimo obrigatório: 23,7%</p>	<p>Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.</p>	<p>Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.</p>

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
	Reserva de lucros:70,3%		
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
<p>Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando o órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>Durante o exercício de 2019, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.</p>	<p>Durante o exercício de 2018, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.</p>	<p>Durante o exercício de 2017, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.</p>

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	971.993.000,00	173.636.000,00	96.880.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	8,038432	39,690502	67,787985
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	2,852017	15,572191	9,625310
Dividendo distribuído total	78.133.000,00	68.917.000,00	65.673.000,00
Lucro líquido retido	683.258.000,00	104.719.000,00	31.207.000,00
Data da aprovação da retenção	26/06/2020		

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	78.133.000,00		68.917.000,00	21/02/2019	65.673.000,00	16/02/2018

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

O montante de proventos declarados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$68.846mil, a serem pagos a título de juros sobre capital próprio, valor este já líquido do imposto de renda retido na fonte.

O montante de juros sobre capital próprio declarados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$58.580 mil, também líquido do imposto retido na fonte. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

O montante líquido de juros sobre capital próprio declarados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$55.834 mil. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	3.297.522.000,00	Índice de Endividamento	1,20366408	
	0,00	Outros índices	0,41633815	Índice de alavancagem financeira Utilizamos o índice de alavancagem financeira, que compreende a Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$1.140,6 milhões dividida pelo Patrimônio Líquido, na mesma data, no montante de R\$2.739,6 milhões. Acreditamos que este indicador representa o nosso potencial de honrar nossas obrigações financeiras.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Quirografárias		357.891.050,00	579.366.921,00	361.443.798,00	288.978.488,00	1.587.680.257,00
Total			357.891.050,00	579.366.921,00	361.443.798,00	288.978.488,00	1.587.680.257,00

Observação

Os saldos apresentados acima referem-se à rubrica de arrendamento mercantil (circulante e não circulante) apresentados nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Conforme previsto em Estatuto Social, os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido de reserva legal e acrescido de reversão de reservas anteriormente formadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia registrou ganho de R\$827.159.000,00 (líquido dos efeitos tributários, como impostos diferidos passivos e da PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras) devido ao trânsito em julgado do mandado de segurança que reconheceu seu direito de não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS relativo ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2014. Esse ganho ainda não resultou no aumento de caixa da Companhia e, portanto, representa uma parcela financeira não realizada significativa em relação ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Embora a Administração tenha expectativa de compensar parte desse crédito com tributos vincendos ao longo de 2020 e, por este motivo registrou essa parcela como ativo realizável no próximo exercício, tal monetização não depende exclusivamente dos esforços da Companhia, mas de ações de terceiros, no caso a Secretaria de Receita Federal do Brasil.

A Lei das Sociedades por Ações, em seu artigo 202, institui o dividendo obrigatório, que consiste em parcela mínima do lucro líquido que, observadas as disposições legais e do Estatuto Social da Companhia, deve ser distribuída aos Acionistas. No caso da Companhia, seu Estatuto Social dispõe, em seu artigo 37, parágrafo 3º, que esta parcela corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Administração propôs e foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária que parte dos dividendos mínimos obrigatórios fosse retido com base no artigo 202, parágrafos quarto e quinto, da Lei das Sociedades por Ações, a ser distribuído quando a situação financeira da Companhia assim o permitir, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes. A respeito da citada retenção de parte do dividendo mínimo obrigatório para a constituição da Reserva Especial de Dividendos, a Companhia entende ser medida importante, adequada e prudente, considerando que: (i) o atual estágio de evolução da pandemia do Coronavírus, declarada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, determina medidas extraordinárias para contenção dos efeitos sociais e econômicos causados pela pandemia; (ii) no Brasil, tanto o Ministério da Saúde, quanto diversas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, recomendaram como medida de mitigação dos riscos da referida pandemia, que fossem adotadas pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais em todo o território nacional, medidas de distanciamento social, entre elas o fechamento de estabelecimentos comerciais e shopping centers, especialmente nas localidades onde foram registrados números mais expressivos de casos confirmados da doença; (iii) a Companhia atua essencialmente no segmento de varejo, um dos mais afetados pelas medidas que determinaram o fechamento dos estabelecimentos comerciais, no dia 22 de março de 2020 fechou todas as lojas físicas da Companhia; (iv) não é possível aos Administradores da Companhia, neste momento, estimar quando será permitida a retomada completa das atividades de todos os estabelecimentos, nem se quando da reabertura de todas as suas lojas, haverá restrições à circulação de pessoas que impeçam ou restrinjam o acesso de seus clientes aos seus estabelecimentos e tampouco como se comportarão os consumidores após a retomada das atividades; (v) os administradores da Companhia entendem que o fechamento de referidos estabelecimentos comerciais terá um impacto significativo no faturamento e, conseqüentemente, no caixa da Companhia, apesar de, neste momento, não ser possível estimar o montante deste impacto; (vi) em linha com a valorização das pessoas e a responsabilidade social, a

3.9 - Outras Informações Relevantes

Companhia está empenhada no propósito de mitigar, tanto quanto possível, eventuais impactos da pandemia no seu quadro de associados, bem como no cumprimento de obrigações financeiras e contratuais; e (vii) a referida situação determina medidas extraordinárias para contenção dos efeitos sociais e econômicos causados pela pandemia.

A seguir está demonstrada a parcela do lucro líquido realizada relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, bem como a proposta de retenção e parte dos dividendos mínimos obrigatórios como reserva de lucros a realizar, é demonstrada abaixo:

	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	971.993.000,00
Reserva Legal - 5% sobre o lucro líquido do exercício	<u>(48.600.000,00)</u>
Lucro líquido do exercício após constituição da reserva legal	<u>923.393.000,00</u>
Dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto - 25%	230.848.000,00

O dividendo mínimo obrigatório é composto como segue:

Juros sobre capital próprio (a)	78.133.000,00
(-) IRRF Sobre JSCP	(9.287.000,00)
Constituição de Reserva Especial de Dividendo	<u>162.002.106,89</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>230.848.000,00</u>

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus titulares.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco”.

(a) Riscos Relacionados à Companhia

Nós podemos enfrentar dificuldades em operar nossas lojas existentes e/ou abrir novas lojas, o que pode adversamente afetar nossas vendas e resultados operacionais.

Nossa agenda de crescimento depende de nossa habilidade de, com sucesso, operar nossas lojas existentes e/ou abrir novas lojas, o que está sujeito a diversos riscos e incertezas, muito dos quais estão além do nosso controle, incluindo, mas não se limitando à disponibilidade de locais desejáveis para lojas e disponibilidade e precisão de dados demográficos e de mercado, bem como nossa habilidade de determinar a demanda de nossos produtos, satisfazer as preferências de moda de nossos clientes, obter as licenças e autorizações governamentais necessárias, negociar contratos de locação em condições razoáveis, construir e equipar eficientemente as novas lojas, fornecer níveis suficientes de estoque para atender às necessidades de nossas lojas, integrar com sucesso novas lojas em nossos sistemas e operações existentes, acompanhar novos e atuais concorrentes, identificar pontos estratégicos de vendas, concluir projetos de construção e reforma de lojas, atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado, administrar o processo de expansão e implementar protocolos de proteção (como patrimonial, de valores e sanitários) para operar as lojas com a devida segurança.

Eventual abertura de novas lojas pode resultar em desafios de concorrência, marketing e distribuição; ainda, quando novas aberturas de lojas ocorrem em mercados onde já possuímos lojas, podemos experimentar uma redução nas vendas líquidas de lojas pré-existentes nesses mercados devido ao deslocamento de vendas, o que pode nos afetar adversamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventual expansão, construção e remodelação de lojas novas e existentes, conforme o caso, podem deteriorar nossas margens de lucro até que tais investimentos atinjam a maturidade e, conseqüentemente, podemos não ser capazes de manter o mesmo crescimento de vendas líquidas e lucro por metro quadrado, o que pode afetar negativamente nossos negócios, vendas e resultados operacionais.

Nossa agenda de crescimento está sujeita a riscos de gerenciamento de estoque, como variações climáticas, sazonalidade, mudanças nas preferências dos consumidores e tendências de moda.

Estamos sujeitos a vários riscos relacionados à reposição e otimização de estoque. Por exemplo, estamos sujeitos a riscos relacionados à sazonalidade, lançamento de novos produtos, mudanças rápidas nos ciclos e preços de produtos, produtos defeituosos ou avariados, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos, entre outros fatores. A demanda por nossos produtos pode mudar significativamente entre o momento da compra junto aos nossos terceiros e da venda para nossos clientes, o que pode reduzir nossa capacidade de vender nossos produtos mantidos em estoque.

A definição da coleção é um dos nossos principais diferenciais estratégicos em relação ao mercado e, portanto, a seleção de produtos, o apelo da marca de terceiros, a qualidade dos tecidos e as mudanças climáticas são considerados riscos estratégicos durante a construção da coleção. Não podemos fornecer qualquer garantia de que selecionaremos corretamente novos produtos a serem comprados ou que nossa estimativa inicial da demanda de qualquer produto será mantida ou precisa. Certos produtos que compramos podem exigir prazos de entrega mais longos e nossos fornecedores podem não aceitar devoluções ou trocas desses produtos.

Podemos não conseguir vender nossos produtos em quantidades suficientes ou vender quantidades acima do esperado durante os períodos de pico de vendas. Ainda, o manuseio incorreto ou armazenamento por tempo prolongado de peças em estoque, pode levar a obsolescência ou perda indesejada de parte destes produtos. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode causar ineficiência em nosso volume de estoque, gerar distorções no real inventário disponível para vendas e, ainda, afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Períodos prolongados de temperaturas mais altas durante o inverno ou mais frias durante o verão podem deixar uma parte do nosso inventário incompatível com as condições climáticas esperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem nos levar a vender o excesso de nossos estoques a preços descontados, reduzindo nossas margens, o que pode ter um efeito material negativo. Isso pode ser mais significativo nos casos de coleções de inverno, que têm preços médios mais altos.

Outro risco para o gerenciamento de estoques é a sazonalidade. Tipicamente, nossas vendas são desproporcionalmente maiores no quarto trimestre de cada ano fiscal devido ao aumento das vendas durante as temporadas de Natal e Black Friday. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, 33,5% de nossas vendas líquidas foram geradas no quarto trimestre. Como resultado, qualquer crise econômica, interrupção de nossos negócios ou de nossos fornecedores ou outras circunstâncias que afetem nossos negócios no último trimestre de qualquer exercício fiscal teria um efeito negativo desproporcional sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, para nos prepararmos para eventos comerciais, devemos comprar e estocar uma quantidade de peças maior do que a que temos em outras épocas do ano, além de contratar pessoal

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

temporário para nossas lojas. Qualquer redução não planejada da demanda por nossos produtos durante os períodos de pico de compras - ou mesmo o número de funcionários temporários contratados - pode nos obrigar a vender o estoque excedente a um preço substancialmente mais baixo, o que afetaria negativamente nossos resultados operacionais e condição financeira. Tais flutuações em nossos resultados operacionais e condição financeira podem afetar o valor de mercado de nossas ações ordinárias.

Por fim, sobre o tema das tendências de moda e as preferências de nossos clientes, concorreremos com várias outras empresas de vestuário com base em preço, qualidade, seleção de marca, atendimento ao cliente, promoções, localização de loja e canais de vendas com inovações digitais. Acreditamos que a venda de produtos diferenciados, o uso de tecnologias para acelerar e a satisfação do cliente estão entre as metas mais desafiadoras do nosso negócio. Nossos produtos devem apelar para uma base de clientes cujas preferências não podem ser previstas com precisão e estão sujeitas a mudanças rápidas.

Nossa estratégia de negócios é dependente da compra de nossos produtos para confecção com fornecedores.

A nossa estratégia de negócios se baseia na compra de nossos produtos para confecção e por isso dependemos de fornecedores (nacionais e internacionais) para fabricar nossos produtos. Ao usar fornecedores para fabricar nossos produtos, estamos sujeitos a interrupções nas operações destes em decorrência de qualquer evento adverso, como: acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

Além disso, algumas categorias de produtos são adquiridas, em grande parte, de um pequeno número de fornecedores. Se algum fornecedor não puder entregar os produtos na quantidade, qualidade e dentro do prazo que normalmente os adquirimos, e se não formos capazes de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de modo algum, podemos não conseguir manter nosso nível usual de vendas na categoria do produto afetada pelo não fornecimento, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais.

Temos um acordo de fornecimento com uma parte relacionada com base em Hong Kong, que é a responsável pelo suprimento dos produtos importados do Oriente (“C&A Sourcing”). Este acordo prevê um prazo para cancelamento unilateral de qualquer parte, que, caso ocorra, teremos que buscar outra alternativa de acesso a fornecedores localizados nesta região, podendo, eventualmente, implicar em custos adicionais.

Finalmente, a maioria dos nossos fornecedores são empresas de manufatura de pequeno e médio porte e suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica. Alguns fatores macroeconômicos podem fazer com que nossos fornecedores aumentem seus preços para compensar custos, como preços mais altos de commodities ou aumento da inflação, e não podemos prever se conseguiremos aumentar os preços de venda para nossos consumidores. Um aumento nos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

custos de nossos produtos pode refletir negativamente em nossos negócios, resultados operacionais e valor de nossas ações.

Nós estamos expostos a riscos relacionados a parceria exclusiva para financiamento e empréstimo de clientes.

Nós temos um acordo de parceria exclusiva com o Banco Bradescard S.A. para oferecer aos nossos clientes serviços financeiros, incluindo cartões de crédito e empréstimos pessoais. Nossa parceria é responsável por financiar aproximadamente 21% das nossas vendas, inclusive pagamentos parcelados. As políticas de financiamento e definições dos serviços financeiros ofertados aos nossos clientes são estabelecidas pelo nosso parceiro, que pode impor regras que restringem a concessão de crédito aos nossos clientes afetando de maneira adversa os nossos negócios e estratégia de expansão. Ainda, o fracasso em controlar adequadamente fraudes em cartões de crédito pode resultar em perdas significativas, ferir nossa reputação e nossa marca.

Adicionalmente, se as condições econômicas no Brasil se deteriorarem ainda mais devido a, entre outros fatores, desaceleração da atividade econômica, depreciação do real, inflação, aumento das taxas de juros domésticas ou aumento das taxas de desemprego, um percentual maior dos nossos clientes, os quais são mais sensíveis a tais fatores, pode entrar em inadimplência, aumentando nossas perdas e provisões para devedores, o que levaria o nosso parceiro a restringir a concessão de crédito aos nossos clientes.

Caso o governo brasileiro implemente políticas restritivas de crédito ao consumidor, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados com a diminuição significativa da demanda de crédito pelos nossos consumidores.

Por fim, se nosso relacionamento com o parceiro se encerrar antecipadamente, nós podemos estar sujeitos a multas e penalidades contratuais, e nossa receita com serviços financeiros pode ser adversamente afetada.

Somos altamente dependentes de tecnologias para operar nossos negócios.

Dependemos da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional do data center e dos sistemas em nuvem, da plataforma de comércio eletrônico (sítio eletrônico e aplicativo) e de vários sistemas (nossos ou de terceiros), incluindo sistemas de ponto de venda nas lojas, sistemas de comunicação, e diversos outros softwares usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial.

O uso de tecnologias é um importante canal para apresentarmos nosso negócio, nossa identidade e nossas marcas para nossos consumidores, uma fonte de informação e um meio de interação para os consumidores de nossos produtos. Consequentemente, contamos com o uso de tecnologias para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para nos comunicar com consumidores e fornecedores. Estamos, assim, sujeitos a sofrer interrupções devido a fatores que estão além do nosso controle, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus, softwares maliciosos, entre outros fatores. Na eventualidade de falhas ou interrupções, podemos perder dados, ficar sujeitos à violação de dados ou não conseguirmos realizar transações comerciais e, dessa forma, deixarmos de ganhar receitas de vendas, o que pode nos ocasionar um efeito adverso relevante.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A proteção de dados, incluindo de nossos funcionários, fornecedores, prestadores de serviços e clientes, é fundamental para nós. Contamos com sistemas, softwares, ferramentas e monitoramento disponíveis comercialmente para fornecer processamento, transmissão e armazenamento seguros de dados, incluindo pessoais, e de transação de clientes, como cartão de crédito e outras informações capazes de individualizá-los. Nossas instalações e sistemas, tanto da nossa plataforma de comércio eletrônico quanto de nossas lojas físicas, bem como de nossos provedores de serviços terceirizados, podem estar vulneráveis a violações de segurança, fraudes, atos de vandalismo, vírus de computador, extravio ou perda de dados, programação ou erros humanos ou outros eventos semelhantes.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados, incluindo pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja por nós ou fornecedores, podem prejudicar nossa reputação, nos expor a riscos e responsabilidades legais, sujeitar-nos a publicidade negativa, interromper nossas operações e prejudicar nossos negócios. Não podemos garantir que nossas medidas de segurança evitarão vazamento de dados, incluindo pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre nós.

Para executar nossa agenda de crescimento, podemos precisar melhorar continuamente nossa plataforma tecnológica e seus controles de segurança, levando a custos e despesas adicionais ou problemas de integração, o que pode ter efeito adverso nos nossos resultados financeiros.

Além disso, as tecnologias utilizadas estão sujeitas a constantes atualizações e se não conseguirmos atualizá-los corretamente, as nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode nos causar efeito adverso.

Nossas vendas dependem do tráfego de pedestres nos locais em que estamos localizados, principalmente daquele gerado pelos shopping centers.

Nosso sucesso depende de nossas lojas estarem operando em locais de destaque com alto tráfego de pedestres, sendo que aproximadamente 84% de nossas lojas estão localizadas em shoppings centers. Acreditamos que uma parte considerável de nosso volume de vendas e produtividade por metro quadrado é resultado do alto tráfego existente nos shoppings nos quais nossas lojas estão localizadas.

O tráfego de pedestres e, conseqüentemente, nosso volume de vendas, pode ser negativamente afetado por fatores externos ao nosso controle, como declínio econômico em uma determinada área, abertura de novas lojas e novos shopping centers na mesma região, encerramento ou queda da atratividade de outras lojas e fechamento temporário dos shoppings em que estamos localizados, entre outros.

Adicionalmente, o sucesso de nossa estratégia de expansão pode depender da abertura de novos shopping centers no futuro, da disponibilidade de espaço de lojas de varejo em shoppings existentes ou em ruas estratégicas. Nossa capacidade de manter ou abrir lojas em locais estratégicos (shopping center ou rua) pode ser limitada e resultar em um declínio no número de clientes que visitam nossas lojas, reduzindo significativamente nossas vendas, o que pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A perda de membros de nossa administração, o enfraquecimento da nossa cultura corporativa e/ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá ocasionar um efeito adverso relevante.

A nossa capacidade de manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados por nossa administração e da cultura corporativa que ela promove. Funcionários-chave podem nos deixar por uma série de razões e o impacto dessas perdas é difícil de prever. A perda de membros de nossa administração, os quais talvez não sejam substituídos por pessoas com a mesma experiência e qualificação, pode prejudicar a implementação da nossa agenda de crescimento, perturbar nossas operações, debilitar a sustentabilidade de nossa cultura e adversamente nos afetar.

Além disso, o nosso futuro sucesso também depende de nossa capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar outros funcionários com conhecimentos e habilidades específicas. A concorrência por esses funcionários é intensa e se não obtivermos sucesso em atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar colaboradores suficientemente qualificados, nossos negócios podem ser adversamente afetados e podemos ter dificuldades em implementar nossa agenda de crescimento.

Também enfrentamos diversos desafios inerentes à administração de um grande número de funcionários em uma grande área geográfica (todos os estados brasileiros e o Distrito Federal) e estamos sujeitos a acordos sindicais específicos que podem afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

A dependência em vendas de cartão de crédito é uma tendência crescente no setor do varejo, de modo que qualquer alteração nas políticas pelos emissores de cartão de crédito pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

O setor de varejo é relativamente dependente de cartões de crédito. Para executar as vendas com cartão de crédito, dependemos das políticas das empresas de cartão de crédito, incluindo as taxas que essas empresas nos cobram. Qualquer alteração nas políticas dos emissores de cartão de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos estabelecimentos comerciais, pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Parte de nossas vendas para clientes é derivada de planos de parcelamento oferecidos por emissores de cartão de crédito. Dependemos dos emissores de cartões de crédito para continuar oferecendo aos seus portadores a possibilidade de pagar suas compras em parcelas. Mudanças nas políticas das empresas de cartão de crédito em relação aos planos de parcelamento ou de crédito pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Por fim, caso o governo brasileiro implemente políticas restritivas de crédito ao consumidor, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados pela diminuição significativa da oferta de crédito e planos de parcelamentos pelos emissores do cartão de crédito.

A integração de nossos múltiplos canais (lojas físicas e plataforma de comércio eletrônico) é essencial para a nossa operação de negócios e perspectivas de crescimento.

Realizamos nossas operações por meio de lojas físicas e plataforma de comércio eletrônico (sítio eletrônico e aplicativo) e nossa agenda de crescimento está focada em melhorar esse multicanal por meio da integração. Nossa incapacidade de integrar nossos canais de vendas em termos de aspectos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

comerciais, logísticos, de comunicação e marketing para atender às necessidades de nossos clientes pode nos impedir de nos beneficiar plenamente de uma estrutura multicanal.

Adicionalmente, a precisão do estoque disponível para venda em nossos sistemas é essencial para a integração dos canais. Eventuais rupturas de estoque podem levar a uma não entrega ou entrega incorreta de produtos aos clientes, prejudicando diretamente nossa reputação e incentivando nossos clientes a buscar peças alternativas em nossos concorrentes, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Além disso, a nossa agenda de crescimento é fortemente baseada na consolidação e expansão dos canais de vendas por inovação digital. Estamos vulneráveis às pressões competitivas das atividades de comércio eletrônico no mercado porque nossos concorrentes podem, por exemplo, usar canais de divulgação (como as mídias sociais) com mais eficiência do que os usados por nós. Além disso, a expansão dos canais de vendas por inovação digital pode aumentar nossa dependência de constantes desenvolvimentos tecnológicos, o que pode afetar adversamente nosso crescimento de vendas e resultados operacionais.

Dependemos do sistema público e privado de infraestrutura logística para enviar nossos produtos para nossas instalações e consumidores.

Dependemos da continuidade da operação da infraestrutura logística pública e privada, incluindo estradas, aeroportos, portos (já que nossas importações são geralmente transportadas por mar) e todos os outros meios logísticos utilizados por nossos prestadores de serviços e fornecedores para entregar nossos produtos às nossas instalações e consumidores.

A ocorrência de qualquer evento adverso, como greves, incêndios, problemas de logística, inundações e roubo, entre outros, levando a interrupções significativas ou redução nas atividades de infraestrutura ou operações de transporte ou qualquer falha no transporte de produtos entre nossas instalações, fornecedores ou consumidores, por qualquer motivo, podem atrasar ou afetar nossa capacidade de distribuir nossos produtos, prejudicar a demanda e os preços dos produtos, impedir ou atrasar entregas, impor custos adicionais aos nossos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios, resultados das operações e condições financeiras.

A eficiência de nossas importações depende de inspeções eficientes nas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais, entre outros fatores. Essas inspeções podem ter atrasos devido a vários motivos, incluindo: (i) a qualidade das informações e da documentação preparadas e necessárias para a liberação das mercadorias, (ii) greves de agentes; (iii) aumento da demanda que pode exceder a capacidade de processamento dos agentes, (iv) falta de recursos para desenvolver operações ou contratar outros agentes, ou (v) mudanças nas regulamentações ou implementação de regulamentos que possam aumentar a burocracia envolvida nessas inspeções ou exigem uma análise mais completa das mercadorias que passam pelas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais. No caso de inspeções serem substancialmente mais lentas, o fluxo de mercadorias será reduzido.

Por fim, a entrega atrasada de nossos produtos afetaria diretamente nossa reputação e incentivaria nossos clientes a buscar produtos alternativos em nossos concorrentes e pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Dependemos da eficácia e assertividade das nossas campanhas de marketing, publicidade e de relacionamento com nossos clientes.

Nosso negócio dedica recursos significativos para campanhas publicitárias, de marketing e de relacionamento, a fim de promover a manutenção de clientes atuais, de atrair novos clientes e de movimentar nossos canais de vendas. Se essas campanhas não atenderem às metas esperadas e atraírem a atenção dos clientes, nossas vendas e lucratividade poderão ser afetadas negativamente, e talvez não consigamos fortalecer nossa marca como esperado. Consequentemente, nossos resultados operacionais e condição financeira podem ser adversamente afetados.

Além disso, se não formos capazes de identificar mudanças no comportamento e preferências do consumidor, de buscar plataformas digitais e de adequar rapidamente nossas campanhas de marketing, publicidade e de relacionamento, podemos ser adversamente afetados.

Podemos não ser capazes de renovar ou manter os contratos de locação de algumas de nossas lojas ou centros de distribuição.

Nós alugamos todas as propriedades em que se encontram nossas lojas e centros de distribuição. Nós podemos ser adversamente afetados se não conseguirmos negociar com sucesso os contratos de locação em condições aceitáveis, ou se os contratos de locação em localidades consideradas como relevantes não forem renovados.

Nós podemos ser obrigados a desocupar a propriedade, se não conseguirmos chegar a um acordo na renovação, ou se caso nosso locador decida vender sua propriedade e nós não consigamos alcançar um acordo com o novo proprietário. Portanto, a perda de qualquer de nossas localizações estratégicas, incluindo por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de nossas lojas ou centros de distribuição, pode afetar adversamente nossas operações, resultado financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade de nossa marca.

Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das nossas lojas e centros de distribuição.

Dependemos de vários registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e à localização dos nossos centros de distribuição e lojas. Grande parte desses documentos possui prazos de validade e deve ser renovada de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Devido ao número de etapas necessárias para obter e renovar registros, licenças, permissões e autorizações (incluindo o tempo necessário para implementar planos de ação corretiva para cumprir as novas regulamentações e/ou solicitações das autoridades competentes e para realizar as ações relacionadas a obras), juntamente com o tempo de resposta de certos órgãos administrativos, podemos ser incapazes de obter ou renová-los em tempo hábil.

A nossa estratégia de negócio poderá ser substancialmente e adversamente afetada se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas lojas e centros de distribuição existentes, se não conseguirmos abrir e operar novas lojas e centros de distribuição, ou se um acidente afetar adversamente uma loja enquanto essa estiver com uma licença pendente, em consequência da não obtenção, renovação ou suspensão de registros, autorizações, licenças e alvarás,.

A não obtenção, a não renovação ou a suspensão temporária de registros, autorizações, licenças e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

alvarás poderá (1) resultar em autos de infração, (2) nos sujeitar ao pagamento de multas, (3) nos impedir de abrir e operar as lojas e centros de distribuição, (4) resultar no fechamento das nossas lojas e centros de distribuição, (5) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; e (6) expor-nos, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais.

Parte de nossos produtos é importada e qualquer limitação em nossa capacidade de importar tais produtos, incluindo flutuações cambiais e mudanças na legislação, pode restringir a oferta de nossos produtos e afetar adversamente nossos negócios.

De acordo com nossas estimativas, aproximadamente 20% das compras de nossos produtos são importados. Importamos diretamente ou através de uma parte relacionada de vários países do Oriente – a C&A Sourcing opera comprando produtos e nos fornecendo serviços de controle de qualidade e desenvolvimento de amostras de produtos. Podemos estar sujeitos a um impacto negativo sobre este sistema com um consequente impacto adverso no fornecimento de nossos produtos importados se nós ou a C&A Sourcing, enfrentarmos dificuldades em cumprir com as regulações existentes ou novas relacionadas a matéria aduaneira, fiscal e/ou comercial. Para mais informações sobre o contrato de licença entre nós e a C&A Sourcing, ver seção 16 deste Formulário de Referência sobre transações entre partes relacionadas.

O preço de venda praticado é influenciado pela taxa de câmbio dos países nos quais adquirimos tais produtos, e no caso de uma depreciação do real em relação à moeda de tais países ou do dólar dos EUA ou das moedas desses países em relação ao dólar dos EUA, podemos não ser capazes de repassar os custos mais elevados para nossos clientes, reduzindo nossas margens ou mesmo inviabilizando a venda de alguns bens ou, se repassados, esses custos adicionais podem tornar nossos produtos menos atraentes para nossos clientes, resultando em um impacto adverso em nossos resultados operacionais.

Por fim, mudanças nas regras de comércio internacional entre os países que importamos e o Brasil podem afetar a disponibilidade de produtos ou alterar os custos envolvidos, com consequente impacto em nossos resultados.

A interrupção das atividades de nossos centros de distribuição, bem como a nossa incapacidade de expansão de capacidade, poderá impactar adversamente nossos negócios e a nossa agenda de crescimento.

Atualmente, temos quatro centros de distribuição em funcionamento, sendo dois localizados em São Paulo, um no Rio de Janeiro e um em Santa Catarina. Todas as mercadorias de vestuário que vendemos são distribuídas por meio desses centros de distribuição. Se a operação normal de um desses centros de distribuição for interrompida por qualquer motivo, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

Adicionalmente, nossa agenda de crescimento inclui a abertura de novas lojas, o que pode demandar uma expansão na capacidade de nossos centros de distribuição, uma reorganização de nossos centros de distribuição atuais ou o estabelecimento de novos centros de distribuição. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou não

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

consigamos integrar os novos centros de distribuição ou expandir os centros de distribuição existentes, ou adequar os serviços de operadores logísticos ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um impacto adverso em nossas vendas, nossos resultados operacionais e na nossa estratégia de crescimento.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para nossos negócios, condição financeira e/ou resultados operacionais.

Somos, e podemos vir a ser no futuro, réus em processos judiciais e/ou administrativos, seja nas esferas cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, entre outras. Não podemos garantir que os resultados de quaisquer destes processos serão favoráveis a nós ou aos membros de nossa administração, ou, no caso de procedimentos que somos parte, que mantemos ou que manteremos provisionamento, no todo ou em parte, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. O envolvimento de nossos administradores em processos que prejudiquem nossa imagem, ou decisões que sejam contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que nos impedem de conduzir nossos negócios conforme planejado originalmente, pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Adicionalmente, estamos sujeitos à fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais. Essas autoridades poderão nos autuar e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais contra nós. Decisões contrárias de valores substanciais ou que afetem a nossa marca ou habilidade de executar nossas operações planejadas, poderão causar um efeito adverso nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Para informações sobre os processos judiciais e administrativos, ver seção 4.3 até a 4.7 deste Formulário de Referência.

A incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou a infração da propriedade intelectual de terceiros pode ter impacto negativo nos nossos resultados operacionais.

O uso não autorizado ou outra forma de apropriação indébita das marcas por nós utilizadas pode diminuir o valor da marca “C&A”, do nosso negócio ou nossa reputação e causar um declínio nas nossas vendas. Similarmente, qualquer infração ou reivindicação de violação de propriedade intelectual dirigida contra nós sobre as marcas por nós utilizadas, mesmo sem mérito, pode resultar em um litígio demorado e dispendioso, causando atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxas de licenciamento. Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação de propriedade intelectual de terceiros por nós pode ter um efeito negativo em nossos resultados operacionais.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios.

As nossas políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos procedimentos de *compliance* e controle internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários e membros de nossa administração. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

Nossas apólices de seguro podem não cobrir adequadamente todas as perdas e responsabilidades a que estamos sujeitos, o que afetaria os nossos negócios e as nossas condições financeiras adversamente

Nossas apólices de seguro são contratadas no exterior pela COFRA Holding AG ("COFRA") e personalizados junto a seguradoras estrangeiras, sendo que suas subsidiárias locais emitem tais apólices de acordo com as negociações e com as práticas comuns de mercado local. Caso tenhamos a necessidade de contratar localmente alguma apólice de seguro, podemos não ser capazes de manter/renegociar ou obter o tipo requerido de seguro e a cobertura financeira requerida por um preço razoável.

Certos tipos de risco não estão garantidos por tais apólices, como por exemplo: guerra, danos causados por desastres naturais ou danos ambientais, caso fortuito, força maior ou parada de certas atividades. Portanto, se qualquer desses eventos ocorrer, podemos incorrer em custos adicionais, que podem afetar adversamente os resultados de nossas operações.

Em relação a qualquer sinistro coberto por uma apólice de seguro, não podemos garantir que quaisquer pagamentos que venhamos a receber nos termos das apólices que temos contratadas será suficiente para cobrir os danos resultantes de tal sinistro. Em uma eventual responsabilidade significativa para a qual não estejamos segurados, nossos negócios, condição financeira e resultados das operações podem ser negativamente afetados.

Aquisições e investimentos em novas empresas e negócios, bem como a incapacidade de produzir os resultados esperados de uma aquisição ou investimento, ou de integrar plenamente uma empresa adquirida, podem impactar adversamente nossos negócios.

Podemos eventualmente adquirir ou investir em empresas ou negócios. O sucesso de referidas aquisições ou investimentos se baseia na nossa capacidade de estabelecer premissas precisas relativas à avaliação, às operações, ao potencial de crescimento, à integração e a outros fatores relacionados aos respectivos negócios. Não podemos garantir que as nossas aquisições ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

investimentos produzirão os resultados que esperamos no momento em que celebramos ou concluímos uma determinada operação. Além disso, as novas aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, bem como no desvio do nosso capital e da atenção da nossa administração de outras oportunidades de negócios. Podemos não conseguir integrar com sucesso as operações que adquirimos, incluindo os seus colaboradores, sistemas financeiros, distribuição ou procedimentos operacionais, o que pode impactar adversamente nossos negócios. A integração de qualquer uma das empresas adquiridas e seus resultados financeiros pode afetar os nossos resultados operacionais de maneira adversa.

Fazemos uso de marcas que são propriedade de um de nossos acionistas controladores, C&A AG, e estamos sujeitos ao término desse contrato de licenciamento de uso da marca.

Um de nossos acionistas controladores, C&A AG, é proprietário da marca “C&A”, outras marcas/patentes e domínios relevantes usadas por nós, que foram licenciadas a nós mediante a celebração de um contrato de licenciamento de uso.

Nos termos desse contrato, caso haja descumprimento relevante, este poderá ser rescindido e não mais produzirá efeitos e, conseqüentemente, nós perderemos o direito de usar a marca “C&A” e outras marcas relevantes em nossas operações, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais. Para mais informações sobre o contrato de licença celebrado entre nós e a C&A AG, ver seção 7.5 deste Formulário de Referência.

Nós podemos não obter sucesso em nossas estratégias de negócios e inovações.

A capacidade da Companhia de colocar em prática suas estratégias de negócios depende de uma série de fatores, tais como: (a) condições políticas e econômicas nacionais; (b) manutenção de leis e regulamentos existentes, em especial aqueles relacionados ao setor de gestão e análise de dados; (c) manutenção dos custos de operação; (d) desenvolvimento de infraestrutura tecnológica; (e) aumento da eficiência operacional; e (f) criação de novos produtos.

A Companhia não pode assegurar que terá sucesso na implementação de suas novas estratégias e inovações diante de alterações nas circunstâncias acima, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Nosso ritmo de crescimento de vendas pode não se manter o mesmo

Os fatores mais importantes para o crescimento de nossas vendas são os seguintes: (i) apelo de nossas marcas; (ii) capacidade de antecipar e atender às diferentes tendências da moda e de consumo em tempo hábil; (iii) capacidade de executar nossa estratégia digital; (iv) atração de novos clientes e manutenção dos atuais; (v) confiança do consumidor cativo; (vi) situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão localizadas; (vii) datas comemorativas (Black Friday, Natal, Dia dos Namorados, entre outras); (viii) atualização de nossas políticas de fidelidade e marketing; (ix) concorrência, (x) datas festivas; e (xi) variações climáticas. A alteração de quaisquer dos itens indicados acima pode impactar negativamente o ritmo de crescimento de nossas vendas e, conseqüentemente, os nossos negócios e resultados operacionais.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Nós somos controlados por nosso Controlador indireto, COFRA, cujos interesses podem conflitar com os de nossos acionistas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nós somos controlados indiretamente pela COFRA. Nossos acionistas controladores terão o direito de exercer seus direitos de voto para eleger ou destituir a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, controlar nossa administração e políticas, para determinar o resultado de quase qualquer ação que requeira aprovação dos acionistas, incluindo, mas não limitado a, transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, disposições de ativos, parcerias e pagamento e tempestividade de dividendos futuros, que podem conflitar com os interesses de outros acionistas.

Nossos acionistas controladores podem estar interessados em buscar aquisições, alienações de ativos, parcerias ou buscar financiamento adicional, entre outras transações, que possam entrar em conflito com os interesses de nossos demais acionistas. Além disso, nossos acionistas controladores podem impedir ou postergar certas transações ou estratégias de negócios que nossos outros acionistas possam ver de maneira favorável.

Adicionalmente, qualquer desenvolvimento social, econômico ou político desfavorável à Suíça ou à Luxemburgo, onde a sede de nossos controladores diretos e indiretos é localizada, pode impor regulações adicionais para termos de cumprir e levar a um efeito negativo em uma ou mais das marcas da C&A que usamos em nossos negócios no Brasil, o que pode causar deterioração no valor de tais marcas e, conseqüentemente, nos nossos resultados operacionais.

Nós podemos continuar nosso envolvimento em uma variedade de transações com nossos acionistas controladores, COFRA, e outras companhias do Grupo COFRA.

Conforme representado no organograma constante do item 15.4 deste Formulário de Referência, precisaremos continuar nosso envolvimento em uma variedade de transações que nos envolve aos nossos acionistas controladores e outras companhias do Grupo COFRA por algum tempo, incluindo o fornecimento de uma variedade de serviços, acordos de compartilhamento de custos, bem como o fornecimento de produtos e negociações com fornecedores internacionais, entre outros.

Para alcançar nossa estratégia de negócios, podemos precisar começar a realizar transações previamente executadas por nossos acionistas controladores e outras companhias do Grupo COFRA, nos levando a despesas ou investimentos adicionais, que podem afetar negativamente nossos resultados financeiros.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Podemos não pagar dividendos aos acionistas detentores de nossas ações.

Nosso lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a Legislação Societária Brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. Nosso conselho de administração poderá determinar a não distribuição de dividendos aos nossos acionistas em um determinado ano fiscal se não tivermos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com nossa situação financeira no momento e nossos acionistas escolham não distribuir dividendos.

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Podemos levantar recursos adicionais no futuro por meio de ofertas públicas ou privadas de ações

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ou outros valores mobiliários conversíveis em ações emitidas por nós. Os recursos que captamos por meio da distribuição pública de ações ou títulos convertidos em ações podem ser obtidos com a exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas, incluindo investidores em nossas ações ordinárias, conforme previsto na Legislação Societária Brasileira, o que pode diluir a participação de nossos acionistas. Além disso, uma diluição da participação de nossos acionistas em nossas ações ordinárias pode ocorrer no caso de uma fusão, consolidação ou qualquer outro evento corporativo de efeito similar em relação a empresas que possamos adquirir no futuro.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Não existem riscos envolvendo nossas subsidiárias, coligadas e/ou afiliadas.

(e) Riscos Relacionados aos Seus Fornecedores

Podemos ser afetados negativamente se nossa cadeia de fornecimento não cumprir as leis e regulamentações vigentes.

Nossa cadeia de suprimentos de produtos, desde a plantação de algodão até a produção de roupas, está sujeita às leis e regulamentos locais e internacionais que regem a proteção do meio ambiente, inclusive em relação ao uso de químicos, licenciamento ambiental, gestão de resíduos sólidos e recursos hídricos, como regras em relação ao tratamento de efluentes e outros. Adicionalmente, são aplicáveis à nossa cadeia de fornecimento inúmeras leis, regulamentos e tratados (locais e internacionais) sobre as relações e condições de trabalho, que abrangem temas como: jornada de trabalho, trabalho de estrangeiros, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proteção de dados pessoais, infraestrutura predial e segurança e saúde dos trabalhadores.

O descumprimento, seja total ou parcial, da legislação e regulamentação socioambiental pelas partes diretas ou indiretas pode nos sujeitar a riscos reputacionais e comprometer a gestão de estoques, caso multas e penalidades sejam aplicadas, ou mesmo se as licenças forem revogadas, de uma ou mais das partes, direta ou indiretamente, envolvida em nossa cadeia de fornecimento de produtos.

Não podemos garantir que nossos fornecedores, prestadores de serviços ou parceiros de marketplace não se envolvam em práticas irregulares.

Dada a capilaridade e a diversidade de nossos fornecedores, resultado da terceirização de nossa cadeia de produção, prestadores de serviços e parceiros de *marketplace*, não podemos garantir que eles não terão problemas relacionados às condições de trabalho de seus funcionários, contratados e subcontratados, sustentabilidade, respeito ao meio ambiente e segurança, ou que não usarão práticas irregulares, incluindo práticas de trabalho análogo ao escravo e/ou ao trabalho infantil, para reduzir os custos do produto.

Se algum de nossos fornecedores, prestadores de serviços ou parceiro de *marketplace* se envolver em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, nossa reputação pode ser prejudicada e, conseqüentemente, a percepção de nossos clientes sobre nossos produtos pode ser afetada negativamente, causando, assim, uma redução nas vendas líquidas e nos resultados das operações, bem como no preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Podemos ser responsáveis por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de fornecedores ou prestadores de serviços.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, podemos ser responsabilizados solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem materialmente nos afetar adversamente. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

Podemos ser responsabilizados por perdas causadas por nossos serviços ou produtos aos consumidores, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que nossos serviços não foram adequadamente prestados por nossos funcionários, serviços financeiros da parceria foram incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados, nossos produtos não são adequados para venda ou uso, são falsificados, ou não contêm informações adequadas, entre outros motivos.

No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação, marca, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade. Ademais, nossa defesa em tais procedimentos legais podem exigir custos adicionais e tempo e atenção substanciais de nosso pessoal administrativo e técnico. Além disso, publicidade negativa associada a nossos serviços ou produtos, incluindo defeitos, erros, falhas (incluindo acidentes) e qualidade, pode afetar adversamente nossa reputação com consumidores atuais e futuros, nossa imagem corporativa e nossas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos nossos negócios e condição financeira.

Podemos deixar de cumprir as leis de privacidade ou tratar adequadamente das questões de privacidade, divulgando informações confidenciais ou sensíveis que possam prejudicar nossos negócios e reputação.

A Constituição Federal, a Lei nº 10.406/02 (Código Civil), a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e o Decreto nº 8.771/16 são as principais leis que regem o uso de dados pessoais no Brasil. Entre outros requisitos, para que os dados pessoais sejam coletados e usados, quando através de provedores, precisamos obter o consentimento prévio, expresso e informado do titular dos dados. Não obstante estas disposições, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), que possivelmente entrará em vigor em 16 de agosto de 2020, foi promulgada para regular o tratamento de dados pessoais. Como coletamos, armazenamos, processamos e usamos informações pessoais de funcionários, fornecedores, prestadores de serviços e clientes, além de outros dados de usuários, em nossos negócios, devemos cumprir com todas as leis de privacidade e proteção de dados pessoais. Um risco significativo associado ao nosso negócio, particularmente em nossa plataforma de comércio eletrônico e campanhas de marketing e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relacionamento com cliente em geral, é a transmissão e o armazenamento seguro de dados pessoais em nossos sistemas ou no de terceiros por nós contratados.

A percepção de negligência com o tema de proteção de dados, válida ou não, pode nos afetar adversamente. Devemos garantir que qualquer tratamento, coleta, uso, armazenamento, compartilhamento, transferência e descarte de dados pessoais pelos quais somos responsáveis estejam em conformidade com as leis aplicáveis de proteção de dados.

Precisamos identificar e responder rapidamente e com sucesso a mudanças nas preferências dos consumidores e nas tendências da moda.

O sucesso de nossas vendas e resultados de operações depende da nossa capacidade de gerenciar nosso inventário, bem como identificar, prever e responder prontamente a mudanças e possíveis mudanças nas tendências do mercado e da moda (incluindo design, estilo, qualidade, produção, merchandising e preços dos produtos) e preferências dos nossos clientes. Se não gerenciarmos nosso inventário com precisão, nos mantermos atualizados com as tendências mais recentes ou ajustarmos nossos produtos com êxito às preferências dos clientes, isso poderá resultar em uma redução nas vendas devido a excesso de estoque, estoque de má qualidade ou desatualizado e oportunidades perdidas da indisponibilidade de outros produtos e, portanto, pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e a imagem de nossas marcas.

(g) Riscos relacionados ao negócio da Companhia

O segmento de varejo é altamente competitivo no Brasil, o que pode afetar adversamente nossa participação de mercado e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais.

A concorrência no setor de varejo é baseada principalmente na variedade de produtos, preço, qualidade, disponibilidade, publicidade e promoção, conveniência ou local de armazenamento, segurança e suporte e atendimento ao cliente. Alguns de nossos concorrentes, incluindo varejistas locais e redes multinacionais de varejo, podem ter maiores recursos financeiros, menores custos de aquisição de produtos ou menores despesas operacionais do que nós.

Nossos concorrentes podem usar políticas de preços ou de descontos agressivas e publicidade para aumentar as vendas durante os eventos comerciais e períodos de pico de vendas.

Nosso negócio é vulnerável a mudanças na demanda e nos preços, bem como nas preferências dos consumidores. Caso não consigamos competir com nossos concorrentes, nossas vendas podem cair, e podemos decidir ou ser obrigados a oferecer descontos maiores a nossos clientes, o que pode reduzir nossos lucros e afetar nossa situação financeira.

Ademais, há forte concorrência no comércio eletrônico. Outras empresas do ramo de varejo e comércio eletrônico podem firmar alianças e acordos comerciais que possam fortalecer sua posição competitiva. Na medida em que nossa carteira de clientes cresce e a fidelidade de clientes para diferentes segmentos do mercado de Internet aumenta, as empresas desses segmentos podem buscar expandir seus negócios para o setor em que operamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar a natureza competitiva do varejo on-line e esse aumento na concorrência pode reduzir nossas vendas e nossos lucros operacionais.

Além disso, nossos concorrentes, tanto no varejo físico quanto no comércio eletrônico, podem ter mais recursos para desenvolver suas estratégias de tecnologia e marketing do que nós. Na medida

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

em que aumenta o uso da Internet e de outros serviços on-line, os varejistas que operam nesse mercado podem ser adquiridos, receber investimentos ou estabelecer relações comerciais com empresas maiores e mais estabelecidas, que podem ter mais recursos financeiros do que nós, o que poderia nos afetar adversamente.

O setor de varejo é sensível a reduções no poder de compra do consumidor e ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor de varejo brasileiro experimentou períodos de desaceleração econômica que levaram a quedas nos gastos do consumidor. O sucesso de nossas operações depende de vários fatores, incluindo condições gerais de negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salário. Nossos resultados operacionais e situação financeira foram e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do produto interno bruto brasileiro, ou PIB. Não podemos garantir que o PIB brasileiro cresça ou permaneça estável. A evolução da economia brasileira pode afetar as taxas de crescimento do Brasil e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais. Além disso, dependemos da taxa de crescimento da população urbana do Brasil e de seus diferentes níveis de renda. Qualquer redução ou desaceleração em tal crescimento pode afetar adversamente nossas vendas e nossos resultados operacionais.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente nossa condição financeira, nossos resultados operacionais e nosso valor de mercado das ações.

A moeda brasileira sofreu variações frequentes e substanciais em relação ao dólar dos EUA e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e aumentos nas taxas de juros, que afetam negativamente o crescimento da economia brasileira, resultando em efeitos adversos e materiais sobre nossa condição financeira e resultados operacionais. Também restringe o acesso aos mercados financeiros internacionais e determina as intervenções do governo, inclusive por meio de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do real frente ao dólar pode levar a uma redução do consumo e a um crescimento econômico mais lento. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar e outras moedas estrangeiras pode resultar no agravamento da balança comercial brasileira, bem como na desaceleração do crescimento das exportações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou apreciação do real pode ter um efeito material e negativo sobre o crescimento da economia brasileira, bem como sobre nossos negócios.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia atue

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das nossas operações.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem nos afetar e, por fim, a demanda do consumidor por nossos produtos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos produtos, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Atualmente, nos beneficiamos de incentivos fiscais relacionados às operações logísticas no Estado de Santa Catarina. Além disso, não podemos garantir que os benefícios fiscais que recebemos serão mantidos ou renovados. Se esses benefícios fiscais não forem renovados ou se nossos benefícios fiscais forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, nossos negócios e condição financeira poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária. Para garantir a continuidade desses incentivos durante o prazo, a Companhia deve cumprir uma série de requisitos que podem ser contestados, inclusive em juízo. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados.

Caso não consigamos cumprir parte ou a totalidade das obrigações, nossos incentivos fiscais ou até autorizações de operação poderão ser suspensos, revistos ou cancelados, inclusive por decisão judicial e/ou administrativa, e poderemos ainda ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades, o que teria um efeito adverso relevante para nós.

Atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que alterem os incentivos fiscais de suas subsidiárias operacionais durante ou após seus prazos de vigência poderá afetar adversamente nossos negócios.

Novos incentivos fiscais poderão ser criados depois de encerrado o prazo de vigência dos nossos atuais incentivos fiscais com condições menos favoráveis com relação aos incentivos fiscais atualmente em vigor, o que poderá afetar adversamente nossos negócios e nossas atividades operacionais. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e não sejamos capazes de renová-los, ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, ou os termos e condições de quaisquer novos incentivos não sejam tão benéficos a nós em comparação aos que estão atualmente em vigor, seremos igualmente afetados de maneira relevante e adversa.

Diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, pode haver risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos benefícios fiscais relativos ao ICMS, caso não aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o que pode afetar adversamente nossos negócios.

No mais, eventual alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente às atividades da empresa, mas o setor como um todo.

Ainda no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, foi publicada a Lei Complementar 160/2017 (“LC 160/2017”) e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivam a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, diminuição dos riscos de declaração de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação:

- Até 31 de dezembro de 2032: Agropecuária e industrial, inclusive agroindustrial, e ao investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano;
- Até 31 de dezembro de 2025: Atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio exterior, incluindo a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador;
- Até 31 de dezembro de 2022: Manutenção e incremento de atividades comerciais, desde que o benefício seja para o real adquirente da mercadoria;
- Até 31 de dezembro de 2020: Operações e prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura;
- Até 31 de dezembro de 2018: Demais setores.

Caso as regras de convalidação não sejam cumpridas pelos estados, não se pode descartar a possibilidade de as Fazendas Estaduais virem a exigir valores de ICMS da Companhia. De acordo com as informações públicas disponíveis, até o momento, os estados nos quais a Companhia possui benefícios fiscais têm cumprido as regras para convalidação dos benefícios usufruídos.

Podemos ser afetados substancialmente por violações à Lei Anticorrupção e leis anticorrupção semelhantes.

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Semelhante à *Foreign Corrupt Practice Act* dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública. O não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra nós pode nos levar a multas, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo afetar de modo adverso nossos negócios, imagem e condição financeira.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia atue

Não temos operações em países estrangeiros, mas devido ao uso por nós e por outras companhias internacionais do Grupo COFRA das marcas C&A, que são amplamente conhecidas no Brasil, qualquer publicidade negativa ou comentários negativos a respeito de outras companhias controladas, ou associadas com a COFRA globalmente pode ter um efeito negativo em uma ou mais das marcas C&A e marcas que utilizamos no Brasil, o que pode deteriorar o valor de tais marcas e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

Podemos sofrer sanções legais por não administrar corretamente os resíduos gerados por nossas operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Lei nº 12.305/10 estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes sobre gestão integrada e gestão de resíduos sólidos. Como resultado, somos responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos gerados em nossas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, garrafas de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e, se aplicável, por qualquer dano ambiental causado por nossas operações, desde que haja evidência de cadeia de causalidade entre nossas atividades e o dano ambiental. Penalidades podem ser aplicadas se deixarmos de cumprir as condições exigidas, o que afetaria adversamente nossas operações e reputação.

Podemos ser afetados por mudanças climáticas extremas, desastres naturais e falta de água.

Nossa cadeia de suprimentos de produtos pode ser afetada adversamente por conta de desastres naturais ou mudanças climáticas extremas, como tormentas ou inundações, e principalmente pela falta de água, impactando significativamente a cadeia desde a plantação de algodão até a produção de roupas. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente a nossa gestão de estoques, nossas operações e resultados financeiros.

Adicionalmente, nossa operação de lojas e centros de distribuição pode ser afetada adversamente por conta de desastres naturais ou mudanças climáticas extremas, como tormentas ou inundações, entre outros, levando a interrupções significativas ou redução nas atividades, e ainda podem atrasar ou afetar nossa capacidade de distribuir nossos produtos, impedir ou atrasar entregas, impor custos adicionais aos nossos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios, resultados das operações e condições financeiras.

Podemos ser afetados negativamente no caso de uma rápida e massiva disseminação de doença infecciosa

Nossa operação de lojas e centros de distribuição pode ser afetada adversamente no caso de uma rápida e massiva disseminação de doença infecciosa, que levaria a interrupções não planejadas das nossas operações e a redução ou até interrupção de nossas atividades, o que pode reduzir ou até zerar as nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios, resultados das operações e condições financeiras.

Podemos ser afetados por eventual instabilidade social

Nossa operação de lojas e centros de distribuição pode ser afetada adversamente por conta de movimentos ou protestos sociais (por exemplo, distúrbios nas ruas, bloqueio de ruas) que perturbem a estabilidade social, impactando negativamente a segurança da população e levando a interrupções significativas ou redução de nossas atividades, e ainda podem atrasar ou afetar nossa capacidade de distribuir nossos produtos, impedir ou atrasar entregas, impor custos adicionais aos nossos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios, resultados das operações e condições financeiras.

(k) Riscos Relacionados a Questões Macroeconômicas

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

incluindo as nossas ações.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ou B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais e comprometer a nossa capacidade de financiar as nossas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, Europa e outros países afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, nos afetar adversamente. Em junho de 2016, o Reino Unido convocou um referendo em que a maioria de sua população votou pelo Reino Unido para sair da União Europeia. Não temos controle e não podemos prever o efeito da saída do Reino Unido da União Europeia nem sobre se e até que ponto outros estados membros decidirão sair da União Europeia no futuro. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem nos afetar negativamente e o valor de mercado de nossas ações.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de suas operações e o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como “Lava Jato”. Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Diversos políticos importantes, incluindo membros atuais e antigos do governo federal brasileiro e do poder legislativo, bem como executivos de alto escalão de grandes corporações e empresas estatais no Brasil, foram presos, condenados por várias acusações relacionadas à corrupção, celebraram acordos de confissão com promotores federais e/ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

renunciaram ou foram destituídos de seus cargos como resultado dessas investigações da Lava Jato. Esses indivíduos supostamente aceitaram subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas empresas de infraestrutura, petróleo e gás e construção, entre outras. Os montantes dessas propinas supostamente financiavam campanhas políticas de partidos que formavam a coalizão do governo anterior, liderada pela ex-presidente Dilma Rousseff, que não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente. Esses recursos também foram supostamente destinados ao enriquecimento pessoal de certos indivíduos. Os efeitos da Lava Jato, assim como outras investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e dos mercados capitais. Não temos controle e não podemos prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

Em meio a esse cenário de recente incerteza política, em agosto de 2016, o Senado brasileiro aprovou a destituição do então presidente Dilma Rousseff, após a conclusão dos processos judiciais administrativos e legais, com base na violação das leis orçamentárias. Michel Temer, o ex-vice-presidente, que estava atuando como presidente interino desde a remoção de Dilma Rousseff em maio de 2016 e assumiu a presidência pelo restante do mandato presidencial, que terminou em 2018. Ao longo da presidência do Sr. Temer, seus índices de aprovação permaneceram historicamente baixos e ele enfrentou escrutínio sobre outros assuntos, incluindo alegações de suborno e outros atos de corrupção, que contribuíram para o ambiente político e econômico incerto no Brasil. Depois de uma campanha presidencial polarizada, Jair Bolsonaro, um ex-membro das forças armadas e por três décadas parlamentar, foi eleito presidente do Brasil em 28 de outubro de 2019 e assumiu o cargo em 1º de janeiro de 2019. Não podemos prever se e por quanto tempo as divisões políticas no Brasil que surgiram antes da eleição continuarão e afetarão sua presidência. Também não está claro quais efeitos, se houver, terão tais divisões políticas na capacidade do presidente Bolsonaro de governar o Brasil e implementar reformas.

Qualquer continuação de tais divisões poderia resultar em um impasse do Congresso, agitação política e protestos em massa e/ou greves que poderiam afetar adversamente nossas operações. Incertezas quanto à implementação, pelo novo governo, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como na legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários, inclusive em relação às nossas ações ordinárias.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à queda global nos preços das commodities. O atual governo federal brasileiro deve propor termos gerais de reforma fiscal para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto, mas é incerto se o governo brasileiro será capaz de reunir o apoio necessário no Congresso brasileiro para aprovar reformas específicas adicionais. Até a data deste memorando de oferta, muitos dos gastos públicos propostos no orçamento do Brasil foram mantidos e não está claro se outras despesas serão reduzidas ou totalmente eliminadas. Se algumas ou todas essas despesas públicas forem mantidas, o Brasil continuará a administrar um déficit orçamentário para 2020 e nos anos seguintes. Não podemos prever os efeitos desse déficit orçamentário sobre a economia brasileira ou quais políticas o governo

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

federal brasileiro pode adotar ou alterar ou o efeito que tais políticas possam ter sobre nossos negócios e sobre a economia brasileira. A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira; em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre nós e sobre o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira, particularmente antes da introdução da reforma monetária (o Plano Real) em julho de 1994. A taxa de inflação no Brasil, conforme medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, publicada pelo IBGE, foi 4,3% em 2019, 3,7% em 2018, 2,9% em 2017 e 6,3% em 2016. No período de quatro meses findo em 30 de abril de 2019, o IPCA acumulado foi 0,22%. Pressões inflacionárias persistem e medidas tomadas em um esforço de conter a inflação, juntamente da especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, contribuíram, no passado, para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários, o que pode causar efeitos adversos em nós.

Como resultado de pressões inflacionárias e instabilidade macroeconômica, o governo brasileiro adotou historicamente políticas monetárias que resultaram em altas taxas de juros no Brasil. O Banco Central define as taxas de juros básicas geralmente disponíveis ao sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. O aumento nas taxas de juros pode afetar negativamente nosso custo de financiamento, incluindo o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes de caixa, valores mobiliários e pagamentos de leasing.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre nós.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre nós. A

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização também reduziria o valor dos dividendos distribuídos em dólar norte-americano e o equivalente ao preço de negociação das nossas ações ordinárias em dólares norte-americanos.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

- Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB +, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB+ para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB- com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em 2019, a Standard & Poor's revisou a perspectiva do Brasil de estável para positivo, mas em abril de 2020, apesar de reafirmar o rating com BB-, revisou a perspectiva de positiva para estável pelas incertezas relacionadas à COVID-19.
- Em dezembro de 2015, a Moody's colocou os ratings Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo. A Moody's em maio de 2020 reafirmou o rating em Ba2 e manteve a perspectiva em estável.
- A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB + com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017 e rebaixou para BB- em fevereiro de 2018. Em 2019 a Fitch reafirmou o rating de BB- e revisou a perspectiva para estável, mas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

em maio de 2020 revisou a perspectiva para negativa, de modo a refletir a deterioração das perspectivas econômicas e fiscais do Brasil e os riscos de agravamento de ambas, diante do aumento das incertezas políticas, incluindo tensões entre o Executivo e o Congresso, e as incertezas quanto à duração e à intensidade da pandemia do COVID-19.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações ordinárias.

Um mercado ativo e líquido para nossas ações ordinárias pode não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez inerente ao mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar significativamente a capacidade dos investidores venderem nossas ações ordinárias pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a certos riscos político e econômico, incluindo, mas não se limitando, a:

- Mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de obter retorno total ou parcial sobre seus investimentos; e
- Restrições ao investimento estrangeiro e repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os Estados Unidos e União Europeia. Não podemos garantir que, após a conclusão da oferta, haverá um mercado líquido ou que não haverá restrição possível à negociação das ações ordinárias, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações pelo preço e tempo desejados. O preço de nossas ações ordinárias pode flutuar significativamente em resposta a vários fatores que estão além do nosso controle. Além disso, o B3 pode ser regulado de forma diferente do que os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender suas ações pelo preço e tempo desejados.

Além disso, o preço das ações após uma oferta pública está frequentemente sujeito a volatilidade. Essas características do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias emitidas por nós, pelo preço e no momento desejado. Se um mercado de negociação ativo e líquido de ações ordinárias emitidas por nós não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação de nossas ações ordinárias poderá ser negativamente afetado.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

As atividades da Companhia e de sua controlada as expõem a alguns riscos financeiros. Um dos exemplos é o risco de mercado, o qual é composto pelo risco cambial e pelo risco de taxa de juros.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que ocorra a flutuação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro em razão das variações nos preços de mercado.

Os riscos de mercado estão sujeitos a três categorias de riscos: (i) risco de taxas de juros; (ii) risco cambial; e (iii) risco de preço, o qual pode se referir a commodities, ações, entre outros.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros, sendo que tal modificação pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo.

A análise de sensibilidade abaixo demonstrada foi desenvolvida considerando a exposição ao CDI, que é o indexador atualmente utilizado nas aplicações financeiras contratadas pela Companhia.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade às variações na taxa de juros e seus impactos no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2019:

	(Valores expressos em R\$ mil)			Resultado financeiro		
	Risco	2019	Taxa	Cenário provável	Cenário baixa 25%	Cenário baixa 50%
Aplicações financeiras			CDI (i)			

(i) Juros do cenário provável obtido do relatório Focus de 31/12/2019 (CDI diário anualizado 4,5%).

Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano. A política de gestão de risco cambial é definida pela administração da Companhia.

O risco de variação cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira existentes até março de 2019 era mitigado por meio de contratação de swap, mediante o qual a variação cambial foi “trocada” pela taxa fixada do banco. Os empréstimos em moeda estrangeira foram liquidados na sua totalidade em março de 2019. Novos empréstimos foram contratados em moeda local e com taxa de juros fixas não existindo, portanto, riscos de mercado com essa atividade financeira. Os empréstimos com partes relacionadas foram liquidados em sua totalidade em novembro de 2019.

A Companhia se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de Non Deliverable Forwards (NDFs) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

que não pertencem ao objeto de hedge definido na contratação da NDF. No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de hedge e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais a Companhia não está protegida.

O percentual de 36% de impostos não recuperáveis sobre as *Non Deliverable Forwards (NDFs)* foi determinado conforme os percentuais de imposto de importação (35%, em média) e sobre o percentual não recuperável de COFINS sobre importação (1%).

A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi retirada do relatório FOCUS divulgado pelo Bacen em 27 de dezembro de 2019. Os cenários foram estimados conforme o disposto na Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade a variações na taxa de câmbio e seus impactos no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2019:

		Nocional USD	Cenários Negativos		
			Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto + 50%
		USD 1 = R\$ 4,10	USD 1 = R\$ 5,13	USD 1 = R\$ 6,15	
		(Pagar)/Receber			
Objeto de hedge	Pedidos de compra de mercadorias importadas	(51.512)	(3.570)	(56.370)	(109.170)
Instrumento de Hedge	NDF	44.025	3.051	48.177	93.302
Exposição líquida de pedidos de importação		(7.487)	(519)	(8.193)	(15.868)
Impostos não recuperáveis (36%)		(18.544)	(1.285)	(20.293)	(39.301)
Exposição líquida total		(26.031)	(1.804)	(28.486)	(55.169)
Efeito no resultado líquido de IR/CS		(17.180)	(1.191)	(18.801)	(36.412)

USD em 27/12/2019 = R\$ 4,0307

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Contingências Fiscais

Ação com Pedido de Tutela Provisória de Urgência Cautelar Incidental e/ou Tutela de Evidência nº 5003952-11.2019.4.03.6144 / Processo Administrativo nº 13896.722179/2019-82)	
a. Juízo	2ª Vara Federal de Barueri / Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância Judicial
c. Data de instauração	07/08/2019
d. Partes no processo	Autor: C&A Modas S.A. Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 170.441.268,29
f. Principais fatos	Ação judicial proposta pela Companhia para discutir o direito de fruição da alíquota zero do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (“Lei do Bem”), para a venda a varejo de <i>smartphones</i> produzidos no país. A Companhia foi intimada da instauração de um processo administrativo para inclusão, controle e cobrança dos débitos confessados por meio de declaração. A Companhia ajuizou uma ação com pedido de tutela provisória de urgência, cautelar incidental e/ou tutela de evidência para a antecipação de garantia do débito mediante a apresentação de seguro garantia.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia, estará sujeita ao pagamento do valor do valor do débito em discussão, devidamente atualizado.

Mandado de Segurança nº 5000247-73.2017.4.03.6144 / Processo Administrativo nº 13896.722179/2019-82)	
a. Juízo	2ª Vara Federal de Barueri / Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância Judicial
c. Data de instauração	07/08/2019

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Mandado de Segurança nº 5000247-73.2017.4.03.6144 / Processo Administrativo nº 13896.722179/2019-82)	
d. Partes no processo	Autor: C&A Modas S.A. Réu: Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 170.441.268,29 (valor correspondente aos débitos exigidos pela Receita Federal). Considerando que ainda não houve o trânsito em julgado, a Companhia ainda não apurou e não reconheceu os créditos decorrentes dessa ação judicial.
f. Principais fatos	<p>Ação judicial proposta pela Companhia para discutir o reconhecimento do seu direito líquido e certo de não incluir o valor do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS à luz da Lei nº 12.973/14, a partir da sua vigência. Em 06/07/2017 a liminar foi deferida e em 25/01/2018 foi proferida sentença favorável, confirmando a liminar deferida, para declarar o direito da Companhia à exclusão do valor correspondente ao ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, bem como reconhecer o seu direito à compensação do indébito corrigido, após o trânsito em julgado. A União Federal interpôs recurso de apelação em 31/01/2018 e a Companhia opôs embargos de declaração em 01/02/2018. Em 12/06/2019, os embargos de declaração opostos pela Companhia foram acolhidos para redefinir a parte dispositiva da sentença no sentido de se conceder a segurança, confirmando a liminar deferida, para declarar o direito da Companhia à exclusão do valor correspondente ao ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, sob a égide da Lei n.12.973/2014, bem como reconhecer o seu direito à compensação do indébito corrigido a partir da vigência da referida norma (a partir de 01/2015), após o trânsito em julgado desta. Atualmente, aguarda-se apresentação, pela Companhia, de contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela União Federal. Diante da ação proposta, a Companhia discute o direito à compensação do indébito relativo ao período de 01/2015 (início da vigência da Lei nº 12.973/14) a 06/2017 (competência que antecedeu a concessão da liminar), enquanto a Receita Federal do Brasil já instaurou um processo administrativo para inclusão, controle e cobrança dos débitos a partir do mês de 07/2017 (competência que sucedeu a concessão da liminar), confessados pela Companhia por meio de declaração.</p> <p>Adicionalmente, considerando ainda haver pendência de julgamento dos embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional no <i>leading case</i> (não no caso da Companhia) relativo à mesma discussão (RE nº 574.706/PR), é possível ainda haver controvérsias quanto aos efeitos da decisão ou até mesmo quanto aos montantes dos créditos passíveis de utilização pelos contribuintes.</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Mandado de Segurança nº 5000247-73.2017.4.03.6144 / Processo Administrativo nº 13896.722179/2019-82)	
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia deixará de ter direito à compensação do indébito relativo ao período de 01/2015 a 06/2017, e estará sujeita ao pagamento do valor do débito em discussão, devidamente atualizado. Ainda, a depender do resultado do julgamento dos Embargos de Declaração da Fazenda Nacional no <i>leading case</i> , poderá haver controvérsias quanto aos efeitos da decisão ou até mesmo quanto aos montantes dos créditos passíveis de utilização pelos contribuintes.

Processo Administrativo nº 35415.000153/2007-44 (NFL nº 37.066.538-4)	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Instância Administrativa
c. Data de instauração	27/12/2006
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.008.745,66
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal relativo a cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre valores pagos a título de Assistência Médica e Hospitalar a seus funcionários e empregados segurados, dos períodos de 12/12/1997 e 28/02/2005. Houve adesão ao REFIS para pagamento parcial dos débitos. Posteriormente valores relativos à Assistência Médica Auto-Gestão (período de 12/2000 a 02/2005) e Assistência Médica Plano de Saúde (período de 02/2001 a 02/2005) foram incluídos no programa de anistia veiculado pela Lei nº 11.941/09.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado. Em fevereiro de 2020, com base na decisão proferida em sede de recurso hierárquico, houve reversão de parte do valor (R\$ 23.376.847,69). Assim, o saldo atualizado do processo perfaz o montante de R\$ 8.008.745,66.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Execução Fiscal 0000034-89.2016.4.03.6144 – Embargos à Execução 0003302-54.2016.4.03.6144. (PAF nº 13896.722554/2011-37)	
a. Juízo	Justiça Federal Seção Judiciária de São Paulo
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	11/01/2016
d. Partes no processo	Exequente: União Federal Executado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.893.527,64
f. Principais fatos	Foi ajuizada Execução Fiscal pela União visando a cobrança de débitos relativos a processo de compensação nº 13896.722554/2011-37 em face da não homologação dos PER/DCOMP n.º23923.04952.1710008.1.3.04-8040, 37271.36229.171008.1.3.04-7756, 21129.47939.171008.1.3.04.6623 e 07589.68825.171008.1.3.04-8200, referentes a débitos de PIS e COFINS. Os créditos foram apurados em decorrência das retificações de DCTF e DACON através das quais a C&A estornou os valores que haviam sido contabilizados equivocadamente como comissão de seguros por meio do lançamento em contrapartida. A Companhia ofereceu Embargos à Execução. Foi apresentado seguro garantia. Em junho de 2019 o valor era de R\$ 12.422.624,93 (Apólice nº 17.75.002296.12 de 29/01/16).
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia, estará sujeita ao pagamento do valor do débito em discussão, devidamente atualizado.

Processo Administrativo nº. 13986.904911/2013-45	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Instância Administrativa
c. Data de instauração	04/11/2013
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.768.527,02

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo nº. 13986.904911/2013-45	
f. Principais fatos	Trata-se de pedido de compensação, em razão de pagamento indevido ou a maior de COFINS, relativo ao mês de agosto de 2012 e recolhido em 25/09/13, compensado com débito do mesmo tributo (cód. 5856-01), referente ao período de apuração de setembro de 2012, com vencimento em 25/10/2012.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo Administrativo nº. 10314.720709/2016-11	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Instância Administrativa
c. Data de instauração	19/04/2016
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13.754.000,47
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo decorrente ao Auto de Infração que visa à cobrança de Imposto sobre Importação, PIS/PASEP Importação e COFINS Importação ante a não inclusão de Royalties pagos por uso de marcas licenciadas, na base de cálculo de mercadorias importadas em 2012.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo Administrativo nº. 13896-723.458/2016-11	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Instância Administrativa
c. Data de instauração	22/11/2016
d. Partes no processo	Autuante: União Federal

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo nº. 13896-723.458/2016-11	
	Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 63.859.032,66
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal federal relativo a PIS e COFINS sobre frete de transferência, taxa de cartão de crédito, propaganda e publicidade, mão de obra temporário, energia elétrica, ajustes positivos de créditos e despesas de aluguéis de imóveis.
g. Chance de perda	Possível e provável (Possível: R\$ 22.077.136,21 + Provável R\$ 41.781.896,45)
h. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo Administrativo nº. 19515.720397/2018-15	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	3ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	22/11/2016
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 38.676.038,42
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal federal relativo a PIS e COFINS sobre taxa de frete, mão de obra temporária, aquisição de cabides, aquisição de embalagens, cartão de terceiros, cartão PL, propaganda de televisão, jornal, rádio e contratos exclusivos de propaganda.
g. Chance de perda	Possível e Provável (Possível: R\$ 8.046.612,76 + Provável: R\$ 30.629,425,66)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo nº. 19515.720397/2018-15	
h. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Contingências Cíveis

Ação Civil Pública nº 0539450-79.2017.8.05.0001	
a. Juízo	16ª Vara de Relações de Consumo - Salvador / Quarta Câmara Cível do TJBA
b. Instância	2ª Instância Judicial
c. Data de instauração	04.07.2017
d. Partes no processo	Polo ativo: Ministério Público do Estado da Bahia (" <u>MP-BA</u> ") Polo passivo: C&A Modas Ltda. (" <u>C&A</u> ")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Ílíquido (o valor envolvido corresponde ao valor ílíquido de eventual indenização aos consumidores a título de danos materiais e morais sofridos e ao valor de R\$ 50.000,00 requerido pelo MP-BA a título de danos morais causados difusamente à coletividade a ser revertido para o Fundo Estadual dos Direitos do Consumidor).
f. Principais fatos	O MP-BA alega que, em 5 de novembro de 2016, a Dra. Tania Magnani de Abreu Fraga, Juíza do Trabalho, em relação à sentença exarada nos Autos de nº 0000409-37.2016.5.05.0038, que tramitou na 38ª Vara do Trabalho de Salvador-BA enviou-lhe um ofício para fins de averiguação de práticas abusivas realizadas pela Acionada contra o consumidor, fruto da observância das alegações feitas pela reclamante Adelma do Carmo, ex-funcionária da C&A, no curso do processo trabalhista acima mencionado. Diante das alegações na reclamação trabalhista e depoimentos colhidos no curso de inquérito civil n. 003.0.255156/2016, o MP-BA ajuizou a ação civil pública em 04.07.2017, com pedido de tutela antecipada, objetivando compelir a C&A a (i) deixar de induzir os consumidores a

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0539450-79.2017.8.05.0001	
	<p>parcelarem suas compras no cartão da loja em maior quantidade de vezes com a intenção de obter vantagem econômica, a partir dos juros cobrados; (ii) deixar de inserir na conta do consumidor/cliente plano odontológico e/ou seguro do cartão da loja sem a prévia ciência e autorização desse; (iii) não alterar o CEP do domicílio dos consumidores/clientes, para fins de propiciar que instituições financeiras liberem cartões solicitados para acesso a compras, nem tampouco para qualquer outro objetivo; (iv) indenizar os consumidores em razão dos danos materiais e morais sofridos; (v) efetivar o pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em decorrência do dano moral causado difusamente à coletividade, devendo o montante ser revertido para o Fundo Estadual dos Direitos do Consumidor. Na petição inicial, o MP-BA pleiteou, ainda, a inversão do ônus da prova em desfavor da C&A considerando que o MP-BA estaria agindo em prol dos consumidores, que são as partes hipossuficientes na relação discutida.</p> <p>Em 04.09.2017, a C&A apresentou contestação alegando, preliminarmente, a ilegitimidade ativa do MP-BA ao argumento de que não há direito coletivo ou difuso a ser tutelado nesta demanda, sendo pacífico o entendimento de que Ministério Público não possui legitimidade para tutelar direitos individuais homogêneos e disponíveis. No mérito, alegou (i) a inexistência da prática de alteração do CEP dos clientes ou práticas abusivas em violação aos preceitos do Código de Defesa do Consumidor (“CDC”), esclarecendo que a contratação de seguro e de plano odontológico, são realizados por meio de contrato escrito e apartado do contrato do Cartão C&A; e (ii) a inexistência de danos individuais, difusos ou coletivos. A C&A sustentou, ainda, que o MP-BA não comprovou as suas alegações e fundamentos, baseando seu pleito em suposições.</p> <p>Em 05.04.2018, foi proferida sentença que rejeitou a preliminar reconhecendo a legitimidade ativa do MP-BA e julgando improcedente o pedido diante da falta e comprovação dos fatos</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0539450-79.2017.8.05.0001	
	<p>alegados na inicial, extinguindo-se a ação com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.</p> <p>Em 11.06.2018, o MP-BA interpôs recurso de apelação sustentando a reforma da sentença para que seja invertido o ônus probatório e julgado procedente o pleito inicial do MP-BA. A C&A apresentou contrarrazões em 11.07.2018 reiterando seus argumentos, requerendo o reconhecimento da ilegitimidade ativa do MP-BA e, subsidiariamente, o não provimento da apelação.</p> <p>Em 27.08.2019, a Quarta Câmara Cível do TJBA rejeitou a preliminar de ilegitimidade, reiterou o descabimento da inversão do ônus da prova no caso e negou provimento à apelação em votação unânime, por ausência de comprovação da prática de ato ilícito e ausência de arcabouço probatório mínimo acerca das razões que fundamentam o pleito autoral, dessa forma mantendo a sentença. O acórdão foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico de 30.09.2019 e há prazo em curso para recurso do MP-BA.</p>
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia, estará sujeita (i) a possível impacto reputacional e (ii) ao pagamento de valor a título de danos morais e materiais aos consumidores (ilíquido) e de R\$ 50.000,00 a título de danos morais causados difusamente à coletividade (a ser revertido para o Fundo Estadual dos Direitos do Consumidor).

Contingências Trabalhistas

Ação Civil Pública nº 0001637-13.2010.5.03.0103	
a. Juízo	3ª Vara do Trabalho de Uberlândia – Minas Gerais
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	18.10.2010
d. Partes no processo	Polo ativo: Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho de Uberlândia (Minas Gerais) (“MPT”)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0001637-13.2010.5.03.0103	
	Polo passivo: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Incalculável (atualmente o valor envolvido corresponde ao valor das multas que podem ser aplicadas em caso de descumprimento das obrigações de fazer impostas).
f. Principais fatos	<p>A ação ajuizada em 18.10.2010, objetivando a imposição de obrigações de fazer relativas a jornada de trabalho, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e normas de saúde e segurança do trabalho relacionadas a primeiros socorros, sob pena de multa de R\$ 20.000,00 por infração cometida e trabalhador atingido, bem como a condenação da C&A ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 1.000.000,00. Em 23.03.2011, a ação foi julgada parcialmente procedente, para condenar a C&A, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 por descumprimento constatado, ao cumprimento das seguintes obrigações: (i) conceder intervalo intrajornada aos empregados; (ii) deixar de prorrogar a jornada dos empregados além do limite legal de duas horas diárias; (iii) deixar de manter empregado trabalhando em feriado sem necessidade imperiosa ou permissão da autoridade competente; (iv) conceder descanso remunerado a seus empregados; (v) realizar reuniões ordinárias da CIPA e (vi) equipar o estabelecimento com material necessário à prestação de primeiros socorros. Interposto recurso ordinário por ambas as partes. Em 27.07.2011, o Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais deu parcial provimento ao recurso ordinário do MPT para estender a aplicação da multa para cada trabalhador atingido e condenar a C&A ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 50.000,00. Interposto recurso de revista pela C&A. Em 25.04.2012, o Tribunal Superior do Trabalho negou provimento ao apelo da C&A. A decisão transitou em julgado em 04.06.2012, iniciando-se a fase de execução. Em 04.12.2013, a C&A pagou o valor de R\$ 213.882,62, decorrente da indenização por danos morais e das multas por descumprimento das obrigações impostas. Em 01.12.2015, a C&A pagou o valor de R\$ 448.000,00, decorrente</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0001637-13.2010.5.03.0103	
	das multas por descumprimento das obrigações impostas. Em 03.07.2019, foi determinada a suspensão do feito por 90 dias, para que o MPT verifique se uma das instituições beneficiária dos valores pagos pela C&A a título de multa, realizou a prestação de contas corretamente.
g. Chance de perda	Remoto
h. Impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa em caso de descumprimento reiterado das obrigações impostas. Atualmente, o MPT acompanha o cumprimento das obrigações impostas por via administrativa (procedimento nº 330.2010.03.001/8). Considerando que não houve limitação territorial nas decisões proferidas na Ação Civil Pública, entendemos existir o risco de as obrigações acima mencionadas serem estendidas a todo o território nacional, abrangendo todas as filiais da C&A.

Ação Civil Pública nº 0000141-94.2013.5.19.0006	
a. Juízo	6ª Vara do Trabalho de Maceió – Alagoas
b. Instância	1ª Instância – Fase de Execução
c. Data de instauração	14.2.2013
d. Partes no processo	Polo ativo: Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região (“MPT”) Polo passivo: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Incalculável
f. Principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo MPT em decorrência de denúncia envolvendo questões de periculosidade. Na ação civil pública foi pleiteado, em caráter de tutela antecipada, que a empresa: (i) promova treinamento adequado a todos os empregados que manuseiam o sistema de alta tensão da loja e/ou façam rondas na parte elétrica, áreas de risco (alta tensão); (ii) forneça os equipamentos de proteção individual a todos os empregados que deles necessitem e fiscalize o seu uso, repondo-o quando se desgastarem pelo uso, sendo o fornecimento

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0000141-94.2013.5.19.0006	
	<p>garantido sem qualquer custo para o trabalhador; (iii) mantenha recibos atestando a entrega dos EPI's aos empregados, fazendo constar sua assinatura e data de recebimento; (iv) mantenha atualizado e implemente corretamente o PCMSO e PPRA. Ainda, requereu-se a aplicação de multa diária no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por descumprimento de qualquer das obrigações acima, acrescida de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por trabalhador prejudicado. No mérito, pleiteou-se a condenação definitiva da C&A nas obrigações referidas no pedido liminar e o pagamento de indenização por danos morais difusos e coletivos em valor não inferior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Em 26.06.2013, a ação foi julgada parcialmente procedente, para condenar a C&A, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 por descumprimento constatado, até o limite de R\$ 30.000,00, acrescida de multa de R\$ 500,00 por trabalhador atingido, ao cumprimento das seguintes obrigações: (i) promover treinamento aos empregados que manuseiem sistema de alta tensão elétrica; (ii) fornecer, mediante recibo, EPI's adequados aos empregados que manuseiem sistema de alta tensão elétrica; (iii) manter PCMSO e PPRA atualizados e (iv) pagar indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 10.000,00. Em 11.09.2014, foi prolatado acórdão que determinou (i) a majoração do <i>quantum</i> indenizatório para R\$100.000,00 (a título de indenização por danos morais), e (ii) a majoração da multa diária ao valor de R\$10.000,00 até o limite de R\$300.000,00 em caso de descumprimento das obrigações, somadas de R\$3.000,00 para cada empregado impactado. Atualmente o processo encontra-se em fase de execução. De acordo com a planilha acostada aos autos em 8.3.2019, foi calculado o valor de R\$ 493.434,78 (atualizados até 1.3.2019) a título de multa por descumprimento de obrigações, indenização por danos morais coletivos e custas processuais (no valor indicado, até o momento, não foi considerado o valor a título de multa por trabalhador afetado).</p>
g. Chance de perda	Provável

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0000141-94.2013.5.19.0006	
h. Impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa em caso de descumprimento das obrigações impostas.

Ação Civil Pública nº 0001812-23.2015.5.17.0012	
a. Juízo	12ª Vara Trabalho de Vitória/ES
b. Instância	3ª Instância Judicial
c. Data de instauração	28.01.2016
d. Partes no processo	Polo ativo: Ministério Público do Trabalho da 17ª REGIÃO Polo passivo: C&A Modas Ltda. (" <u>C&A</u> ")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Ilíquido (multa por descumprimento de tutela antecipada no valor de R\$ 1.000,00 por dia, considerando obrigação de fazer por cada empregado)
f. Principais fatos	O MPT-ES afirma que a C&A desrespeita o intervalo entre jornadas, não concede a pausa do art. 384 da CLT antes do início da jornada extra, exige horas extras acima do limite legal de duas horas fora das hipóteses legais, e não anota o horário de intervalo efetivamente usufruído pelos obreiros.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia, estará sujeita a obrigação de fazer no sentido de abster de: (i) prorrogar jornada além de 2 horas; (ii) conceder intervalo mínimo de 11 horas entre 2 jornadas; (iii) conceder intervalo de 15 minutos para jornada de até 6 horas, bem como de 1 a 2 horas para jornada além de 6 horas; e (iv) pré-assinalar os cartões de ponto com os horários de intervalo efetivamente praticados.

Ação Civil Pública nº 0000998-41.2014.5.12.0026	
a. Juízo	6ª Vara Trabalho de Florianópolis - 12ª Região
b. Instância	3ª Instância Judicial

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0000998-41.2014.5.12.0026	
c. Data de instauração	27.08.2014
d. Partes no processo	Polo ativo: Ministério Público do Trabalho da 12ª REGIÃO Polo passivo: C&A Modas Ltda. (“ <u>C&A</u> ”)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Ílíquido (o valor envolvido corresponde ao valor ílíquido de eventual pagamento de multa de R\$ 5.000,00, por dia de atraso, por trabalhador prejudicado, limitado esse valor a R\$ 30.000,00, ressalvadas as situações em que a mesma comprovar não ter dado causa à demora, valor este reversível ao Fundo de Direitos Difusos; e indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$ 500.000,00, também reversíveis ao Fundo de Direitos Difusos.
f. Principais fatos	O MPT-SC alega que tem se tornado prática comum em empresas do comércio, o pagamento dos valores rescisórios através de depósito bancário em conta do empregado, com a homologação do TRCT e entrega das guias para saque do FGTS e habilitação no seguro-desemprego muito tempo após o pagamento, chegando em alguns casos a meses de atraso. Com isso o empregado fica impossibilitado de sacar o seu FGTS e se habilitar no seguro-desemprego.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia, estará sujeita (i) efetuar as homologações das rescisões de contrato de trabalho, entrega das guias para FGTS e obtenção do seguro-desemprego prazos legais previstos no § 6º, do art. 477, da CLT; (ii) multa de R\$ 5.000,00, por dia de atraso, por trabalhador prejudicado, limitado esse valor a R\$ 30.000,00, ressalvadas as situações em que a mesma comprovar não ter dado causa à demora, valor este reversível ao Fundo de Direitos Difusos; e (iii) danos morais coletivos, no valor de R\$ 500.000,00, também reversíveis ao Fundo de Direitos Difusos.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

As contingências descritas no item 4.3 acima possuem provisão constituída no montante total de R\$67.041.678,14 em 30 de junho de 2019.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Na data deste Formulário, a Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Termos de Ajustamentos de Conduta (“TACs”) são acordos firmados com o Ministério Público do Trabalho, no curso de um inquérito civil ou em uma ação civil pública e tem como objetivo impor o cumprimento da legislação trabalhista. Identificamos sete TACs firmados pela empresa, relacionados a (i) cumprimento de cota de aprendizes; (ii) cumprimento de cota de pessoas com deficiência e reabilitados (2 TACs celebrados no âmbito do mesmo procedimento administrativo); (iii) jornada de trabalho; (iv) trabalhadores estrangeiros (cadeia de fornecimento); (v) contratação de cooperativas e (vi) trabalhadores temporários. Dentre os TACs firmados pela C&A, destacamos o seguinte:

- Em 05 de novembro de 2007, a C&A celebrou TAC com o Ministério Público do Trabalho da 2ª Região, pelo qual se obrigou a advertir seus fornecedores no site de internet e fazer constar nos pedidos de compra encaminhados aos fornecedores que não aceitará, sob pena de rescisão, descredenciamento e cancelamento de pedido de compras, as confecções que (i) contratem trabalhadores estrangeiros em situação irregular no país; (ii) contratem empresas integradas por estrangeiros que não estejam legalmente constituídos como pessoa jurídica e (iii) contratem empresas que utilizem trabalhadores estrangeiros em situação irregular no país. A C&A também se obrigou a visitar periodicamente as confecções para verificar o cumprimento das obrigações, no intervalo mínimo de 1 ano e máximo de 2 anos. O descumprimento de qualquer das obrigações do TAC implicará no pagamento de multa de R\$ 10.000,00 por trabalhador contratado em situação irregular. A Companhia informa que cumpre todas as obrigações firmadas no âmbito do TAC, tendo, inclusive, incluído em seus termos gerais de contratação de fornecimento os princípios que norteiam tais obrigações.

Trânsito em julgado favorável em ação tributária. A Companhia ajuizou mandado de segurança, distribuído sob o número 0001187-13.2007.4.03.6100 (número antigo 2007.61.00.001187-0) em busca de decisão judicial que lhe reconhecesse e assegurasse o direito de não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em relação aos fatos geradores vencidos e vincendos, bem como o reconhecimento do direito aos créditos provenientes dos pagamentos indevidamente efetuados a título de PIS e COFINS, em decorrência da indevida inclusão do ICMS em suas bases de cálculo, para fins de imediata compensação.

- A medida liminar foi parcialmente concedida para reconhecer e assegurar o direito de não incluir os valores pagos a título de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em relação aos fatos geradores vincendos. No entanto, os efeitos dessa decisão foram suspensos pela decisão que atribuiu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento nº 2007.03.00.011561-0, interposto pela União Federal. Em 29/08/2007 foi publicada sentença que denegou a segurança pleiteada ao considerar ser devida a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Contra essa decisão, em 12/09/2007, a Companhia interpôs recurso de apelação, ao qual foi negado provimento. Foram opostos embargos de declaração, posteriormente rejeitados. A Companhia, então, interpôs recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores. O Recurso Extraordinário foi sobrestado e o Recurso Especial não conhecido/prejudicado.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

- Diante da declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no regime de repercussão geral (RE nº 574.706/PR), o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em juízo de retratação, deu provimento ao recurso de apelação da Companhia, determinando a aplicação do prazo prescricional quinquenal e autorizando a compensação tributária, após o trânsito em julgado. Foram opostos Embargos de Declaração pela Companhia, em razão de omissão quanto ao período dos créditos passíveis de compensação, e Agravo Interno pela União Federal. Os Embargos de Declaração da Companhia foram acolhidos e o Agravo Interno da União Federal foi improvido. Após, a União Federal interpôs Recurso Extraordinário, julgado prejudicado, tendo transitado em julgado a decisão em favor da Companhia, em 28/02/2019.
- Em razão do trânsito em julgado da decisão favorável, a Companhia estima, após os trâmites cabíveis, se utilizar dos créditos decorrentes do indébito relativo ao período de 2002 a 2014, estimado inicialmente em R\$1.253.331.782,00, em 30/06/2019, sendo R\$658.702.657,59 relativos ao principal e R\$594.629.124,41 em decorrência da aplicação da atualização correspondente.
- Ainda, considerando ainda haver pendência de julgamento dos embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional no *leading case* (não no caso da Companhia, que já transitou em julgado favoravelmente a ela) relativo à mesma discussão (RE nº 574.706/PR), é possível ainda haver controvérsias quanto aos efeitos da decisão ou até mesmo quanto aos montantes dos créditos passíveis de utilização por todos os contribuintes que possuem essa discussão, de modo que, a depender do seu resultado, a aplicabilidade ou os montantes dos créditos poderiam ser afetados.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos com o objetivo de conhecer e responder adequadamente aos riscos aos quais a Companhia esteja exposta. A Política de Gerenciamento de Riscos vigente foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da política de gerenciamento de riscos é formalizar e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados nos procedimentos da área de Gestão de Riscos da Companhia, estabelecendo diretrizes, controles, procedimentos e responsabilidades relacionadas à identificação, avaliação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos que possam afetar a Companhia na busca do cumprimento de seus objetivos, e da criação, preservação e crescimento de valor da Companhia, considerando seu apetite à tomada de risco no processo decisório.

O processo de gestão de riscos da Companhia se baseou em recomendações de normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000:2009, e tem como objetivo : (i) aumentar a probabilidade de atingir as metas estabelecidas pela Companhia; (ii) melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; (iii) atender às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios, padronizando conceitos e práticas; (iv) garantir a transparência na comunicação dos riscos identificados; (v) garantir base confiável de dados para a tomada de decisão e planejamento, fornecendo um fluxo dinâmico e eficiente de informação; (vi) alocar e utilizar eficazmente os recursos da Companhia, melhorando o ambiente de controles; (vii) melhorar a governança, assegurando que as práticas de Governança Corporativa da Companhia sejam seguidas e criticamente analisadas; (viii) prevenir ou minimizar perdas; e (ix) melhorar a eficácia e eficiência operacional, aumentando a resiliência da Companhia.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste formulário de referência e busca prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico. Os riscos são classificados pela política de gerenciamento de riscos da seguinte forma:

Riscos Estratégicos: são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.

Riscos Operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio como, por exemplo, marketing, vendas, comercial; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e relações sindicais.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

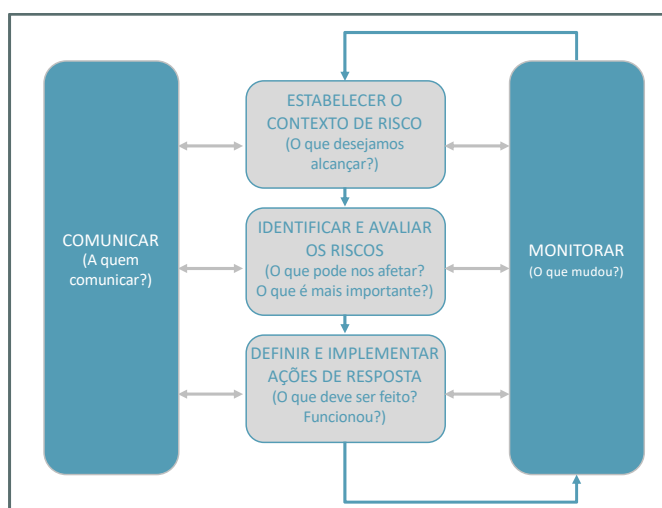
Riscos Tecnológicos: é a possibilidade de uma determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

Riscos Financeiros: para maiores informações sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, ver seção 5.2 deste Formulário de Referência.

Riscos de Conformidade: são os riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de ética e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia segue os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000: 2009. Assim, a abordagem para o mapeamento dos processos de gerenciamento dos nossos riscos segue as etapas apresentadas na figura abaixo:



A área de Gestão de Riscos da Companhia avalia, anualmente, o mapa de riscos, com base no mapa do ano anterior e o atualiza considerando: (i) os novos cenários interno, político e econômico; (ii) projetos estratégicos da Companhia; (iii) resultados de auditorias e (iv) evolução da cultura de *compliance* e riscos. Posteriormente, uma análise dos riscos é realizada, considerando as particularidades de cada cenário e classificando-os em perfis de risco individuais, que são determinados pela avaliação dos riscos identificados em relação à probabilidade de ocorrência e possíveis critérios de impacto.

A partir da etapa de identificação, é realizada a análise do grau de cada risco, considerando o seu potencial impacto para ao negócio e a probabilidade de cada risco se materializar. Cabendo as Áreas de Negócio, a partir dos riscos identificados e respectivas recomendações informadas pela área de Gestão de Riscos, implementam os planos de ação para garantir o tratamento dos riscos. Tais atividades e prazos são acompanhados pela área de Gestão de Riscos, e reportados periodicamente

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e a Diretoria Executiva.

Por fim, a área de Gestão de Riscos realiza, regularmente, o monitoramento dos riscos para reavaliar o nível de gerenciamento aplicado a cada cenário de risco e acordar outras ações de resposta. Os cenários de risco são revisados, no mínimo, anualmente e relatados para:

- Verificar se o perfil de risco foi alterado;
- Identificar quando é necessário tratamento adicional;
- Obter segurança de que o gerenciamento de riscos é eficaz.

A área de Gestão de Riscos deve garantir que as informações apropriadas sejam repassadas às partes interessadas de maneira oportuna e proativa. Os relatórios e comunicação de riscos buscam garantir que:

- As partes interessadas conhecem a natureza e o status dos principais riscos, para que possam operar com uma maior consciência dos riscos e seus possíveis impactos à Companhia;
- Haja uma cultura de transparência de risco;
- Haja uma cultura de responsabilização e conscientização de riscos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia está assim segmentada:

- Conselho de Administração: responsável pela governança do processo local de gerenciamento de riscos, para que a Companhia seja gerenciada de maneira consciente e diligente, conforme as seguintes atribuições e responsabilidades:
 - Aprovar a política de gerenciamento de riscos;
 - Definir uma tolerância de risco apropriada, priorizando riscos e aprovando planos de mitigação; e
 - Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.
- O Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos: (i) avalia e monitora a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade; (ii) supervisiona as atividades da área de Auditoria Interna; (iii) avalia a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugere soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração; (iv) recomenda ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia; (v) assessora o Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e (vi) avalia e monitora o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos e recomenda correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.
- A Diretoria Executiva: responsável por: (i) assegurar que o modelo de “três linhas de defesa” seja aplicado aos processos de gerenciamento de riscos e controles da Companhia; e (ii) acompanhar o processo de gerenciamento de riscos, patrocinando e monitorando a implementação de ações de tratamento de riscos eventualmente identificados pela Companhia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Área de Gestão de Riscos: (i) garante a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, quando necessário; (ii) antecipa e planeja possíveis falhas, bem como mantém uma margem prática e relevante de segurança; (iii) incentiva que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos; (iv) reporta as atividades de gestão de riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; (v) toma decisões sobre os resultados do relatório de riscos, respostas específicas a novos riscos e mudanças no planejamento de planos de mitigação de riscos; (vi) busca melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente; e (vii) supervisiona quaisquer programas necessários de treinamento e conscientização de riscos.
- Área de Auditoria Interna: fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e à área de Gestão de Riscos avaliações independentes, imparciais e tempestivas, consolidando, avaliando, monitorando e comunicando os riscos da Companhia e a qualidade/efetividade dos processos de governança.
- Áreas de Negócios: responsáveis por seguir o processo de gerenciamento de riscos, ao identificar, controlar e mitigar os riscos, com a implementação de processos e controles internos que tratem os riscos aos quais a Companhia está exposta.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avalia a efetividade do modelo de gestão de riscos adotado pela Companhia e supervisiona as atividades da área de Gestão de Riscos, fazendo recomendações de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos para a análise, avaliação e tomada de decisões pelo Conselho de Administração da Companhia.

A política de gerenciamento de riscos deve ser revisada e atualizada sempre que necessário pela área de Gestão de Riscos, mas no mínimo a cada 03 anos, sendo aprovada pelo Conselho de Administração, a fim de garantir a identificação de oportunidades e a melhoria contínua no modelo de gestão de riscos adotado pela Companhia.

Por fim, a Companhia adota constantemente medidas para que sua estrutura operacional e os controles internos adotados estejam adequados para a verificação da efetividade de sua política de gerenciamento de riscos, uma vez que o monitoramento dos controles se dá por meio de um processo dinâmico, contínuo e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, que devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019, e uma Norma Corporativa de Gestão Financeira, elaborada com diretrizes aprovadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2019, e aprovada pelo Diretor Administrativo e Financeiro em 27 de dezembro de 2020 – por questões estratégicas da Companhia, as diretrizes foram formalizadas em uma Norma Corporativa, que é de uso interno e restrito dentro da Companhia.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia vigente define como riscos financeiros:

- Riscos de Mercado: é a possibilidade de alterações nos preços de mercado que possam afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços;
- Riscos de Crédito: é a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissão de títulos. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de caixa e de equivalentes de caixa da Companhia;
- Riscos de Liquidez: é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos.

Conforme exposto acima, a Companhia entende como o risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de commodities, de ações, entre outros. Nesse sentido, a gestão de riscos de mercado da Companhia se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado aos quais está sujeita.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e se dá, principalmente, em razão de: (i) aplicações financeiras; e (ii) empréstimos com empresas partes relacionadas no exterior.

A análise de sensibilidade elaborada pela Companhia, conforme item 4.2 deste Formulário de Referência, é desenvolvida considerando a exposição ao CDI, que é o indexador atualmente utilizado nas aplicações financeiras contratadas pela Companhia.

Risco cambial

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras e se dá, principalmente, em razão de: (i) importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano; e (ii) empréstimos com empresas partes relacionadas no exterior denominadas em Euro, sendo que a política de gestão de risco cambial é definida pela matriz da Companhia.

Para acompanhar este risco, a Companhia desenvolve uma análise de exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de hedge e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais a Companhia não está protegida, onde:

- O percentual de 36% de impostos não recuperáveis sobre as NDFs foi determinado conforme os percentuais de imposto de importação (35%, em média) e sobre o percentual não recuperável de COFINS sobre importação (1%).
- Para a definição da cotação do dólar no cenário esperado, utilizamos a mediana das expectativas de mercado segundo o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central, na data de 27 de dezembro de 2019, considerando a expectativa do dólar para o próximo período de divulgação. A estimativa dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Para nos protegermos do risco cambial descrito acima, as seguintes estratégias foram adotadas:

- Importação de mercadorias

A Companhia se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDFs) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de hedge definido na contratação da NDF.

- Empréstimos com empresas partes relacionadas no exterior

O risco de variação cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira existentes até março de 2019 era mitigado por meio de contratação de swap, mediante o qual a variação cambial foi “trocada” pela taxa fixada do banco. Os empréstimos em moeda estrangeira foram liquidados na sua totalidade em março de 2019, e os empréstimos com partes relacionadas foram liquidados em sua totalidade em novembro de 2019.

Novos empréstimos passaram a ser contratados em moeda local e com taxa de juros fixas não existindo, portanto, riscos de mercado com essa atividade financeira.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial da Companhia.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A partir de outubro de 2016, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas importações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de proteger a volatilidade do custo de entrada das mercadorias no estoque em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de hedge consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de entradas de mercadorias no estoque em USD referente às importações de produtos que serão comercializados pela Companhia, contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD vs BRL, adotando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros derivativos como NDFs, em valores, vencimentos e moeda equivalentes ao budget de importações em USD.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting* são altamente prováveis, apresentam uma exposição à variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados a valor justo. Dessa forma, no início da transação de hedge, o valor contábil e valor justo são iguais.

As operações de hedge com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação seguiram a normativa prevista pelo CPC 48/IFRS 9, que define que caso uma operação se torne inefetiva, a parcela inefetiva é registrada diretamente no resultado, no período em que ocorrer.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivos diversos aos de proteção cambial e taxa de juros (hedge).

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia está assim segmentada:

- Conselho de Administração: responsável pela governança do processo local de gerenciamento de riscos, para que a Companhia seja gerenciada de maneira consciente e diligente, conforme as seguintes atribuições e responsabilidades:
 - Aprovar a política de gerenciamento de riscos;
 - Definir uma tolerância de risco apropriada, priorizando riscos e aprovando planos de mitigação; e
 - Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.
- Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos: (i) avalia e monitora a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade; (ii) supervisiona as atividades da área de Auditoria Interna; (iii) avalia a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugere soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Conselho de Administração; (iv) recomenda ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia; (v) assessora o Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e (vi) avalia e monitora o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos e recomenda correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.

- Área de Gestão de Riscos: (i) garante a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, quando necessário; (ii) antecipa e planeja possíveis falhas, bem como mantém uma margem prática e relevante de segurança; (iii) incentiva que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos; (iv) reporta as atividades de gestão de riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; (v) toma decisões sobre os resultados do relatório de riscos, respostas específicas a novos riscos e mudanças no planejamento de planos de mitigação de riscos; (vi) busca melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente; e (vii) supervisiona quaisquer programas necessários de treinamento e conscientização de riscos.
- Área de Auditoria Interna: fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e à área de Gestão de Riscos avaliações independentes, imparciais e tempestivas, consolidando, avaliando, monitorando e comunicando os riscos da Companhia e a qualidade/efetividade dos processos de governança.
- Diretoria Financeira: a área de Tesouraria deve (i) ajustar as exposições de acordo com os limites da Norma Corporativa de Gestão Financeira; e (ii) documentar o processo operacional da negociação das operações financeiras. O Gestor da Controladoria, por sua vez, deve: (i) garantir os níveis de exposição e o cumprimento da Norma Corporativa de Gestão Financeira, (ii) aprovar a estratégia de hedge proposta pela área da Tesouraria; e (iii) avaliar casos excepcionais. Por fim, o CFO deve: (i) submeter alterações de diretrizes da Gestão Financeira da Companhia para apreciação Conselho de Administração, (ii) aprovar eventuais alterações na Norma Corporativa de Gestão Financeira, e (iii) disseminar cultura de gestão de riscos.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avalia a efetividade do modelo de gestão de riscos adotado pela Companhia e supervisiona as atividades da área de Gestão de Riscos, fazendo recomendações de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos para a análise, avaliação e tomada de decisões pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos deve ser revisada e atualizada sempre que necessário pela área de Gestão de Riscos, mas no mínimo a cada 03 anos, sendo aprovada pelo Conselho de Administração, a fim de garantir a identificação de oportunidades e a melhoria contínua no modelo de gestão de riscos adotado pela Companhia.

A Norma Corporativa de Gestão Financeira deve ser revisada e atualizada sempre que necessário pela área de Tesouraria, mas no mínimo a cada 03 anos, sendo aprovada pelo CFO com base em

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

diretrizes previamente aprovadas em Reunião do Conselho de Administração, a fim de garantir a identificação de oportunidades e a melhoria contínua no modelo de gestão de riscos financeiros, incluindo de riscos de mercado, adotado pela Companhia.

Por fim, a Companhia adota constantemente medidas para que sua estrutura operacional e os controles internos adotados estejam adequados para a verificação da efetividade de sua política de gerenciamento de riscos, uma vez que o monitoramento dos controles se dá por meio de um processo dinâmico, contínuo e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos. Dentre as ações realizadas ou em andamento, destacam-se: (i) estabelecimento da Gerência de Governança Corporativa, que se reporta ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e está organizada em quatro pilares: a) Gestão de Riscos & Controles Internos, b) Segurança da Informação, Privacidade & Gestão de Identidade, c) Compliance Corporativo & Ética, e d) Auditoria Interna – sendo que foram adotadas todas as medidas necessárias para assegurar a adequada independência e segregação das funções entre as áreas; (ii) revisão ou instituição de políticas corporativas relevantes; (iii) aprimoramento de normas e procedimentos internos, incluindo os de *compliance* e anticorrupção; e (iv) aprimoramento de canal de denúncias.

A Companhia definiu e mantém um “Mapa de Processos”, considerando como diretriz para a classificação de seus controles internos: a) controles no nível de entidade: contempla os controles de governança corporativa que permeiam toda a Companhia e não somente um processo crítico; e b) controles no nível de processos: os processos consolidam os controles internos da Companhia numa visão sistêmica, impulsionando naturalmente os funcionários a entender a empresa como um conjunto de processos inter-relacionados e interdependentes, desvinculando o foco de um departamento ou de um conjunto de funções. Estes processos podem ser classificados em: (i) processo de negócio, que inclui atividades que geram valor para o cliente, ou (ii) processo transversal, conjunto de atividades que garantem o apoio necessário ao funcionamento adequado dos processos de negócios.

Todos os processos identificados no “Mapa de Processos” possuem uma Matriz de Riscos e Controles (MRC), bem como formalização das diretrizes em políticas e procedimentos, sendo que é de responsabilidade da área de Controles Internos, com apoio das Áreas de Negócios, manter essa documentação sempre atualizada. Caso as Áreas de Negócios necessitem, foi definido processo onde a área de Controles Internos auxilia na revisão dos processos, com a visão de riscos e busca por controles compensatórios, quando necessário.

Para garantir que todos os riscos e controles-chave de um processo foram mapeados e documentados, a área de Controles Internos realiza sempre que necessário um walkthrough do processo, que auxilia a confirmar o entendimento do processo de negócio e seus respectivos controles, além de avaliar a efetividade dos controles por meio de testes de aderência.

A Companhia definiu, ainda, processo de acompanhamento da implantação dos planos de ação decorrentes da avaliação periódica da eficácia e efetividade operacional dos controles chaves, de modo a verificar o status da implantação das melhorias nos controles e processos, bem como identificar possíveis novos riscos.

Com relação à prevenção e controle das práticas contábeis: (i) a Companhia segue as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS/CPC); (ii) as demonstrações financeiras são elaboradas pela Contabilidade, com apoio da Tesouraria, Tributário e Jurídico (áreas que respondem ao CFO da Companhia); (iii) as informações contábeis são registradas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (iv) os lançamentos manuais respeitam o *4-eye principle*; (v) as conciliações contábeis são controladas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (vi) o fechamento contábil apenas

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

é concluído após justificativa para as variações relevantes de todas as contas contábeis; e (vii) o balanço e a demonstração do resultado do exercício são revisados mensalmente pela Contabilidade.

Ademais, anualmente, os Auditores Externos atuam: (i) na emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras; e (ii) na emissão de carta de recomendação sobre controles internos da Companhia de acordo com art. 25, inciso II, da Instrução CVM n.º 308/99.

Ainda, cumpre destacar que o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos acompanha as atividades da área de Controles Internos e dos Auditores Externos.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de controles internos da Companhia é assim segmentada:

- Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos: acompanha as atividades das áreas de Controles Internos, da Auditoria Interna, e da Auditoria Externa, reportando ao Conselho de Administração quando necessário.
- Área de Controles Internos: visa garantir que as respostas aos riscos, definidas pela Companhia, estão sendo aplicadas em seu ambiente de controles internos, seja pela melhoria de controles existentes ou por meio de novos controles, cumprindo a ela: (i) documentar e zelar pelo cumprimento das políticas, procedimentos, matrizes de riscos e controles; (ii) prover suporte em revisões de processo; (iii) avaliar periodicamente a aderência dos controles internos; (iv) atender as atividades de auditorias, como: interna, externa e de certificação; e (v) acompanhar a implementação de planos de ação das auditorias que atendeu.
- Área de Compliance: visa garantir o cumprimento de obrigações relevantes da Companhia por meio de um programa de *compliance*, conscientizando as áreas envolvidas e verificando a aderência de obrigações legais, regulatórias, contratuais, de governança e internas relevantes. Suas atividades contemplam: (i) revisão de políticas e procedimentos internos; (ii) apuração de relatos recebidos no canal de denúncias e condução de investigações internas; (iii) reporte ao Comitê Interno de Ética do resultado das investigações internas; (iv) definição de procedimentos de contratação e monitoramento de terceiros; (v) controle de brindes, doações e patrocínios; (vi) realização de treinamentos sobre assuntos de integridade; e (vii) monitoramento contínuo das ações de integridade.

Área de Auditoria Interna: (i) realizar auditoria de processos para identificar riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhorias ao longo de um processo de negócio, com avaliação do desenho dos controles e/ou execução de testes para assegurar a execução dos controles; (ii) verificar se os processos de negócio seguem as políticas e procedimentos internos, bem como as regulamentações e leis específicas; (iii) executar testes abrangentes e emitir parecer sobre o nível de conformidade da atividade; e (iv) identificar novos riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhoria avaliando e testando as melhorias nos controles implementados.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- Áreas de Negócios: responsáveis por desenhar e implementar os planos de ação para tratamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de controle interno relativo à elaboração das Demonstrações Financeiras e às práticas contábeis da Companhia está descrito no item 5.3.a deste formulário de referência.

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, que são realizados pela área de Auditoria Interna e pelo Auditor Externo.

Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as Áreas de Negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

Anualmente, a Administração recebe carta de recomendação dos Auditores Externos, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM n.º 308/99, propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório emitido pelo Auditor Externo relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não apontou deficiências significativas sobre controles internos da Companhia.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração tomou ciência e concorda com o relatório circunstanciado pelo Auditor Externo sobre os controles internos da Companhia durante o processo de auditoria relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, destacando que as oportunidades de melhoria reportadas estão sendo endereçadas e que continuará adotando medidas para o constante aprimoramento dos controles internos e sistemas informatizados da Companhia. Os Diretores da Companhia entendem que as oportunidades de melhorias reportadas no relatório circunstanciado do Auditor Externo não têm impacto na precisão dos dados e na confiabilidade da elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia tem a honestidade como cultura, atua em conformidade com todas as leis relacionadas aos seus negócios, e mantém um compromisso ético na realização de cada uma das suas atividades. A Companhia estruturou e formalizou todas as suas boas práticas em políticas e procedimentos de integridade, em consonância com o propósito e os valores da Companhia.

Essas políticas e procedimentos de integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção. Ainda, as políticas e procedimentos consolidam e reforçam as regras e diretrizes gerais como o Código de Ética, políticas e ações conduzidas por diversas áreas funcionais da estrutura organizacional da empresa, em consonância com as suas respectivas atribuições, para pautar a conduta das lideranças, funcionários, parceiros e terceiros, evidenciando o compromisso da Companhia com a disseminação da cultura de honestidade e boas práticas de gestão e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

Os principais objetivos das políticas e procedimentos de integridade são: (i) promover a cultura de ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade, em especial as de anticorrupção; (iii) implantar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; (iv) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos funcionários; (v) estabelecer a cultura de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio da prevenção; (vi) buscar a melhoria contínua com base na análise, avaliação e desenvolvimento regular do programa e do ambiente normativo aplicável; e (vii) promover a transparência.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são: (i) definição de diretrizes e regras claras para orientar todos os funcionários, a saber: Código de Ética, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019, e se aplica a todos administradores, funcionário e terceiros da Companhia e Política de Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção; (ii) treinamentos periódicos a todos os funcionários sobre o conteúdo do Código de Ética, realizados anualmente; (iii) detecção e interrupção de irregularidades por meio da institucionalização de canal de denúncias; (iv) monitoramento contínuo dos riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo o risco de conformidade, sendo que a reavaliação dos riscos ocorre anualmente; (v) adoção e acompanhamento de indicadores de monitoramento de riscos; (vi) revisão periódica de suas políticas e procedimentos internos; (vii) práticas de *know your employee* e *know your supplier*; e (viii) implementação de Comitê Interno de

5.4 - Programa de Integridade

Ética, responsável pela avaliação e resposta de questões de ética e integridade da Companhia.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

- **Área de Compliance:** é responsável por garantir o cumprimento de obrigações relevantes por meio de um programa de compliance, conscientizando as áreas envolvidas e verificando a aderência da Companhia às obrigações legais, regulatórias, contratuais, de governança e internas relevantes. Suas atividades contemplam: (i) revisão de políticas e procedimentos internos; (ii) apuração de relatos recebidos no canal de denúncias e condução de investigações internas; (iii) reporte ao Comitê Interno de Ética do resultado das investigações internas; (iv) definição de procedimentos de contratação e monitoramento de terceiros; (v) controles de brindes, doações e patrocínios; (vi) realização de treinamentos sobre assuntos de integridade; e (vii) monitoramento contínuo das ações de integridade.
- **Comitê Interno de Ética:** é composto por cinco membros, sendo um dos membros o responsável pela área de Compliance, e os demais membros indicados pela Diretoria Executiva, e aprovados pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia. Dentre as responsabilidades do Comitê Interno de Ética estão: (i) incentivar e monitorar a criação de programas de ética, conduta e anticorrupção, contemplando ações de disseminação, capacitação e treinamento referente aos códigos, políticas, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis; (ii) recomendar a aplicação das medidas disciplinares cabíveis referentes aos desvios de conduta mais graves; e (iii) comunicar periodicamente ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos informações sobre as suas atividades.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética que foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019. O Código de Ética define o propósito, visão e valores da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus funcionários, o papel e as responsabilidades da liderança, diretrizes de relacionamento com fornecedores e clientes.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

As disposições do Código de Ética se aplicam, irrestritamente, a todos os funcionários e administradores da Companhia. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros, agentes governamentais e com a sociedade. Além disso, o Código de Ética também se aplica a fornecedores de mercadorias e serviços e estabelece os padrões de conduta a serem respeitados.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

São realizados treinamentos periódicos a todos os funcionários e administradores a respeito do

5.4 - Programa de Integridade

Código de Ética e normas relacionadas ao tema, ao menos anualmente. Os treinamentos são ministrados pela área de Compliance da Companhia.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Ética prevê a adoção das seguintes medidas disciplinares em caso de violações: (i) advertência oral; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão; (iv) demissão; (iv) término antecipado da relação com o terceiro infrator; ou (v) medidas legais relacionadas a ressarcimento dos danos.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019 e está disponível no site da Companhia e também na intranet.

- (b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia conta com canal de comunicação para o envio de eventuais denúncias, que almeja assegurar que os funcionários e terceiros sejam ouvidos de forma sigilosa e tenham o seu anonimato assegurado se assim desejarem. Tal canal reforça a cultura de transparência e de proteção do denunciante de boa-fé. O acesso ao canal de comunicação se dá pelo endereço de e-mail: canalaberto@cea.com.br.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é interno. A triagem inicial das denúncias é realizada pela área de Compliance, a qual realiza apuração de relatos recebidos e condução de investigações internas.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros, como: clientes, fornecedores, parceiros, agentes governamentais e com a sociedade em geral.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Código de Ética determina que a Companhia não tolerará qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e compromete-se a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira. O canal de denúncias não solicita os dados pessoais do denunciante, e pode ocultar as informações do relato recebido para quem irá realizar a apuração, de modo que se mantenha o anonimato.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O órgão responsável pela apuração de denúncias é a Área de Compliance, que poderá contratar terceiros para auxiliá-la com tal função caso seja necessário.

- (c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia não adota procedimentos específicos para identificação de vulnerabilidades em

5.4 - Programa de Integridade

processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, visto que não se trata de acontecimentos comuns em seu dia-a-dia.

Sem prejuízo, na hipótese de ocorrência dos casos citados, a Companhia efetuará a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas, conforme aplicável) para a condução de processos de “Due Diligence” de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos envolvidos nas operações.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas na natureza dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada em relação ao último exercício social. Entretanto, a Companhia entende que com um cenário político e macroeconômico brasileiro ainda desafiador e um eminente cenário de risco social, com consequências para a saúde da população mundial, eventuais ações precisarão ser tomadas para a redução na exposição a tais riscos, gerando incertezas nos indicadores operacionais para o próximo exercício fiscal.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante e que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	12/01/1981
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	24/10/2019

6.3 - Breve Histórico

A C&A foi fundada em 1841 pelos irmãos holandeses Clemens e August. Suas iniciais deram origem ao nome da marca. A C&A foi pioneira na confecção de roupas prontas para usar e, hoje, está entre as maiores cadeias de varejo do mundo. A C&A tem presença em 21 países da Europa, América Latina e Ásia, com aproximadamente 1.800 lojas.

No Brasil, a marca C&A está presente no mercado brasileiro desde 1976, tendo inaugurado sua primeira loja no Shopping Ibirapuera, em São Paulo, e sendo precursora do conceito “fast fashion”. Nesse momento inicial, as operações da marca C&A ocorriam por meio de outras sociedades, as quais, posteriormente, passaram por transformações societárias, resultando na constituição da Companhia em 1981.

Em 1989, Sebastião Aparecido Fonseca, mais conhecido como "Sebastian" ou “Sebastian Soul”, foi nomeado como o primeiro embaixador da marca C&A no Brasil. Sua atuação foi marcante no meio publicitário com o uso do slogan “abuse e use”, tendo sido por mais de vinte anos garoto-propaganda da rede de lojas de vestuário C&A

Em 2001, para marcar o 25º aniversário da marca no Brasil, a C&A fechou uma parceria publicitária com a top model brasileira Gisele Bündchen, um dos maiores ícones do segmento fashion global. A parceria rendeu bons frutos até 2005, quando a Companhia alcançou a marca de 100 lojas no Brasil.

Em 2009, foi celebrada a parceria com o Branco Bradescard S.A. para as nossas operações com produtos e serviços financeiros.

Em 2014, a C&A foi reconhecida como a empresa mais admirada do Brasil em premiação organizada pela revista Carta Capital, na categoria Varejo Têxtil. Outra demonstração da força da sua marca é o fato de sempre constar entre as marcas mais premiadas no universo publicitário, conquistando com frequência a liderança de diversas pesquisas Top of Mind. Além disso, em 2014, foi iniciada a operação da plataforma de vendas online da C&A.

Em 2016, foi implementado o sistema de Clique e Retire, no qual os clientes poderiam fazer suas compras na plataforma de e-commerce online e retirar o produto nas lojas físicas.

Em dezembro de 2017, a Companhia e a COFRA Latin America Ltda, sócias da Avanti Propaganda Ltda e da Mondial Impex Ltda, deliberaram pela incorporação da Avanti e da Mondial pela Companhia.

Ainda, em 28 de agosto de 2019, a Companhia realizou a transformação de seu tipo societário, deixando de ser constituída na forma de sociedade limitada para se tornar uma sociedade por ações.

No dia 28 de outubro de 2019, as ações de nossa emissão começaram a ser negociadas na B3 no segmento do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3, sob o ticker “CEAB3”. O IPO consistiu em uma oferta primária de 49.315.068 de ações ordinárias e uma oferta secundária de 57.034.546 ações ordinárias, totalizando R\$1,8 bilhão.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia tem quase 300 lojas, divididas em 125 cidades e localizadas tanto em shopping centers, o foco da Companhia, quanto em rua, tendo presença geográfica em todos os estados brasileiros, além de uma robusta plataforma online, que atende todo o país e emprega mais de 15 mil profissionais.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Visão Geral

Somos a segunda marca de loja de roupas mais reconhecida (Top of Mind) no Brasil, de acordo com o Kantar Insights¹ e terceira em termos de receita líquida dentre empresas varejistas de vestuário brasileiras e listadas na B3². Focamos em criar, distribuir e vender moda e vestuários com bom custo benefício, incluindo roupas, acessórios, sapatos, roupas de banho, itens de beleza e perfumes, para homens, mulheres e crianças através da nossa rede nacional de lojas físicas e a plataforma online de comércio eletrônico. Também oferecemos produtos eletrônicos e relacionados, como smartphones, kindles, tablets, relógios e acessórios, incluindo fones de ouvido e carregadores, chamados de produtos *fashiontronics*, que possuem uma alta margem de contribuição por metro quadrado em comparação aos produtos de moda.

Por meio de nosso portfólio nacional e de nossa plataforma de comércio eletrônico, nossa receita líquida totalizou R\$5,3 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e R\$5,1 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Nosso público-alvo é composto, principalmente, por mulheres jovens (entre 18 e 35) buscando um estilo elegante e na moda. As mulheres são as nossas principais clientes, representando uma parte considerável de nossas vendas, sendo que os produtos por elas adquiridos muitas vezes não são direcionados só para elas mesmas, mas também para outros consumidores, incluindo homens e crianças, para os quais também vendemos produtos. Acreditamos que as mulheres são responsáveis pela maior parte das compras de vestuário no Brasil (para si mesmas, seus parentes ou como presente para outros). Nós projetamos nossas coleções próprias para fornecer a moda e os produtos mais recentes à preços com bom custo benefício ao cliente final, no que diz respeito à relação envolvendo preço, qualidade e tendências. Nosso modelo de moda rápida (*fast fashion*) busca prontamente identificar e responder às tendências-chave, regularmente mudando nossa variedade de produtos.

Por operar há mais de 40 anos no Brasil, temos uma rede de lojas físicas que cobre 26 estados e o Distrito Federal. Em 31 de dezembro de 2019, nossas operações incluíam 287 lojas físicas, com uma área de vendas total aproximada de 544.000 metros quadrados. Todas as nossas lojas físicas estão localizadas em áreas com alto tráfego de pedestres e em áreas focadas em nosso público-alvo, sendo que 240 lojas físicas estão em shopping centers consolidados, com o resto localizado em ruas estratégicas. Geralmente, nossas lojas físicas são “âncoras” que atraem um grande fluxo de clientes aos shopping centers, um formato que introduzimos ao Brasil na década de 70. Nossas lojas físicas focam em fornecer uma experiência confortável ao cliente, otimizando a disposição da loja e oferecendo uma grande variedade de produtos e serviços para toda a família.

Atualmente operamos sob um único design e estrutura de loja física, embora nós sejamos flexíveis quanto ao tamanho das lojas, que são classificadas de acordo com as suas áreas de vendas totais como completas ou compactas. Em 31 de dezembro de 2019, nossas 227 lojas físicas completas

¹Fonte: Kantar Insights, pesquisa de mercado, Tracking de Marca 2018 e 2019 (a Kantar Insights era anteriormente denominada MWB - Millward Brown. A MWB, fonte da métrica Top of Mind, mudou seu nome para Kantar Insights após fusão com o grupo WPP).

²Considera empresas do setor de vestuário e dados publicados em balanço para o ano com fim em 31 de dezembro de 2019, considerando Renner como a receita líquida total das Lojas Renner e Lojas Riachuelo como a receita líquida total da Guararapes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

possuíam uma média de aproximadamente 2.120 metros quadrados, enquanto as 62 lojas físicas compactas possuíam uma média de aproximadamente 1.040 metros quadrados, resultando em uma média total de aproximadamente 1.900 metros quadrados.

Nós estamos constantemente evoluindo e aprofundando o desenvolvimento de nossas operações para atender as necessidades de nossos clientes e as tendências de mercado, lançando novas soluções digitais que alavancam nossa grande rede de lojas físicas, permitindo oferecer uma experiência integrada de compras. Nesse contexto lançamos uma plataforma online de comércio eletrônico que foi desenvolvida como um dos nossos primeiros passos para fornecer uma experiência omni-canal completa para nossos clientes. Nossa loja online foi inaugurada no final de 2014. Ao entender que nossos clientes procuram uma experiência mais fácil, rápida e completa de compras, implementamos soluções digitais que contemplam suas necessidades ao incrementar a conveniência e flexibilidade. Executando nossa estratégia de omni-canalidade, desenvolvemos soluções que integram ainda mais nossas lojas físicas e nossos canais digitais, permitindo (i) enviar produtos comprados através de nossa plataforma de comércio eletrônico a um endereço de entrega específico (ship-from-store) e (ii) que nossos clientes façam compras online e retirem o produto em sua loja física de preferência (clique e retire). Também procuramos aumentar o nível de lealdade dos clientes por meio de nosso programa de gestão de relacionamento com o cliente (CRM), interagindo com clientes e aprendendo com suas experiências, e por meio do aplicativo C&A, que estimula o engajamento e as vendas ao apresentar nossas vantagens e prêmios.

As operações em nossas lojas físicas são apoiadas por três centros de distribuição - dois em São Paulo e um no Rio de Janeiro - com uma área total de mais de 110.000 metros quadrados. Nossa plataforma de comércio eletrônico também conta com uma operação logística dedicada em um dos centros de distribuição em São Paulo. Nossos centros de distribuição fornecem aos nossos clientes uma solução integrada que controla diversos canais de vendas e inventários enquanto melhora a experiência de compra através de uma entrega com menos tempo e menor custo de logística.

Também temos um sistema de crédito ao consumidor que oferece (i) cartões de crédito (*co-branded* e marca própria), permitindo o financiamento de nossos produtos de vestuário ou *fashiontronics* em até 8 ou 15 parcelas, respectivamente; (ii) produtos de seguro; e (iii) empréstimos pessoais pelo cartão de crédito. Nossos serviços financeiros são realizados através de uma parceria com o Banco Bradescard S.A., um dos maiores bancos do Brasil, sob um acordo de divisão de lucros iguais para ambas as partes. A média anual de dívidas comerciais líquidas no portfólio de nossa parceria com o Banco Bradescard S.A. foi de R\$2,9 bilhões, R\$3,5 bilhões e R\$3,9 bilhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

Principais Informações Operacionais e Financeiras

Nós nos beneficiamos do conhecimento e experiência de nossos acionistas controladores e administração. Nossos acionistas controladores estão na vanguarda do mundo da moda há quase dois séculos, desenvolvendo a marca C&A de maneira orgânica em diversos países ao redor do mundo. Além disso, somos geridos por uma equipe experiente, apoiada pelas melhores ferramentas de administração existentes, que contribuem para nossos indicadores financeiros e operacionais, sendo que:

- Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, nossa receita líquida consolidada totalizou R\$5.285,2 milhões (das quais 78,1% referiram-se a vendas de vestuário e 17,5% de *fashiontronics*), R\$5.139,1 milhões (das quais 77,2%

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

referiram-se a vendas de vestuário e 17,8% de *fashiontronics*) e R\$5.035,6, respectivamente, representando um crescimento de 2,8% e 2,1%, respectivamente, na comparação anual;

- Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, nosso lucro bruto totalizou R\$2.568,1 milhões (dos quais 83,8% referiram-se à de vendas de vestuário e 8,9% de *fashiontronics*), R\$2.549,1 milhões (dos quais 81,7% referiram-se à de vendas de vestuário e 10,6% de *fashiontronics*) e R\$2.421,5 milhões, respectivamente, um crescimento de 0,7% e 5,3%, respectivamente, na comparação anual;
- Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, tivemos lucro líquido pro forma de R\$ 214,4 milhões, R\$ R\$173,6 milhões e R\$96,9 milhões, respectivamente, um aumento de 23,4% e 121,3% quando comparado aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
- Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, nosso EBITDA Ajustado pro forma totalizou R\$633,3 milhões, R\$ R\$634,9 milhões e R\$556,2 milhões respectivamente, apresentando um crescimento de 13,9% quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

Dados Financeiros

(em R\$ milhões, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Receita líquida	5.285,2	5.139,1	5.035,6
Lucro Bruto	2.568,1	2.549,1	2.421,5
Margem Bruta⁽¹⁾	48,6%	49,6%	48,1%
Margem líquida⁽²⁾	18,4%	3,4%	1,9%
Lucro líquido (prejuízo)	972,0	173,6	96,9
EBITDA⁽³⁾	1.534,9	561,4	494,7
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	633,1	635,0	556,2
Margem EBITDA Ajustado⁽⁵⁾	12,0%	12,4%	11,0%

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

	Em 31 de dezembro de		
(em R\$ milhões)	2019	2018	2017
Dívida Bruta⁽⁶⁾	0,0	907,5	852,0
Caixa e equivalentes de caixa	447,1	446,0	431,8
Caixa (Dívida) Líquido⁽⁷⁾	447,1	(461,5)	(420,2)

⁽¹⁾ A margem bruta é calculada ao dividir o lucro bruto pela receita líquida, indicada em porcentagem.

⁽²⁾ A Margem Líquida é calculada ao dividir o Lucro líquido (prejuízo) do período pela receita líquida, indicada em porcentagem.

⁽³⁾ Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. Desta forma, o EBITDA do período findo em 31 de dezembro de 2019 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R\$295,7 milhões, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R\$142,1 milhões referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).

O EBITDA do período findo em 31 de dezembro de 2019 foi impactado pelo reconhecimento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS no valor de R\$642,0 milhões (R\$663,5 milhões, conforme detalhados na nota explicativa 11 às demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, deduzidos de gastos advocatícios, de consultoria e auditoria).

⁽⁴⁾ O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽⁵⁾ A Margem do EBITDA Ajustado é calculado ao dividir o EBITDA Ajustado pela receita líquida, indicada em porcentagem. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽⁶⁾ Calculamos a Dívida Bruta como a soma de (i) dos empréstimos a pagar a partes relacionadas (circulante e não circulante) e (ii) arrendamento mercantil (circulante e não circulante). Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽⁷⁾ Calculamos a dívida líquida como a dívida bruta menos caixa e equivalentes de caixa. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Dados Operacionais

	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Informações Operacionais			
Número de Lojas - Total	287	279	276
Número de lojas ao final do período - shopping centers	240	232	230
Número de lojas ao final do período - rua	47	47	46
Área total de vendas (mil metros quadrados) - final do período	544,0	525,8	518,5
Vendas Mesmas Lojas ⁽¹⁾	1,8%	2,5%	4,9%

⁽¹⁾ Definimos Vendas mesmas lojas como crescimento de vendas em lojas que estão abertas há mais de 12 meses.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para nosso sucesso:

Marca reconhecida e confiável

Nossa marca global está na vanguarda do varejo de vestuário mundial há mais de dois séculos. Nossa primeira loja física no Brasil foi inaugurada em 1976 no Shopping Ibirapuera, São Paulo, e desde então desenvolvemos nossa marca para alcançar seu maior reconhecimento possível, sendo que hoje é identificada por quase a totalidade de nossos clientes no Brasil. Em 2019 empatamos com o primeiro lugar como a marca de varejo de moda mais lembrada pelos brasileiros (“Top of Mind”) de acordo com o Kantar Insights. Continuamos fortalecendo nossa marca usando uma combinação de constantemente entregar produtos estilosos e de qualidade aos consumidores através das temporadas, fornecendo um ótimo custo-benefício e utilizando práticas sustentáveis que seguem nossa abordagem global.

Também lançamos iniciativas para aprimorar o desempenho da marca C&A e aumentar a relevância da nossa base de público-alvo, incluindo (i) nossa iniciativa de modelo *push/pull* de fornecimento que consiste em repor peças de forma individualizada por modelos, tamanhos e cores, em nossas lojas físicas de acordo com a demanda, fornecendo mais eficiência para atender as demandas pelos nossos produtos de moda; (ii) iniciativas para redução de atrito dentro das lojas e para uma melhor experiência na loja para otimizar a jornada do cliente; (iii) aumento da facilidade para localização de produtos com uma plataforma omni-canal que vai além do modelo físico e online, oferecendo uma experiência de compra integrada e consistente, em qualquer lugar e a qualquer hora, assim como a implementação da tecnologia RFID – identificação por radiofrequência (que possibilita a identificação e localização de cada peça, inclusive dentro das lojas e nos Centros de Distribuição); e (iv) o programa C&A&VC, para personalizar e aumentar a fidelidade dos clientes.

Também colaboramos com celebridades e os maiores estilistas e modelos do mundo para anunciar coleções limitadas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Como reconhecimento da força da nossa marca, nos últimos dois anos fomos premiados diversas vezes por diversas instituições brasileiras, por uma série de aspectos, incluindo padrões de sustentabilidade, serviço de canal de reclamações, Top of Mind, responsabilidade ética, dentre outros.

A lista completa dos prêmios recebidos pela C&A engloba por duas vezes o prêmio Eco AMCHAM, o prêmio Época Negócios Reclame Aqui 2018 com C&A (online) recebendo o 2º lugar na categoria “E-commerce - moda e confecção”, Top of Women 2018, Ranking IBEVAR, Fashion Revolution Brasil, Fundação Getúlio Vargas – FGVCes, Ethical Corporation Responsible Business Awards 2017, Stop Slavery Award, Top of Mind Marcas Cariocas, e prêmio Estadão Marcas Mais.

O poder de nossa marca é um exemplo da lealdade de nossos clientes e sua relação a longo prazo conosco, contribuindo ainda mais para nosso crescimento e resiliência.

Grande rede de lojas físicas integradas a uma plataforma omni-canal robusta suportada por ecossistema digital

Em 31 de dezembro de 2019, tínhamos 287 lojas físicas em todos os 26 estados Brasileiros e o Distrito Federal. Desde que a C&A chegou ao Brasil em 1976, asseguramos locais privilegiados para 157 lojas na região Sudeste, onde a maior renda per capita se concentra, assim como 58 lojas físicas no Nordeste, onde o crescimento econômico acumulado foi maior que o da região Sudeste entre 2013 e 2016, de acordo com o IBGE. Nossa rede de lojas físicas está instalada em locais com um alto tráfego de pedestres e frequentados pelo nosso público alvo. Isso é corroborado pela nossa presença em diversos dos maiores shopping centers do país, de acordo com dados do ABRASCE. Nossa presença nacional possibilitou aprender sobre as particularidades de cada região, abordando as tendências de moda específicas de cada uma.

Nós alavancamos nossa grande rede de lojas físicas para oferecer soluções digitais e fornecer uma experiência de compra integrada e omni-canal aos clientes. Nossos clientes buscam uma experiência de compra mais completa, eficiente e fácil, levando a diversas iniciativas omni-canal nos últimos três anos:

- **Clique e Retire:** lançado em 2016, essa solução permite que clientes façam suas compras online e retirem os produtos na loja física;
- **Aplicativo C&A:** lançado em 2017, nosso aplicativo permite aumentar o engajamento com nossos clientes através da elucidação de nosso programa de fidelidade (C&A&VC), com benefícios e prêmios para nossos clientes;
- **Ship-from-store:** lançado em 2019, essa solução efetivamente transforma lojas físicas em locais privilegiados em centros de distribuição que diretamente enviam produtos comprados através de nossa plataforma online de comércio eletrônico para entrega, melhorando a experiência do cliente por diminuir os custos e a necessidade de logística;
- **C&A&VC:** lançado em 2018, nosso novo programa CRM procura aumentar a lealdade dos clientes através da interatividade e aprendendo com sua experiência, por meio de dados valiosos de nosso banco de dados referente a nossos mais de 9 milhões clientes, após pouco mais de 1 ano em operação, enquanto oferecendo benefícios e prêmios. Para nós, o programa também ajuda a criar uma base de dados para análise de padrões de consumidores; e

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Infinite aisle:** Lançado em 2019, esse projeto piloto permite que clientes explorem uma grande variedade de produtos de nossa coleção de qualquer lugar e a qualquer momento (ex. Online ou em lojas físicas), enviando o produto diretamente se o mesmo não estiver disponível para entrega imediata na loja.

A Companhia se beneficia também de uma forte presença na mídia digital, essa presença social permite a criação de um forte link entre marca e consumidor e, sendo um canal de interações diárias entre estes, enriquece ainda mais a plataforma omni-canal.

Acreditamos que esses avanços nos posicionam na vanguarda do mercado de vestuário digital. As vendas realizadas através de nossa plataforma de comércio eletrônico representaram aproximadamente 3,0% e 1,9% da nossa receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, fazendo da nossa plataforma de comércio eletrônico a maior loja de nosso portfólio. Nós acreditamos que a constante evolução de uma plataforma omni-canal será chave para fornecer soluções que fazem o melhor uso de nossas lojas físicas como um meio conveniente para nossos clientes e para criar uma jornada do consumidor englobando todos os canais.

Jornada integrada do consumidor através das plataformas online e offline



Alta qualidade de atendimento ao cliente

A C&A está entre os maiores varejistas de moda da indústria de vestuário brasileira em termos de Net Promoter Score (NPS), uma metodologia de pesquisa amplamente conhecida usada para medir a satisfação geral do cliente com os produtos e serviços de certa empresa, assim como sua lealdade à marca. Nossa pontuação de 20 (de possíveis 100) em 2018 nos posiciona como o segundo maior

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

NPS da indústria de varejo de moda do Brasil, e 2 pontos acima do terceiro colocado. No setor, as altas pontuações NPS estão relacionadas a uma alta taxa de retorno dos clientes e indicações positivas. Nos últimos dois anos, nosso serviço ao cliente foi otimizado pelas seguintes iniciativas: (i) *Customer Value Proposition* (CVP), uma iniciativa projetada para revisitar nosso entendimento sobre os clientes, suas necessidades e como podemos atendê-las, levando a uma reformulação de nossas lojas físicas para fornecer uma melhor experiência de compra (renovando sua configuração ao distribuir melhor as prateleiras e a exibição de novos produtos, nova iluminação, melhor sinalização, trazendo iniciativas inovadoras como botões de ajuda e cabides “sim, não, talvez” em provadores) e, conseqüentemente, atrair um maior tráfego de pedestres; e (ii) a iniciativa conhecida como “Experiência para ELA”, lançada em 2016, que procura melhorar os serviços em lojas ao implementar funcionários visíveis e treinados para reduzir o tempo das filas de compras e agir como um assistente de compras pessoal nos provadores. Nós procuramos uma melhor coleção de produtos para essa experiência através da iniciativa *push/pull* (gerenciamento otimizado de nossa cadeia de suprimentos, com conseqüente ganho de eficiência nas remarcações de preço e na eventual perda de venda por falta de peças nas lojas).

De acordo com um estudo da Consumer Insights realizado em 2018, somos reconhecidos pelos nossos pilares centrais de escolha de vestuário, especialmente pelos produtos, organização e serviço.

Proposta robusta de custo-benefício - produtos e práticas sustentáveis com alto controle de qualidade

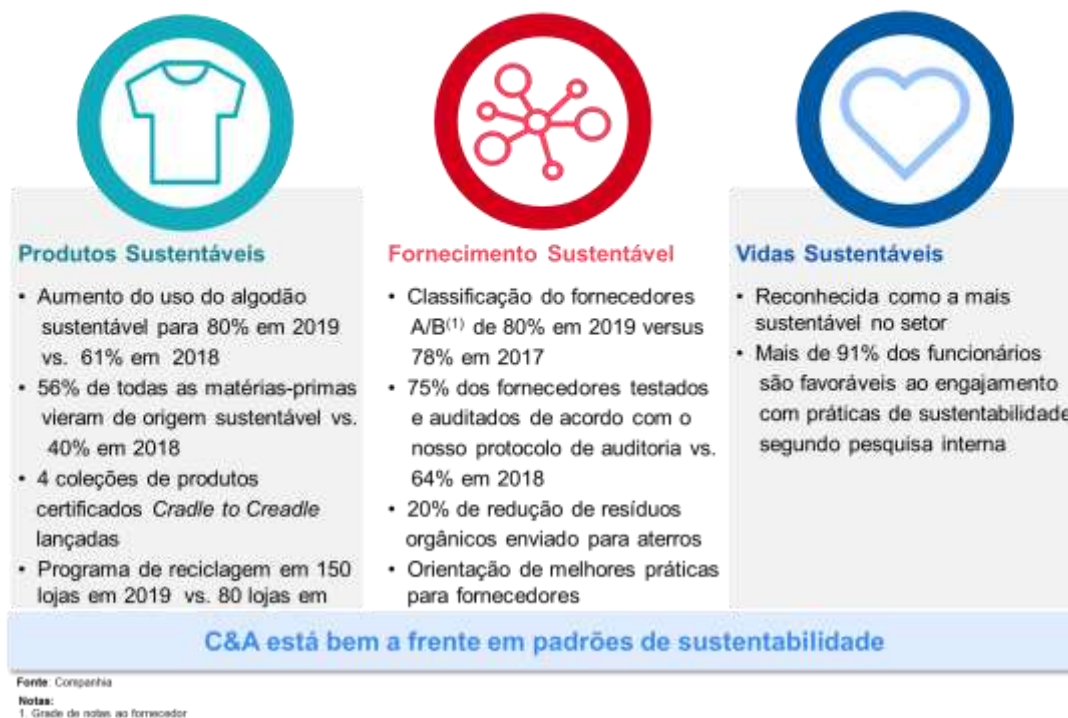
Oferecemos uma seleção abrangente de varejo de moda a preços atraentes, tudo sob os maiores padrões de qualidade e um modelo de *fast fashion* que nos permite rapidamente identificar as novas tendências, justificando visitas frequentes de clientes em nossas lojas físicas e online. Como uma estratégia de manter nossos clientes perto da C&A em todos os momentos do ano, nós atualizamos e trocamos as nossas coleções constantemente. Em 2018 conseguimos obter mais de 950 mil visitantes por dia em nossas lojas, totalizando 350 milhões de visitantes em um ano.

Sustentabilidade está em nosso DNA e acreditamos que os clientes reconhecem nossas boas práticas. Acreditamos que todos podem se sentir e vestir bem, ao mesmo tempo em que sustentamos uma boa qualidade de vida aos que fazem nossas roupas. Queremos que nossos clientes confiem em nossa capacidade de fazer o certo para que comprem nossos produtos sem enfrentarem dilemas de sustentabilidade. Para isso, estamos tornando a sustentabilidade uma parte integral de nosso processo de elaboração e fornecimento de vestimentas. Focamos em materiais sustentáveis - especialmente o algodão, uma de nossas maiores fontes de obra-prima - e asseguramos que nossas roupas são feitas respeitando as pessoas, os animais e o meio ambiente. Como reconhecimento de nossas práticas sustentáveis, ganhamos o Prêmio de Responsabilidade Corporativa 2017 da Ethical Corporation e o Stop Slavery Awards de 2017.

Nosso comprometimento com 100% de fornecimento de algodão mais sustentável até 2020 já resultou em uma queda significativa no uso de água e emissões de carbono em nossa cadeia de fornecimento, embora ainda estejamos comprometidos a tomar mais medidas para tornar a moda sustentável o modelo comum de negócios. Enquanto caminhamos em direção à moda circular, pretendemos promover convergências através da indústria de vestuário, fazendo parcerias com certas organizações e implementando as iniciativas relevantes para tomar os passos necessários para uma mudança real e duradoura.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Na vanguarda das melhores práticas de sustentabilidade e responsabilidade da indústria



Histórico consolidado de operações e escala sustentável no mercado Brasileiro

Acreditamos que nossas operações são bem estabelecidas, sendo que uma parte importante de nosso futuro depende de nossa habilidade em constantemente identificar as tendências da moda e entregar o melhor produto com o melhor custo-benefício. Nosso histórico de desempenho na cadeia de valor começa com o planejamento de nosso vestuário e produtos de varejo para nossos canais de venda. Nossa equipe interna de designers estabeleceu processos para inspirar, projetar, amostrar e planejar os parâmetros comerciais de nossas coleções (como precificação, variedade de produtos, inventário). Assim, podemos rapidamente traduzir as tendências do mercado em produtos casuais e elegantes a preços acessíveis aos nossos clientes.

Além disso, nossos produtos vêm de um modelo balanceado, no qual aproximadamente 76% dos nossos produtos de vestuário e calçados são provenientes de fornecedores nacionais, empregando produtos de maior qualidade e sustentabilidade.

Nossa posição de liderança é demonstrada pelo nosso histórico operacional e financeiro que permite o desenvolvimento de relações sólidas e estratégicas com nossos fornecedores, possibilitando oferecer aos consumidores uma grande variedade de produtos a preços competitivos. Acreditamos que nossa posição de líder, nossa escalabilidade, volume de negócios e relacionamento com fornecedores no Brasil representam vantagens competitivas e contribuem para o crescimento e rentabilidade de nosso negócio. Também aproveitamos as operações globais de nosso acionista majoritário, permitindo um fornecimento internacional através de uma entidade centralizada, chamada C&A Sourcing, em contato com fornecedores em países-chave da Ásia para anteder nossas necessidades.

A nossa rede de lojas é apoiada por três centros de distribuição, dois localizados em São Paulo e um localizado no Rio de Janeiro. Em um deles, possuímos uma operação dedicada à nossa plataforma de comércio eletrônico. Dessa forma otimizamos os nossos processos logísticos trazendo eficiência de

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

custos e estoques, bem como oferecemos aos nossos clientes uma solução integrada que atende os diferentes canais de venda com agilidade e que fornece uma experiência de compra diferenciada.

Administração experiente e talentos engajados e diversificados

Nossa administração possui profissionais com um grande conhecimento do setor varejista brasileiro e uma visão corporativa objetiva, com uma média de 28 anos de experiência. Nossa alta administração é composta por diversas origens e experiências de diferentes indústrias e negócios. Nossa administração construiu uma cultura de excelência operacional e fornece uma experiência de ponta aos consumidores. A experiência e comprometimento de nossa administração são elementos cruciais para o crescimento e sucesso de nossos negócios nos últimos anos, apesar das condições macroeconômicas adversas do Brasil.

Atualmente, temos mais de 15.000 talentos comprometidos a oferecer o melhor serviço e produto possível aos nossos clientes. Nos últimos anos, implementamos programas de capacitação para nossos talentos. Exemplos incluem a promoção da diversidade, com um comitê focado em temas como gênero, orientação sexual e questões raciais. Nossa Universidade C&A cria uma cultura de aprendizado com foco em criar futuros líderes, melhorar serviços, produtos, moda e outras capacidades técnicas através de mais de 200 cursos online e presenciais, com alto engajamento dos nossos funcionários. A Companhia possui programas de trainee focados em desenvolvimento de talentos para áreas comerciais e de lojas, programas de estágio para o escritório matriz além de uso de plataformas digitais para engajar e atrair talentos externos que se enquadrem no nosso modelo de competência.

Temos um histórico de valorizar nossos talentos internos, sendo que 33% dos gerentes das principais áreas de negócios foram promovidos internamente através de programas como trainee e estágios, grandes portas de entrada para nossos futuros líderes. Isso é suportado pelos programas de desenvolvimento internos da Companhia, que envolvem feedbacks e planos de desenvolvimentos individuais, alinhamento de objetivos, coaching e programas anuais de gestão do desempenho, onde 100% dos funcionários participam.

Através do estudo “Great Place to Work”, nossa taxa de resposta atingiu 82%, com um índice de 80%. Na categoria “Employment Engagement”, a taxa de resposta foi de 96%, com 82% sendo favorável à Companhia, demonstrando que a maioria dos funcionários valorizam nossas iniciativas e reconhecem a C&A como uma boa empresa para se trabalhar.

Nossa Estratégia

Nossa estratégia tem como foco aprimorar constantemente nossa oferta de valor para a cliente, nos produtos de moda por meio dos quais ela expressa sua autenticidade, seu protagonismo, na experiência que proporcionamos nas diferentes interfaces e no programa de relacionamento, e nos produtos complementares à sua vida, quer seja para família ou para seu bem estar.

Para os próximos anos, tal estratégia busca a execução de um plano de crescimento e criação de valor cujas principais alavancas são:

Acelerar a inauguração de lojas físicas

Buscamos oportunidade de abrir novas lojas físicas no Brasil, tanto em ruas com alto tráfego de pedestres quanto em shopping centers. Identificamos oportunidades de crescimento em todas as regiões do Brasil e de fortalecimento de competitividade, especialmente em shopping centers

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

consolidados e recém-abertos que ainda não possuem uma loja física C&A. Avaliamos oportunidades de abrir lojas físicas em shopping centers que ainda não atuamos, dentre os quais já identificamos várias possíveis localizações.

Nós acreditamos que nossa longa história com operadores de shopping centers, junto com nossa vasta experiência em abrir lojas físicas e nossa abrangência nacional, pode contribuir para negócios em novos centros comerciais em localizações estratégicas de maneira eficiente.

Desenvolver ainda mais o ecossistema digital e a plataforma omni-canal

Nos beneficiamos do conhecimento do nosso acionista controlador, compartilhando experiências e testando projetos ao redor do mundo para aplicar as melhores soluções a nível regional.

Queremos constantemente implementar iniciativas que melhorem a experiência dos consumidores, a variedade de produtos e a conversão de vendas. Isso inclui estruturar elementos sociais, melhorar nossa plataforma de comércio eletrônico, desenvolver novas tecnologias e utilizar análises avançadas. Por exemplo, para tomarmos decisões precisas baseadas em dados referentes à exposição do produto e a reposição do estoque, planejamos implementar a identificação por radiofrequência - tecnologia RFID - em todas as nossas lojas físicas, melhorando o posicionamento de nossos produtos em lojas para combinar as vendas mais prováveis e fortalecendo nossas iniciativas *cross-selling*.

Otimizar a configuração das lojas físicas para fornecer uma experiência confortável ao cliente e garantir seu retorno

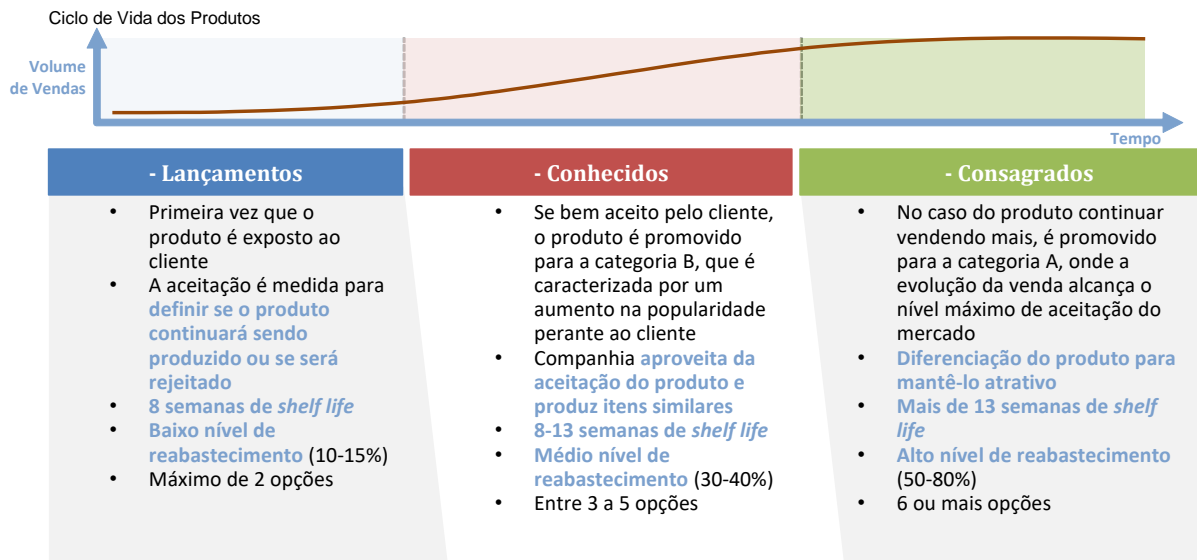
Nossas lojas físicas focam em fornecer uma experiência confortável ao cliente, otimizando a disposição da loja e oferecendo uma grande variedade de produtos e serviços para toda a família.

Nós recentemente renovamos nosso portfólio das lojas físicas, fechando 30 das lojas menos rentáveis entre março de 2015 e fevereiro de 2017, e reformulando a estrutura de 169 lojas físicas desde novembro de 2016 até dezembro de 2019 para adequação ao nosso programa de reformulação. Nossas lojas modernizadas já apresentam um melhor desempenho e podemos nos beneficiar ainda mais à medida em que o programa de reformulação avança para todas as nossas lojas físicas.

Em 2019, a Companhia realizou a abertura de novas lojas e a reforma de 74 lojas para o modelo CVP, melhorando a experiência do consumidor e otimizando a área de vendas. Nos próximos anos, a Companhia pretende continuar com os seus planos de expansão e reformas. Continuaremos implementando o programa de reformulação ao longo dos próximos anos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Conceito CVP

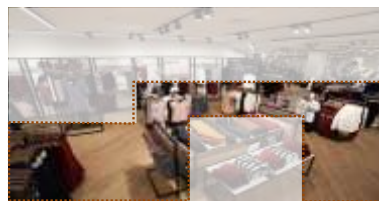


Otimização da Coleção Apresentadas no Quartinhos Brasil

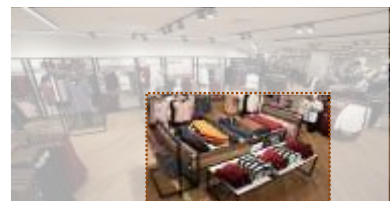
Produtos **localizados nos pontos focais** ou destacados nas paredes



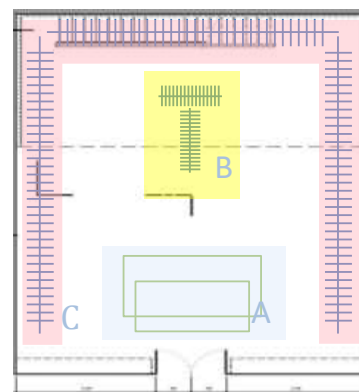
Produtos expostos nas bases das prateleiras, agrupando em grupos de produtos similares



Com a performance de venda comprovada, o produto é colocado em mesas para fácil alcance



Posicionamento dos Produtos



Melhorar as ofertas de produtos financeiros aos clientes

Nós acreditamos que uma maior disponibilidade de crédito continua sendo um elemento-chave para os varejistas do Brasil devido a uma maior frequência de compras e um maior número de cartões de fidelidade nas mãos de clientes. Queremos melhorar nossa oferta atual de produtos em nossa parceria com o Banco Bradescard S.A., permitindo uma maneira mais acessível e flexível de comprar nossos produtos de alta qualidade com termos de pagamento com ou sem juros. Vemos essa iniciativa como uma forma de reter clientes, aumentar o ticket médio e a frequência de venda de produtos de varejo.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Desenvolver ainda mais as operações de logística e fornecimento

Em 2018, decidimos integrar as atividades de nossos centros de distribuição, internalizando a operação e o inventário do comércio eletrônico no centro de distribuição de São Paulo, que é encarregado por fornecer para todo o país. Após essa iniciativa, a C&A começou a oferecer entregas no mesmo dia para clientes localizados na cidade de São Paulo, assim como entrega no dia seguinte para clientes de outras cidades definidas. Consideramos abrir um centro de distribuição adicional para apoiar nosso plano de crescimento, permitindo uma administração mais eficiente de nossas lojas físicas.

Também planejamos reforçar nossa logística de acordo com as nossas necessidades, continuamente incrementando nossa premissa aos clientes. Por isso estamos implementando uma integração digital com nossos fornecedores, fornecendo mais agilidade e flexibilidade aos pedidos e fazendo com que as novas tendências estejam rapidamente disponíveis aos consumidores.

Monitorar e analisar as potenciais oportunidades de adquirir operações semelhantes

Nós constantemente monitoramos o setor varejista de moda do Brasil e analisamos oportunidades estratégicas de adquirir negócios que complementam o nosso e geram valor aos acionistas. Podemos buscar aquisições de negócios com potencial de crescimento, boas métricas operacionais, sinergia com nossas operações atuais e capacidade de contribuir com nosso plano de expansão. Acreditamos que nossa posição de liderança e nível de escalabilidade nos proporciona o privilégio de aproveitar oportunidades de adquirir tanto marcas quanto negócios.

Resumo de Estratégias para proporcionar crescimento e criação de valor

Estratégias já implementadas	Roll-out do novo conceito de lojas	Novas Lojas	Digital	Outros
	<ul style="list-style-type: none"> Continuar programa de reforma contínua das lojas com a implementação do modelo CVP 	<ul style="list-style-type: none"> Execução no pipeline de expansão de lojas Lista de locais com boa localização comprovada é extenso dado período recente sem expansão significativa (e.x. shoppings abertos nos últimos 5 anos) 	<ul style="list-style-type: none"> Interface de compras no varejo Contínua integração entre as lojas físicas e soluções digitais enriquecendo a experiência de compras Aprimoramento do CRM 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativas de terceirização para melhorar a margem Novo centro de distribuição <i>push/pull</i> para permitir um menor tempo de entrega, <i>markdown</i> e suporte ao plano de expansão Melhorias no RFS para beneficiar vendas de vestuário 

Fonte: Companhia

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando um único segmento operacional, referente a comercialização de vestuário.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2017	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Receita líquida	5.285.176	100%	5.139.114	100%	5.035.610	100%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2017	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Lucro líquido (prejuízo)	971.993	100%	173.636	100%	96.880	100%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(a) Características do processo de produção

Dedicamos nossos esforços para administrar todo o processo de produção das peças oferecidas em suas lojas, o qual começa desde a concepção dos produtos, a partir de estudos e análises da tendência do mercado *fashion*, passando pelo planejamento financeiro, por validações de design e, ainda, pela busca de fornecedores para a efetiva fabricação dos produtos, os quais recebem um *briefing* de nossos colaboradores internos com os detalhes da produção.

Portanto, não fabricamos diretamente os produtos que são comercializados, pois faz parte de nossa estratégia comprar com fornecedores selecionados os produtos fabricados para cada uma de suas coleções de acordo com especialidade e capacidade de cada um deles. Dessa forma, nos mantemos capazes de ter controle completo das funções criativas, otimizando o custo e flexibilizando a produção de acordo com as condições de mercado.

Em 2019, recebemos aproximadamente 76% de nossos produtos de vestuário e calçados de fornecedores domésticos e, dentre estes fornecedores, cerca de 16% são responsáveis por mais de 70% de nossos produtos encomendados. Além disso, possuímos fornecimento de produtos importados, ou seja, contratamos com fornecedores fora do Brasil em locais estratégicos como, por exemplo, a Ásia, sendo que estes fornecedores são intermediados em nossas relações por meio da C&A Sourcing, uma companhia do Grupo COFRA que centraliza esse tipo de operação.

Apesar de não fabricarmos nossas peças, no âmbito da produção têxtil, a estrutura da cadeia produtiva se inicia com a matéria-prima, como as fibras têxteis, que é transformada em fios nas fábricas de fiação, de onde seguem para as tecelagens, as quais fabricam os tecidos planos, ou para as malharias, as quais fabricam os tecidos de malha. Na sequência, passam pelo acabamento químico/mecânico (estamparias, tinturarias, lavanderias, etc.) para finalmente serem cortados e “montados” nas confecções.

Em que pese possuímos apenas um segmento operacional, vale apontar também como se dá o fornecimento de nossos produtos financeiros. Dentre tais produtos, há o Cartão C&A, empréstimos pessoais e outros, para os quais foi realizado um acordo de parceria exclusiva com o Banco Bradesard S.A. Tal parceria viabiliza o financiamento de aproximadamente 22% das vendas, inclusive pagamentos parcelados, mas, em razão da natureza financeira do produto, não há características do processo de produção a serem descritas.

(b) Características do processo de distribuição

O nosso processo de distribuição é realizado por meio de três centros de distribuição, sendo dois localizados em São Paulo e um no Rio de Janeiro, os quais, em conjunto, possuem uma área total maior que 105.000 metros quadrados. Em relação ao negócio de varejo, os centros são de extrema importância, visto que é por meio deles que é realizada a logística de entrega de produtos às nossas lojas físicas, bem como a entrega de produtos comprados pela plataforma e-commerce, sendo que um de nossos centros de distribuição de São Paulo conta com uma operação logística essencial e dedicada para tal atividade.

Nossa plataforma foi desenvolvida visando uma experiência omni-canal para nossos clientes, de modo que, com o intuito de flexibilizar nossas operações, implementamos novas soluções que

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

permitem utilizar nossas lojas físicas como centros de distribuição para compras feitas online, além de permitir que os clientes optem por buscar os produtos comprados diretamente na loja.

Trata-se do sistema de clique e retire, lançado em 2016, que permite que clientes façam suas compras online e retirem os produtos na loja física e da solução *ship-from-store*, lançado em 2019, que efetivamente transforma lojas físicas em locais privilegiados em centros de distribuição que enviam produtos comprados por meio de nossa plataforma online de comércio eletrônico diretamente para entrega aos clientes, melhorando a experiência do cliente por diminuir os custos e a necessidade de logística.

Além disso, nossos fornecedores internacionais enviam a carga encomendada por via marítima destinada principalmente ao Porto de Santos. Sendo assim, uma vez que o produto chega ao porto, ele é direcionado aos centros de distribuição, conforme o caso.

Em que pese possuímos apenas um segmento operacional, vale também apontar que nossos serviços financeiros são prestados por meio das lojas físicas, onde os clientes podem adquirir o Cartão C&A, contrair empréstimos pessoais ou produtos de seguros, bem como realizar o pagamento das faturas, e acessar atendimento ao cliente. No entanto, como o Banco Bradescard S.A. é responsável pelas operações, eventualmente, clientes poderão depender dele para casos que fujam do escopo da C&A.

(c) Características dos mercados de atuação

(i) Participação em cada um dos mercados

O mercado varejista de vestuário do Brasil

O crescimento do consumo de varejo está relacionado ao desemprego, à disponibilidade de crédito e às taxas de juros. Apesar de alguns avanços obtidos em 2019 com a ligeira recuperação da economia e votação das Reformas da Previdência e Trabalhista, com a pandemia covid-19 o setor varejista sofreu um impacto nunca visto e o clima de incerteza com relação à recuperação econômica não permite traçar qualquer projeção. As expectativas mais positivas indicam que apenas em 2021 chegaremos ao nível de atividade de 2019.

O cenário competitivo do mercado varejista de vestuário do Brasil

De acordo com o IBGE, o Brasil registrava 1,5 milhões de empresas varejistas em 2017, evidenciando a fragmentação do varejo de vestuário devido às poucas barreiras impostas para a entrada de novos concorrentes.

Além disso, existe espaço para a consolidação do setor, dado que os maiores participantes do varejo de vestuário que operam através de suas próprias lojas e/ou franquias possuem apenas uma pequena parcela de participação do mercado. Considerando os aspectos de participação de mercado, oferta de produtos, formato de loja e público alvo, nossos principais concorrentes são a Renner, Riachuelo e Marisa. Também enfrentamos a concorrência de outras redes de lojas de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

departamento e hipermercados, que geralmente vendem produtos de vestuário.

Embora os principais varejistas foquem em um mercado final semelhante ao nosso, as ofertas de produtos, formato de loja, estratégias online e principais iniciativas variam de empresa para empresa. A Hering, por exemplo, uma das principais varejistas de vestuário em termos de participação de mercado, aborda seus clientes através de um formato diferente usando um portfólio de lojas próprias e franqueadas, dispersas em diferentes formatos e com foco em diferentes públicos-alvo, enquanto nós usamos um portfólio de lojas próprias, dividindo as lojas em apenas duas categorias baseadas em termos de tamanho de loja, sendo que todas as lojas ofertam o mesmo produto e possuem o mesmo foco

Certos varejistas de vestuário também apostam em lojas menores, procurando uma maior rentabilidade por metro quadrado, enquanto outros, como nós, procuramos melhorar a experiência do consumidor ao oferecer uma grande variedade de produtos e serviços para toda a família, com lojas maiores geralmente “ancoradas” em shopping centers que atraem um fluxo de clientes, um formato introduzido ao Brasil em 1976. A tabela abaixo mostra a receita líquida total de varejistas de vestuário selecionados e a receita líquida total por loja em 2018.

Empresa	Receita Líquida em 2019 (R\$MM) ⁽³⁾	Receita Líquida por Loja em 2019 (R\$MM/Loja)
C&A	5.052	17,6
Renner ¹	7.728	19,9
Riachuelo	5.379	16,7
Marisa	2.256	6,4
Hering ²	1.549	2,7

Fonte: Website de RI das empresas

⁽¹⁾ Consideramos apenas as operações das Lojas Renner, excluindo a Camicado e a Youcom, ambas do grupo Renner, por serem categorias não comparáveis de varejo.

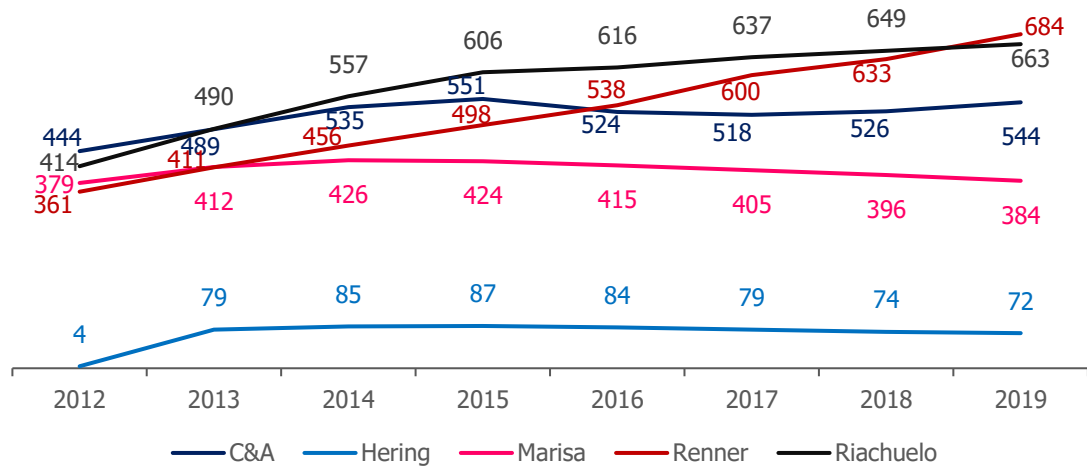
⁽²⁾ Consideramos apenas as lojas da Hering.

⁽³⁾ As informações de Receita Líquida de Renner, Riachuelo, Marisa e Hering são referentes apenas à venda de mercadorias.

Nos últimos anos, além da crise econômica que afetou o Brasil, alguns participantes do mercado ganharam participação ao manter uma alta taxa de inaugurações de lojas para atingir mais clientes, como foi o caso da Riachuelo e da Renner. Nós, no entanto, focamos em melhorar a rentabilidade por loja e, assim, nosso crescimento em número de lojas não foi alto como o de nossos concorrentes, pois fechamos lojas não rentáveis para aprimorar a qualidade e rentabilidade de nosso portfólio, assim como racionalizar os custos e os níveis de capital de giro.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Área de Vendas em mil m² ao Final de Cada Ano

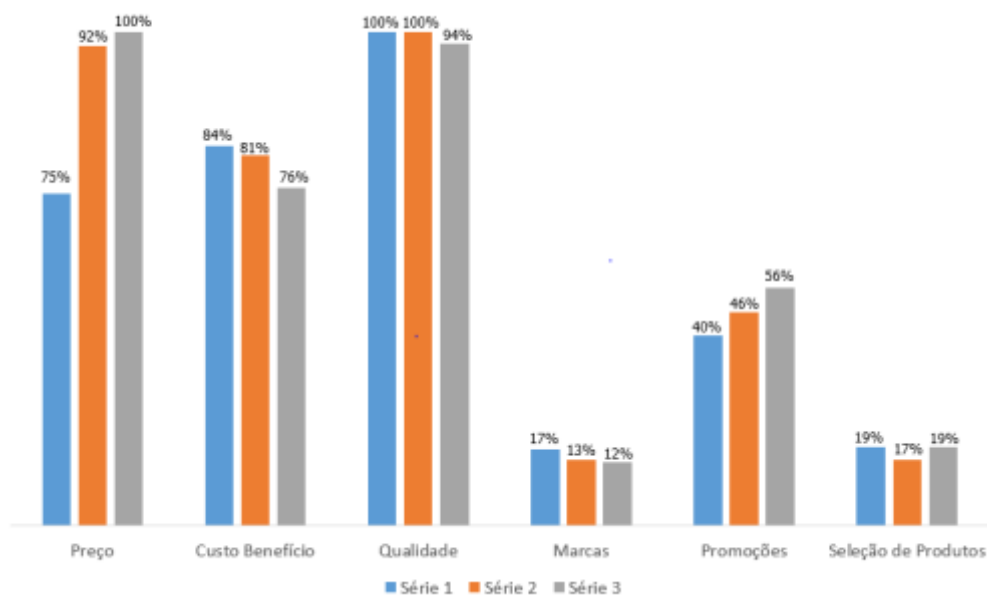


1. Excluimos a Camicado, a Youcom e a Ashua da Renner por serem categorias não comparáveis de varejo.
2. Consideramos o total de lojas da Hering.

Impacto do preço no comportamento dos consumidores

Produtos de alta qualidade aliados ao preço certo são um grande fator para o sucesso no mercado de varejo de vestuário. A precificação é um componente muito importante de nossa estratégia, sendo que quanto menor a renda de um consumidor, maior a probabilidade que ele seja atraído por preços ou promoções.

Pergunta de Pesquisa: “Qual é o fator mais importante na decisão de onde comprar roupas/calçados?” - Distribuição por Renda



Fonte: Locomotiva Pesquisa & Estratégia – Relatório Consumer Insights – 2018

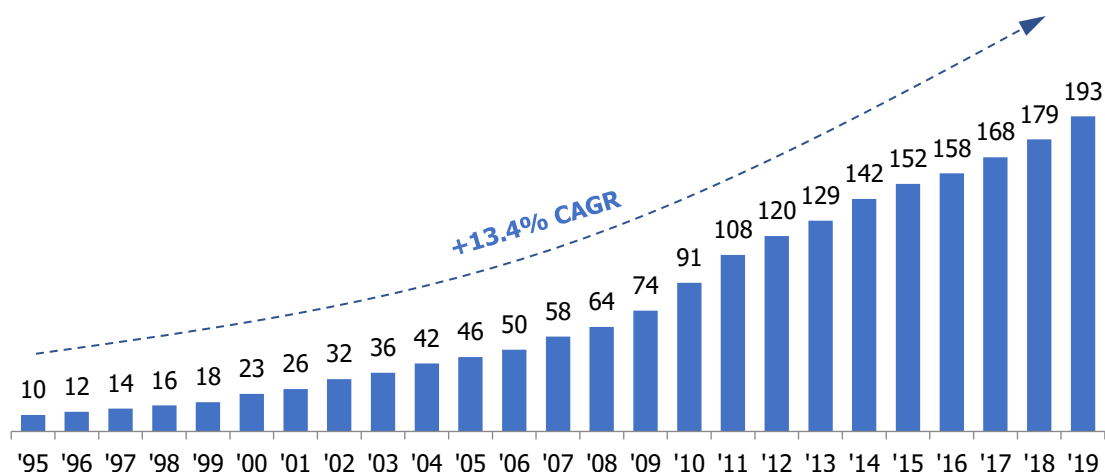
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Outra avaliação importante por parte das empresas de varejo são os NPS (Net Promoter Score), uma famosa metodologia de pesquisa usada para captar a satisfação geral dos consumidores através de perguntas como “quanto você recomendaria esta empresa aos seus amigos?”. De acordo com a Consumer Insights 2018, a C&A possui um dos melhores NPS da indústria de varejo de vestuário do Brasil, com 45% dos entrevistados caindo na categoria Promoters (significando que eles indicariam a C&A aos seus amigos) da empresa e outros 25% na categoria Detractors (significando que não recomendariam a empresa), com os outros 30% sendo neutros. A indústria considera que as altas pontuações NPS estão relacionadas a uma alta taxa de retorno dos clientes e indicações positivas.

O sucesso de lojas varejistas, incluindo as de vestuário, dependem de sua localização

Dentro das principais cidades e capitais do Brasil, os shopping centers possuem a maior concentração de lojas, dando aos consumidores diversas opções para acharem seus produtos desejados, incluindo produtos de moda. De acordo com a Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE), há um valor estimado de mais de 105.592 lojas dentro de shopping centers em todo o país, onde a maioria foca em produtos de vestuário, calçado, joias ou outros segmentos relacionados. De acordo com a ABRASCE, os shopping centers expandiram consideravelmente nas últimas décadas, de 281 em 2000 para 577 em 2019 (representando um CAGR de 3,9% no período). As vendas líquidas totais de lojas dentro de shopping centers em 2018 foi R\$178,7 bilhões, com uma média de 490 milhões de visitantes por mês. Embora a maioria de nossas lojas esteja localizada dentro dos shopping centers, também temos lojas de rua estratégicas com alto tráfego de pedestres espalhadas pelo Brasil. O gráfico abaixo demonstra o crescimento das vendas anuais em shopping centers Brasileiros durante os períodos indicados:

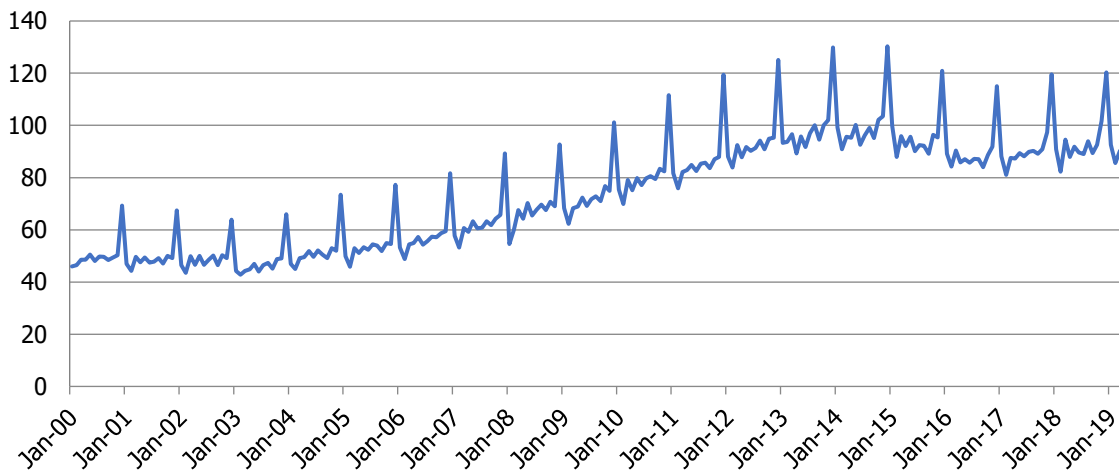
Vendas Anuais em Shopping Centers (R\$ bilhões)



Fonte: IPEA, Abrasce

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Volume de Vendas de Vestuário e Calçados em Preço (100 com base em 2011)



Fonte: IBGE

A Transformação Digital da Indústria Varejista

Entre 2014 e 2017, o Brasil passava por uma recessão e as lojas físicas tinham seus números de vendas estagnados, enquanto plataformas de comércio eletrônico tinham um crescimento elevado e grande penetração. De acordo com a Webshoppers, entre 2016 e 2017 o comércio eletrônico do Brasil aumentou o valor vendido em aproximadamente 8%, chegando a R\$47 bilhões em vendas. Em 2017, mais de 55 milhões de consumidores realizaram ao menos uma compra online, representando 25% de toda a população brasileira e um aumento de 15% em relação a 2016.

B2W, o maior *player* puramente de comércio eletrônico do Brasil, que não possui lojas físicas em seu portfólio, vendeu mais de R\$8 bilhões em 2017. Seguindo o modelo B2W, a Via Varejo e a Magazine Luiza, que possuem canais de venda mistos, venderam mais de R\$4 bilhões em suas respectivas plataformas de comércio eletrônico. As vendas através da plataforma da Magazine Luiza representaram 30,4% do total de vendas líquidas, uma parcela substancial de suas operações. Todos estes três participantes do comércio eletrônico também focam em eletrodomésticos ou possuem terceiros que fornecem esses produtos em suas plataformas.

Seguindo essa tendência, as maiores redes varejistas de vestuário do Brasil também criaram iniciativas digitais nos últimos anos. Nós na C&A, por exemplo, desenvolvemos o Clique e Retire, um aplicativo criado para integrar os canais de vendas online e físico através da escolha do produto através do aplicativo ou website e retirada na loja física a escolha do cliente. A retirada do produto pode se dar no mesmo dia se o pedido for aprovado até as 15h00.

Penetração relativamente baixa do comércio eletrônico no Brasil

Apesar do crescimento do comércio eletrônico brasileiro nos últimos anos, sua penetração ainda é relativamente baixa comparada com outros países. De acordo com o eMarketer, até 2017 o comércio eletrônico do Brasil era responsável por apenas 2,7% de todas as vendas de varejo, apenas uma porção da porcentagem em comparação a outros países desenvolvidos como os EUA e o Reino Unido, que apresentaram uma participação de mercado de 9,0% e 19,1% até 2017, respectivamente. A China é a líder em penetração de comércio eletrônico, com 23,1% das vendas sendo realizadas

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

através de canais de vendas online até 2017. Devido a essa baixa penetração no Brasil, acreditamos que existe uma oportunidade para o comércio eletrônico Brasileiro crescer a uma taxa mais elevada que o mercado varejista no geral.

Apesar da baixa penetração do comércio eletrônico, existe um trajeto para o crescimento onde a indústria varejista e seus principais participantes no segmento de vestuário estão se encaminhando para as estratégias omni-canal e de comércio eletrônico em canais de comunicação tanto online quanto offline, fortalecendo a relação com os clientes. A estratégia omni-canal, por exemplo, permite que o usuário use um aplicativo para achar determinado produto em uma loja específica, reservar o produto para provar na loja, comprá-lo e recebê-lo em casa. O objetivo das estratégias omni-canal é melhorar a experiência do usuário e o reconhecimento da marca, impulsionando as vendas gerais da rede, tanto offline quanto online.

A recente evolução da penetração do omni-canal e do comércio eletrônico no Brasil é sustentada por um crescimento no acesso a serviços e dispositivos móveis. Em 2019, o acesso a smartphones atingiu seu pico de 60%, tornando o Brasil o líder em acesso a smartphones no mercado emergente, empatado com a África do Sul em 9º lugar na colocação mundial. De acordo com a Pew Research, o Brasil também está acima da média global de penetração de smartphones, com 45% em 2018. As estratégias omni-canal são fundamentais para atrair e reter clientes, sendo que aproximadamente 76% deles fazem algum tipo de pesquisa online antes de realizarem suas compras.

Os consumidores Brasileiros também estão acostumados a frequentemente comprarem online. De acordo com a PwC, a porcentagem de Brasileiros que compram online recorrentemente alcançou 65% em 2018, um aumento de 7% comparado com os 58% de 4 anos atrás. Essa tendência está se tornando mais predominante ao redor do mundo nos últimos anos conforme a frequência de compras online aumenta a cada ano.

Visão geral do mercado para os produtos Fashiontronics da Companhia

O Fashiontronics foi criado para vender dispositivos eletrônicos tanto online quanto offline. Este ramo oferece smartphones, kindles, tablets, relógios e acessórios eletrônicos no geral, como fones de ouvido, carregadores e outros. Nossas parcerias permitem oferecer produtos a preços competitivos. Nossos produtos de Fashiontronics atualmente são responsáveis por 18% de nossas vendas líquidas, tornando-se uma porção relevante dentro de nossa gama de produtos.

Acreditamos que o Fashiontronics é extremamente relevante no Brasil, pois o número de smartphones está em uma crescente muito acelerada. Atualmente existem mais de 230 milhões de smartphones no Brasil, equivalente a mais de um dispositivo por pessoa. Ao considerar o número de notebooks, computadores e tablets no Brasil, essa quantidade chega a 420 milhões de dispositivos ativos, equivalente a mais de 2 dispositivos por pessoa de acordo com a FGV. Mesmo se a dimensão do mercado não aumentar mais devido à saturação, a vida útil relativamente baixa desses dispositivos significa que são trocados em até 3 anos, dependendo de sua qualidade. De acordo com a Google, mais de 60% da população brasileira já tem acesso a smartphones, um aumento significativo dos 14% registrados em 2012. A mesma pesquisa aponta que 59% dos Brasileiros usam um smartphone como principal meio de acesso à Internet, e mais de 64% usam seus smartphones diariamente.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Visão Geral do Mercado de Crédito Pessoal do Brasil

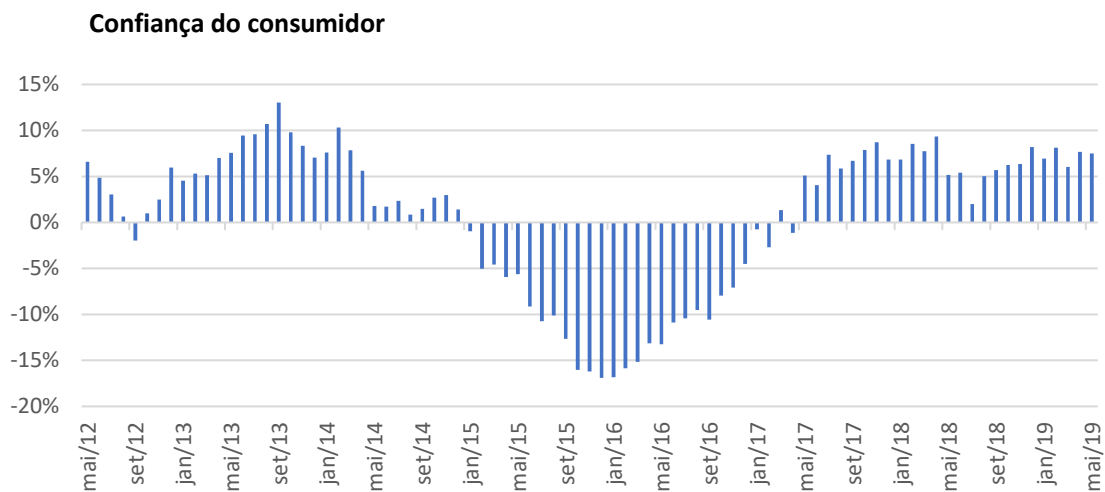
Disponibilidade dos produtos financeiros e de crédito mudarem o modelo de consumo

Após uma recessão intensa resultante de um declínio dos preços dos bens e uma limitação a implementar reformas fiscais em todos os níveis de governo, o Brasil atravessa uma fase de atividade econômica dormente. No entanto, a recente queda da taxa SELIC representa a emergência do país da recessão, passando de taxas de juros de 14,25% para uma taxa mínima histórica de 5,00% ao final do ano de 2019, dando mais confiança aos Brasileiros para obter acesso ao crédito e, conseqüentemente, impactando positivamente a confiança dos consumidores no modo geral.

Novos Créditos para Pessoas Físicas no Brasil (% média num período de 3 meses)



Fonte: FGV



Fonte: BCB

Como resultado, acreditamos que as ofertas de cartões de crédito são uma peça-chave para o sucesso das iniciativas de financiamento dos varejistas de vestuário, pois a maioria dos participantes do segmento também oferecem cartões de crédito co-branded para fidelizar o consumidor e fornecer benefícios para recompensar o uso do cartão.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(ii) Condições de competição nos mercados

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

Tratamento Diferenciado Estadual

A filial da C&A Modas S.A. CNPJ 45.242.914/0382-50 localizada em Blumenau usufruí de tratamento tributário diferenciado concedido pelo Estado de Santa Catarina. O tratamento diferenciado não possui prazo de vigência e consistente em:

- a) Diferimento do ICMS na importação de mercadoria destinada à comercialização;
- b) Diferimento parcial na operação interna subsequente à importação;
- c) Crédito presumido na operação subsequente à importação de mercadorias para a comercialização e
- d) A dispensa de garantia do ICMS diferido na importação, mediante pagamento antecipado do ICMS devido na saída subsequente.

Zona Franca de Manaus

Isenção do ICMS

Todos os produtos industrializados no estabelecimento de Manaus da C&A Modas, possuem isenção de ICMS na saída da indústria para comercialização ou industrialização nos Municípios de Manaus, Rio Preto e Presidente Figueiredo.

Crédito do ICMS

A exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação para o estrangeiro, será para todos os efeitos fiscais, constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro. Diante da equiparação, haverá isenção de ICMS sobre as exportações e suas equiparações.

(d) Eventual sazonalidade

O varejo apresenta forte sazonalidade, com trimestres bem distintos. No segundo trimestre temos o Dia das Mães e no quarto trimestre a *Black Friday* e o Natal, datas relevantes para o varejo do vestuário.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

A Companhia não possui nenhum insumo ou matéria prima, pois não fabrica suas mercadorias e sim adquire mercadorias prontas de seus fornecedores. Atualmente trabalhamos com diversos fornecedores ativos de mercadorias, entre Brasil e exterior. Não temos contrato de exclusividade com nenhum de nossos fornecedores, bem como não apresentamos dependência de nenhum fornecedor.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Considerando a base pulverizada de clientes da Companhia, nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Considerando a base pulverizada de clientes da Companhia, nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Em que pese não depender de autorizações governamentais para operar, a Companhia possui licenças relevantes que entende como necessárias para operar. As atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas a obtenção de licenças e a Companhia envida todos os melhores esforços para obter, manter e renovar todas as licenças necessárias dentro do prazo aplicável.

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento e licença do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficaria impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Ainda, as leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações passíveis de identificar uma pessoa natural) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD, que entraria em vigor em 16 de agosto de 2020, foi alterada pela Medida Provisória 959/2020, alterando o início da sua vigência para 03 de maio de 2021, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais, como é o caso da Companhia, que coleta uma série de dados pessoais tais como dados referentes aos empregados tanto da Companhia, quanto de sua subsidiária e dados de clientes, seja por meio de lojas físicas e ou de cadastros na loja online, para poder exercer suas atividades.

Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas pela Companhia. Sobre o tema, a Lei nº 13.853/19, que

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

converteu a Medida Provisória nº 869/18 em lei, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (cuja composição ainda se encontra sob discussão), que será a entidade responsável por regulamentar e fiscalizar a aplicação da LGPD e demais questões relacionadas a proteção de dados.

Com a entrada em vigor da LGPD, a Companhia terá de adaptar suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos em referida lei e, assim, será necessário que a Companhia revise suas políticas, processos internos e práticas comerciais para adaptação à nova lei.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia possui compromissos com a sustentabilidade, buscando reduzir os impactos ambientais nas operações e na rede de fornecimento, atuando em três pilares (i) produtos sustentáveis; (ii) rede de fornecimento sustentável; e (iii) vidas sustentáveis, com o objetivo de produzir moda com impacto positivo.

Para cumprimento à política nacional de resíduos sólidos estabelecida pela Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, a Companhia implementou em 2013 seu Plano Coletivo de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PCGRS), com o objetivo de manter e aperfeiçoar a gestão de resíduos sólidos (com a implantação de programas de coleta e reciclagem de resíduos eletrônicos e de uniformes, além de programas de retorno de cabides, pinos e alarmes, por exemplo).

A Companhia elabora relatórios anuais de sustentabilidade desde 2009 e foi a primeira no setor varejista de moda a publicá-los de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). A Companhia também foi a primeira varejista brasileira a trabalhar com a *Better Cotton Initiative* (BCI), passando a adquirir 25,6% desse algodão em pouco mais de um ano, permitindo que os clientes brasileiros se beneficiassem do *Better Cotton* cultivado em seu próprio país. Em 2018, 71% do algodão vendido pela Companhia era algodão orgânico certificado (pela *Organic Content Standard* - OCS ou pela *Global Organic Textile Standard* – GOTS) ou adquirido pela *Better Cotton*.

Apesar de não estar dentre o rol dos produtos imediatamente sujeitos ao sistema de logística reversa, a Companhia realizou programa piloto de recebimento de roupas, cuja maioria foi doada para organização local para reutilização, em prol de uma economia circular. Em 2018, o número de lojas que participaram do programa mais que dobrou, de 31 para 80, e a meta é expandir para 130 lojas durante o ano de 2019. Com relação à venda de aparelhos celulares e baterias, no âmbito da sua responsabilidade compartilhada dentro da cadeia de produção até o consumidor, a Companhia recolheu 49.472 baterias e 3.960 aparelhos celulares em suas lojas no ano de 2018. Além disso, a Companhia destinou a quantidade de 60.000 unidades de lâmpadas fluorescentes para empresas terceiras e especializadas na gestão e descontaminação de resíduos sólidos.

Em 2016, a Companhia criou uma equipe de desenvolvimento de fornecedores, cujo objetivo é, através de nossos fornecedores, assessorar as unidades de produção no cumprimento dos planos de ações corretivos gerados nas auditorias da área de *Sustainable Supply Chain* (SSC). Os Desenvolvedores de Fornecedores atuam como agentes facilitadores para a melhora contínua da rede de fornecimento da Companhia. Este suporte inclui ainda treinamentos da nossa rede de fornecimento com base no Código de Ética da Companhia, legislações e nas melhores práticas de trabalho.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

As marcas, patentes e desenhos industriais utilizadas pela Companhia estão registrados ou depositados junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (“INPI”), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Atualmente, as marcas, patentes e desenhos industriais registrados ou depositados junta ao INPI estão em nome próprio e em nome da C&A AG, COFRA Holding AG e COFRA Amsterdam C.V, sendo que todas fazem parte do mesmo grupo econômico da Companhia. Uma grande parcela das marcas relevantes para os negócios da Companhia no Brasil, que estão registradas ou em processo de registro perante o INPI, é de titularidade da C&A AG, com a qual a Companhia firmou um Contrato de Licenciamento e Uso destas marcas em 01 de janeiro de 2008, o qual foi aditado pela última vez em 01 de janeiro de 2018. Este Contrato de Licença e Uso de Marcas tem natureza onerosa e está ativo e em vigor até 31 de dezembro de 2019, concedendo à Companhia, em sua figura de licenciada, o direito de uso e exploração de diversas marcas no território brasileiro. Em 03 de outubro de 2019 a Companhia celebrou um novo Contrato de Licença e Uso de Marcas, de natureza gratuita, o qual entrará em vigor em 01 de janeiro de 2020.

Atualmente, a Companhia indica que possui direito de uso e/ou titularidade de 469 marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, em nome próprio, em nome da Cofra Holding AG, da C&A AG e/ou de terceiros, das quais as 396 marcas envolvidas na licença de uso entre C&A AG, Cofra Holding AG e a Companhia são relevantes para suas atividades.

A Companhia também é titular de diversos nomes de domínios associados a tais marcas, bem como a uma patente.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

A Companhia elabora relatórios anuais de sustentabilidade desde 2009 para divulgação de suas políticas e práticas socioambientais. Em 2015, as quatro regiões onde a C&A AG atua se uniram em torno de uma estratégia global de sustentabilidade, e a partir de 2016 o relatório passou a ser global. Nele são reportadas as informações de desempenho dessas quatro regiões.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

A Companhia publica seus relatórios de sustentabilidade anuais com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Globalmente, a Companhia é signatária do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC), um conjunto de princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção para empresas. Por meio das iniciativas e metas contempladas em sua estratégia global de sustentabilidade, que vem sendo implementada desde 2015, a companhia também endereça alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que fornecem uma estrutura para o avanço da agenda de sustentabilidade.

Em 2015, as quatro regiões onde a C&A AG atua – Europa, Brasil, México e China, se uniram em torno de uma estratégia global de sustentabilidade, organizada em três pilares: Produtos Sustentáveis (subdividido em Materiais sustentáveis e Economia Circular); Rede de Fornecimento Sustentável (subdividido em Meio Ambiente Limpo e Condições de Trabalho Justas e Seguras) e Vidas Sustentáveis (subdividido em Engajamento Associados e Engajamento de Clientes), com metas que vão até 2020. Cada região é responsável por desenhar seus planos de ação que vão resultar no atingimento das metas globais. A partir de 2016 o relatório passou a ser global, e nele são reportadas as informações de desempenho dessas quatro regiões.

O trabalho desenvolvido pela Companhia para criar moda com um impacto positivo contribui de várias maneiras para os ODS. Os seis objetivos a seguir são particularmente relevantes para nossos negócios, nossos impactos e a contribuição que podemos dar:

- (i) Igualdade de Gênero: baseia-se na ideia de que a igualdade de gênero é uma questão que transcende os direitos humanos, e alcança a base de uma esfera necessária para um mundo pacífico, próspero e, conseqüentemente, sustentável. Em 2018, a Companhia aderiu aos Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU e, desde então, criamos planos de ação localmente relevantes para tratar sobre a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres. Esse ODS é incorporado na estratégia de sustentabilidade da companhia desde o desenvolvimento de seus produtos, até o impacto nas comunidades e rede de fornecimento.
- (ii) Água potável e saneamento: considerando que a escassez de água afeta mais 40% da população mundial, a Companhia busca formas de amenizar os impactos de seus negócios no ciclo da água. Assim, tem como meta para 2020 zerar os descartes de produtos químicos perigosos, reduzir em 30% o uso de água na produção de suas matérias-primas (em relação a 2016, com prazo até 2025), reduzir em 10% o uso de água em suas lojas (em relação a 2012, com prazo até 2025) dentre outras.

7.8 - Políticas Socioambientais

- (iii) Trabalho decente e crescimento econômico: baseia-se na ideia de fazer negócios com fornecedores que proporcionem condições dignas de trabalho para seus funcionários, não só financeiramente, mas gerando oportunidades de crescimento igualitárias entre homens e mulheres, estimulando a economia e protegendo o meio ambiente. Dessa forma, a Companhia monitora e desenvolve seus fornecedores de forma bem próxima e queremos ajudar a desenvolver a capacitação e o senso de propriedade a respeito dos problemas que eles enfrentam. Por isso temos um Programa de Monitoramento Participativo (SOP), que tem como objetivo tornar o fornecedor da C&A protagonista no processo de monitoramento e capacitação de sua própria rede de fornecimento.
- (iv) Produção e consumo responsáveis: baseia-se na ideia de otimizar os recursos: trata-se de fazer mais (e melhor) com menos. Dessa forma, a Companhia tem neste princípio o grande cerne de sua estratégia global de sustentabilidade: desde o trabalho que fazemos em nossa rede de fornecimento para um meio ambiente limpo até nosso compromisso com um novo normal, em que vendemos produtos de moda circulares, projetados para o próximo uso.
- (v) Ação contra a mudança global do clima: baseia-se na ideia de tomar medidas que combatam as mudanças climáticas e amenizem seus impactos. Dessa forma, a Companhia busca formas de amenizar os impactos de seus negócios no ciclo do carbono, tendo como meta reduzir em 2020 20% da pegada de carbono em suas lojas, centros de distribuição e escritórios.
- (vi) Parcerias e meios de implementação: baseia-se na ideia de que para que haja um desenvolvimento sustentável é necessário um alinhamento de forças entre os governos, setor privado e sociedade civil. Dessa forma, globalmente a Companhia estabelece uma série de parcerias que convirjam para o mesmo interesse em sustentabilidade como, por exemplo, *Greenpeace*, *Four Paws*, *Sustainable Apparel Coalition (SAC)*, dentre outros.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

O Relatório de Sustentabilidade é voluntariamente submetido a auditores externos independentes para confirmarem as informações neles contidas de natureza não financeira ou contábil. A asseguarção do Relatório de Sustentabilidade de 2013-2014 foi realizada pela PricewaterhouseCoopers (“PwC”) para validação de um escopo limitado de informações sobre dados de energia e água que foram utilizados para cálculo das emissões e consumo.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Os relatórios anuais de sustentabilidade, e outras informações conexas, podem ser acessados em: <https://sustentabilidade.cea.com.br/pt-br/Paginas/relatoriosustentabilidade.aspx>

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 7 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou negócios extraordinários nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não aplicável, uma vez que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não aplicável, tendo em vista que nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 8 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA CAMARÁ SHOPPING	Brasil	PE	Camaragibe	Alugada
LOJA CENTRO - TERESINA	Brasil	PI	Teresina	Alugada
LOJA SHOPPING RIO POTY	Brasil	PI	Teresina	Alugada
LOJA CENTRO - CURITIBA	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
LOJA SHOPPING PALLADIUM	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
LOJA SHOPPING PARK BARIGUI	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
LOJA SHOPPING CURITIBA	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
LOJA SHOPPING MÜELLER	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
LOJA SHOPPING CATUAÍ	Brasil	PR	Londrina	Alugada
LOJA MARINGÁ PARK SHOPPING	Brasil	PR	Maringá	Alugada
LOJA NORTE SHOPPING LONDRINA	Brasil	PR	Londrina	Alugada
LOJA SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Alugada
LOJA JOCKEY PLAZA SHOPPING	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
LOJA BARRA SHOPPING	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA NORTE SHOPPING	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA PLAZA SHOPPING	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
LOJA CENTRO - NOVA IGUAÇU	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
LOJA CENTRO - TIJUCA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CENTRO - DUQUE DE CAXIAS	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
LOJA BANGU SHOPPING	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CENTRO - COPACABANA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CENTRO - MADUREIRA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CENTRO - RIO DE JANEIRO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING PASSEIO CAMPO GRANDE	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CAMPO GRANDE	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CARIOCA SHOPPING	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING PLAZA MACAÉ	Brasil	RJ	Macaé	Alugada
LOJA NILÓPOLIS CENTRO	Brasil	RJ	Nilópolis	Alugada
LOJA SHOPPING NOVA AMÉRICA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING MÉIER	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA SHOPPING - BONSUCESSO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING CAMPO GRANDE	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CENTRO - ALCÂNTARA	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
LOJA SIDER SHOPPING	Brasil	RJ	Volta Redonda	Alugada
LOJA TIJUCA SHOPPING	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING GRANDE RIO	Brasil	RJ	São João de Meriti	Alugada
LOJA NOVA IGUAÇU	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
LOJA CENTRO - BOTAFOGO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING BOULEVARD	Brasil	RJ	Campos dos Goytacazes	Alugada
LOJA WEST SHOPPING RIO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING BAY MARKET CENTER	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
LOJA SHOPPING NOVA IGUAÇU	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
LOJA CAXIAS SHOPPING	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
LOJA ILHA DO GOVERNADOR PLAZA SHOPPING	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA AMÉRICAS SHOPPING	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING RECREIO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SÃO GONÇALO SHOPPING	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
LOJA SHOPPING SULACAP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CENTRO - ITABORAÍ	Brasil	RJ	Itaboraí	Alugada
LOJA BOULEVARD SHOPPING SÃO GONÇALO	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
LOJA IPANEMA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA PATIO MIX ITAGUAI	Brasil	RJ	Itaguaí	Alugada
LOJA LEBLON	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING MIDWAY MALL	Brasil	RN	Natal	Alugada
LOJA NORTE SHOPPING	Brasil	RN	Natal	Alugada
LOJA CENTRO - NATAL	Brasil	RN	Natal	Alugada
LOJA NATAL SHOPPING	Brasil	RN	Natal	Alugada
LOJA SHOPPING PORTO VELHO	Brasil	RO	Porto Velho	Alugada
LOJA PÁTIO RORAIMA SHOPPING	Brasil	RR	Boa Vista	Alugada
LOJA CENTRO - PORTO ALEGRE	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA SHOPPING IGUATEMI PORTO ALEGRE	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
LOJA SHOPPING PRAIA DE BELAS	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
LOJA NOVO SHOPPING	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Alugada
LOJA CENTRO - PELOTAS	Brasil	RS	Pelotas	Alugada
LOJA BOURBON SHOPPING WALLIG	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
LOJA CANOAS SHOPPING	Brasil	RS	Canoas	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada
LOJA BALNEÁRIO CAMBORIÚ SHOPPING	Brasil	SC	Balneário Camboriú	Alugada
LOJA CONTINENTE PARK SHOPPING	Brasil	SC	São José	Alugada
LOJA FLORIPA SHOPPING	Brasil	SC	Florianópolis	Alugada
LOJA JOINVILLE GARDEN SHOPPING	Brasil	SC	Joinville	Alugada
LOJA SHOPPING ITAGUAÇU	Brasil	SC	São José	Alugada
LOJA CANTAREIRA NORTE SHOPPING	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING MÓOCA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA NOVO SHOPPING RIBEIRÃO PRETO	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
LOJA RIO PRETO SHOPPING	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Alugada
LOJA MAUÁ PLAZA SHOPPING	Brasil	SP	Mauá	Alugada
LOJA PARQUE SHOPPING BARUERI	Brasil	SP	Barueri	Alugada
LOJA SHOPPING HORTOLÂNDIA	Brasil	SP	Hortolândia	Alugada
LOJA SHOPPING SUZANO	Brasil	SP	Suzano	Alugada
LOJA SHOPPING METRÓPOLE	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
LOJA SHOPPING BOAVISTA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING ABC	Brasil	SP	Santo André	Alugada
LOJA VALE SUL SHOPPING	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
LOJA BURITI SHOPPING MOGI GUAÇU	Brasil	SP	Mogi Guaçu	Alugada
LOJA PLAZA SHOPPING ITU	Brasil	SP	Itu	Alugada
CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO RAPOSO TAVARES- SP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO RIO DE JANEIRO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO TAMBORÉ - SP	Brasil	SP	Barueri	Alugada
ESCRITÓRIO CENTRAL	Brasil	SP	Barueri	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA SHOPPING PÁTIO ARAPIRACA GARDEN	Brasil	AL	Arapiraca	Alugada
LOJA SHOPPING SÃO BERNARDO PLAZA	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
LOJA TIVOLI SHOPPING	Brasil	SP	Santa Bárbara d Oeste	Alugada
LOJA SHOPPING CAMPIM DOURADO	Brasil	TO	Palmas	Alugada
LOJA CENTRO - ARACAJÚ	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
LOJA SHOPPING JARDINS ARACAJU	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
LOJA SHOPPING RIO MAR ARACAJU	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
LOJA SHOPPING PRÊMIO	Brasil	SE	Nossa Senhora do Socorro	Alugada
LOJA SHOPPING INTERLAGOS	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING CENTER NORTE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING ARICANDUVA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING MORUMBI	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING IBIRAPUERA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING ITAQUERA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA INTERNACIONAL SHOPPING	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
LOJA SHOPPING CAMPO LIMPO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING PARQUE DOM PEDRO	Brasil	SP	Campinas	Alugada
LOJA PRAIA DO GONZAGA	Brasil	SP	Santos	Alugada
LOJA CENTRO - SÃO BERNARDO DO CAMPO	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
LOJA SHOPPING TABOÃO DA SERRA	Brasil	SP	Taboão da Serra	Alugada
LOJA MAXI SHOPPING JUNDIAÍ	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
LOJA SHOPPING TAMBORÉ	Brasil	SP	Barueri	Alugada
LOJA SHOPPING ABC PLAZA	Brasil	SP	Santo André	Alugada
LOJA SHOPPING UNIÃO	Brasil	SP	Osasco	Alugada
LOJA CENTRO - CAMPINAS	Brasil	SP	Campinas	Alugada
LOJA SHOPPING PENHA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING PLAZA SUL	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING ELDORADO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA CENTRO - GUARULHOS	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
LOJA SHOPPING SP MARKET	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING TIETÊ PLAZA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA CENTRO - OSASCO	Brasil	SP	Osasco	Alugada
LOJA SHOPPING WEST PLAZA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA BOURBON SHOPPING POMPÉIA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI CAMPINAS	Brasil	SP	Campinas	Alugada
LOJA CENTRO - SÃO PAULO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING RIBEIRÃO PRETO	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
LOJA CENTRO - SANTO ANDRÉ	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING PRAÇA DA MOÇA	Brasil	SP	Diadema	Alugada
LOJA ESPLANADA SHOPPING	Brasil	SP	Votorantim	Alugada
LOJA JUNDIAÍ SHOPPING	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
LOJA LITORAL SHOPPING	Brasil	SP	Praia Grande	Alugada
LOJA BONSUCESSO SHOPPING	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
LOJA SÃO CAETANO DO SUL	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Alugada
LOJA RUA AUGUSTA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SANTANA PARQUE SHOPPING	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING PARQUE DAS BANDEIRAS	Brasil	SP	Campinas	Alugada
LOJA BRISAMAR SHOPPING	Brasil	SP	São Vicente	Alugada
LOJA CENTERVALE SHOPPING	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
LOJA SHOOPING VIA VERDE	Brasil	AC	Rio Branco	Alugada
LOJA CENTRO - MACEIÓ	Brasil	AL	Maceió	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI MACEIÓ	Brasil	AL	Maceió	Alugada
LOJA SHOPPING PATIO MACEIÓ	Brasil	AL	Maceió	Alugada
LOJA SHOPPING MACEIÓ	Brasil	AL	Maceió	Alugada
LOJA CENTRO - MANAUS	Brasil	AM	Manaus	Alugada
LOJA AMAZONAS SHOPPING	Brasil	AM	Manaus	Alugada
LOJA SUMAÚMA PARK SHOPPING	Brasil	AM	Manaus	Alugada
LOJA SHOPPING MANAUARA	Brasil	AM	Manaus	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA SHOPPING VIA NORTE MANAUS	Brasil	AM	Manaus	Alugada
LOJA MACAPÁ SHOOPING CENTER	Brasil	AP	Macapá	Alugada
LOJA SHOPPING AMAPÁ GARDEN	Brasil	AP	Macapá	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI BAHIA	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA SHOPPING PIEDADE BARRIS	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA SALVADOR SHOPPING	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA SALVADOR NORTE SHOPPING	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI FEIRA DE SANTANA	Brasil	BA	Feira de Santana	Alugada
LOJA SHOPPING BARRA SALVADOR	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA CENTRO - FEIRA DE SANTANA	Brasil	BA	Feira de Santana	Alugada
LOJA SHOPPING BELA VISTA	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA JEQUITIBÁ PLAZA	Brasil	BA	Itabuna	Alugada
LOJA SHOPPING PARALELA	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA VITÓRIA DA CONSQUISTA	Brasil	BA	Vitória da Conquista	Alugada
LOJA SHOPPING BOULEVARD CAMAÇARI	Brasil	BA	Camaçari	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI FORTALEZA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA CENTRO - FORTALEZA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA SHOPPING PARANGABA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA NORTH SHOPPING	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA SHOPPING PRAÇA NOVA	Brasil	SP	Araçatuba	Alugada
LOJA SHOPPING PARK EUROPEU	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
LOJA SHOPPING GRANDE CIRCULAR	Brasil	AM	Manaus	Alugada
LOJA SHOPPING MAR RIO KENNEDY	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA ARACAJU PARQUE SHOPPING	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
LOJA SHOPPING PARK LAGOS	Brasil	RJ	Cabo Frio	Alugada
LOJA SHOPPING CARIRI	Brasil	CE	Juazeiro do Norte	Alugada
LOJA NORTH SHOPPING JÓQUEI	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA SHOPPING FORTALEZA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA SHOPPING BENFICA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA NORTH SHOPPING MARACANAÚ	Brasil	CE	Maracanaú	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA SHOPPING VIA SUL	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA SHOPPING ALDEOTA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA SHOPPING PIRACICABA	Brasil	SP	Piracicaba	Alugada
LOJA SHOPPING JARDIM SUL	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING CIDADE NORTE	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Alugada
LOJA MARILIA	Brasil	SP	Marília	Alugada
LOJA CENTRAL PLAZA SHOPPING	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING ITAPECERICA	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
LOJA PRUDENSHOPPING	Brasil	SP	Presidente Prudente	Alugada
LOJA BAURU SHOPPING	Brasil	SP	Bauru	Alugada
LOJA MOGI SHOPPING	Brasil	SP	Mogi das Cruzes	Alugada
LOJA RAPOSO SHOPPING	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA CENTER SHOPPING	Brasil	SP	Limeira	Alugada
LOJA SHOPPING RIO CLARO	Brasil	SP	Rio Claro	Alugada
LOJA POLO SHOPPING	Brasil	SP	Indaiatuba	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI SÃO CARLOS	Brasil	SP	São Carlos	Alugada
LOJA FRANCA SHOPPING	Brasil	SP	Franca	Alugada
LOJA SHOPPING TAUBATÉ	Brasil	SP	Taubaté	Alugada
LOJA SHOPPING VILLA LOBOS	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA CAMPINAS SHOPPING CENTER	Brasil	SP	Campinas	Alugada
LOJA SHOPPING GRANJA VIANNA	Brasil	SP	Cotia	Alugada
LOJA JACAREÍ SHOPPING	Brasil	SP	Jacareí	Alugada
LOJA BURITI SHOPPING GUARÁ	Brasil	SP	Guaratinguetá	Alugada
LOJA SHOPPING JARAGUÁ	Brasil	SP	Araraquara	Alugada
LOJA SHOPPING D	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING CIANÊ	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
LOJA SHOPPING MAIA GUARULHOS	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI ALPHAVILLE	Brasil	SP	Barueri	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI RIBEIRÃO PRETO	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
LOJA SHOPPING METRÓPOLE ANANINDEUA	Brasil	PA	Ananindeua	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA SHOPPING TERESINA	Brasil	PI	Teresina	Alugada
LOJA SHOPPING CONJUNTO NACIONAL	Brasil	DF	Brasília	Alugada
LOJA PARK SHOPPING	Brasil	DF	Brasília	Alugada
LOJA SHOPPING TAGUATINGA	Brasil	DF	Brasília	Alugada
LOJA PÁTIO BRASIL SHOPPING	Brasil	DF	Brasília	Alugada
LOJA SHOPPING JK CEILÂNDIA	Brasil	DF	Brasília	Alugada
LOJA BRASÍLIA BOULEVARD	Brasil	DF	Brasília	Alugada
LOJA ALAMEDA SHOPPING	Brasil	DF	Brasília	Alugada
LOJA SHOPPING VITÓRIA	Brasil	ES	Vitória	Alugada
LOJA SHOPPING VILA VELHA	Brasil	ES	Vila Velha	Alugada
LOJA SHOPPING MESTRE ÁLVARO	Brasil	ES	Serra	Alugada
LOJA SHOPPING PRAIA DA COSTA	Brasil	ES	Vila Velha	Alugada
LOJA SHOPPING MOXUARA	Brasil	ES	Cariacica	Alugada
LOJA SHOPPING MONT SERRAT	Brasil	ES	Serra	Alugada
LOJA BOULEVARD SHOPPING VILA VELHA	Brasil	ES	Vila Velha	Alugada
LOJA FLAMBOYANT SHOPPING	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
LOJA SHOPPING BURITI	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
LOJA GOIANIA SHOPPING	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
LOJA SHOPPING SUL	Brasil	GO	Valparaíso de Goiás	Alugada
LOJA SHOPPING PASSEIO DAS ÁGUAS	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
LOJA ANASHOPPING	Brasil	GO	Anápolis	Alugada
LOJA SHOPPING BURUTI RIO VERDE	Brasil	GO	Rio Verde	Alugada
LOJA SHOPPING RIO ANIL	Brasil	MA	São Luís	Alugada
LOJA SHOPPING DA ILHA	Brasil	MA	São Luís	Alugada
LOJA CENTRO - SÃO LUIS	Brasil	MA	São Luís	Alugada
LOJA CENTRO - SÃO LUIZ	Brasil	MA	São Luís	Alugada
LOJA SHOPPING IMPERIAL	Brasil	MA	Imperatriz	Alugada
LOJA SHOPPING PÁTIO NORTE	Brasil	MA	São José de Ribamar	Alugada
LOJA SÃO LUIS SHOPPING	Brasil	MA	São Luís	Alugada
LOJA SHOPPING MINAS	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA CENTRO - BH	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA CENTRO - BH	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA BH SHOPPING	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA ITAÚ POWER SHOPPING	Brasil	MG	Contagem	Alugada
LOJA CENTRO - JUIZ DE FORA	Brasil	MG	Juiz de Fora	Alugada
LOJA SHOPPING ESTAÇÃO BH	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA SHOPPING VIA BARREIRO	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA CENTER SHOPPING	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
LOJA BOULEVARD SHOPPING	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA SHOPPING DEL REY	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA UBERLÂNDIA CENTRO	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
LOJA SHOPPING CONTAGEM	Brasil	MG	Contagem	Alugada
LOJA PARTAGE SHOPPING BETIM	Brasil	MG	Betim	Alugada
LOJA SHOPPING SETE LAGOAS	Brasil	MG	Sete Lagoas	Alugada
LOJA SHOPPING VALE DO AÇO	Brasil	MG	Ipatinga	Alugada
LOJA SHOPPING INDEPENDÊNCIA	Brasil	MG	Juiz de Fora	Alugada
LOJA UBERABA SHOPPING	Brasil	MG	Uberaba	Alugada
LOJA MONTES CLAROS	Brasil	MG	Montes Claros	Alugada
LOJA SHOPPING MINASUL	Brasil	MG	Poços de Caldas	Alugada
LOJA UBERLÂNDIA SHOPPING	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
LOJA SHOPPING CAMPO GRANDE	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
LOJA CAMPO GRANDE	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
LOJA PANTANAL SHOPPING	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
LOJA SHOPPING ESTAÇÃO CUIABÁ	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
LOJA SHOPPING PÁTIO BELÉM	Brasil	PA	Belém	Alugada
LOJA SHOPPING CASTANHEIRA	Brasil	PA	Belém	Alugada
LOJA CENTRO - BELÉM	Brasil	PA	Belém	Alugada
LOJA SHOPPING BOULEVARD	Brasil	PA	Belém	Alugada
LOJA PARQUE SHOPPING BELÉM	Brasil	PA	Belém	Alugada
LOJA SHOPPING MARABÁ	Brasil	PA	Marabá	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA SHOPPING GRÃO PARÁ	Brasil	PA	Belém	Alugada
LOJA TAPAJÓS SHOPPING	Brasil	PA	Santarém	Alugada
LOJA MANÁIRA SHOPPING	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
LOJA CENTRO - CAMPINA GRANDE	Brasil	PB	Campina Grande	Alugada
LOJA CENTRO - JOÃO PESSOA	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
LOJA SHOPPING MANGABEIRA	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
LOJA SHOPPING BOULEVARD	Brasil	PB	Campina Grande	Alugada
LOJA SHOPPING RECIFE	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA SHOPPING GUARARAPES	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Alugada
LOJA SHOPPING TACARUNA	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA CENTRO - RECIFE	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA PLAZA SHOPPING CASA FORTE	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA RIVER SHOPPING	Brasil	PE	Petrolina	Alugada
LOJA SHOPPING COSTA DOURADA	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
LOJA SHOPPING RIO MAR	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA SHOPPING NORTH WAY PAULISTA	Brasil	PE	Paulista	Alugada
LOJA CARUARU SHOPPING	Brasil	PE	Caruaru	Alugada
LOJA SHOPPING DIFUSORA	Brasil	PE	Caruaru	Alugada
LOJA CENTRO - RECIFE	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA SHOPPING BOA VISTA	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA SHOPPING PATTEO OLINDA	Brasil	PE	Olinda	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínios em nome da Companhia	Vigentes	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Marcas	Marcas da Companhia, da C&A AG e de terceiros, depositadas ou registradas junto ao INPI.	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou por requerimentos de caducidade. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular ou licenciada, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma decisão que impeça a Companhia de utilizar alguma marca. Válido ressaltar que a Companhia figura como licenciada em um Contrato de Licenciamento de Marca com a C&A AG, pelo qual é concedido para a Companhia o direito de uso e exploração comercial de diversas marcas relevantes, que estão registradas ou em processo de registro perante o INPI. Este contrato permanece válido e foi registrado no INPI, como forma de assegurar e vincular os direitos da Companhia.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia, a C&A AG e terceiros acreditam que não perderão os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui participação em sociedades que sejam por ela compreendidas como relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os valores constantes deste item 10.1 foram extraídos das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Conseqüentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, algumas informações financeiras não são comparáveis com aquelas de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Para mais informações sobre o IFRS 16/CPC 06(R2), ver item 10.4 do Formulário de Referência, transcrito abaixo.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 1,2x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 447,1 milhões e a dívida líquida (representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar a partes relacionadas e arrendamento mercantil - circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa) totalizava R\$ 1.140,6, com um índice de alavancagem financeira, que compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, de 0,4x.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 2,1x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 446,0 milhões e a dívida líquida (representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar a partes relacionadas e arrendamento mercantil - circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa) totalizava R\$ 463,3 milhões, com um índice de alavancagem financeira, que compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, de 0,4x.

Em 31 de dezembro de 2017, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 2,4x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 431,8 milhões e a dívida líquida (representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar a partes relacionadas e arrendamento mercantil - circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa) totalizava R\$ 420,2 milhões, com um índice de alavancagem financeira, que compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, de 0,4x.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(b) Estrutura de Capital

Com a abertura de capital da Companhia e o pagamento antecipado dos empréstimos com partes relacionadas, a estrutura de capital da Companhia sofreu uma leve mudança em relação aos anos anteriores.

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	3.297,5	2.363,3	2.387,8
Capital próprio (patrimônio líquido)	2.379,6	1.115,0	1.006,5
Capital total (terceiros + próprio)	6.037,1	3.478,3	3.394,3
Parcela de capital de terceiros	54,6	67,9%	70,3%
Parcela de capital próprio	45,4	32,1%	29,7%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos a serem pagos nos próximos anos. Os índices de liquidez geral (ativo total dividido pela soma do passivo circulante e não circulante) e corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2019 eram de 1,8 e 1,7, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Líquida (representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar a partes relacionadas e arrendamento mercantil - circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa) da Companhia era de R\$ 1.140,6 milhões. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) captação de empréstimos com partes relacionadas; e (iii) aumento de capital por meio de emissão de ações. Esses recursos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios e (ii) desembolso de capital.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) do Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e suas características.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2019 não havia empréstimos a pagar, em 31 de dezembro de 2018 o saldo de empréstimos a pagar era de R\$907,5 milhões e R\$849,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, em ambos períodos, o saldo era com partes relacionadas.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía contratos de empréstimos vigentes.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. Contudo, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações com instituições financeiras são adequadas para suprir eventuais necessidades de financiamento para expansão do negócio da Companhia. Novas relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2019 possuem condição específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Não aplicável, considerando que em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía contratos de empréstimos e/ou financiamento em vigor, não havendo, portanto, nenhuma restrição a índices de endividamento.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não dispunha, em 31 de dezembro de 2019 de nenhum contrato de financiamento ou limite de contratação que não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS****EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (em R\$ milhões, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA	5.285,2	100%	5.139,1	100%	2,8%
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	2.717,1	-51,4%	2.590,0	-50,4%	4,9%
LUCRO BRUTO	2.568,1	48,6%	2.549,1	49,6%	0,7%
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(425,7)	-8,1%	(461,9)	-9,0%	-7,8%
Vendas	(1.755,3)	-33,2%	(1.720,2)	-33,5%	2,0%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	646,1	12,2%	(10,8)	-0,2%	-6.078,7%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.033,1	19,5%	356,2	6,9%	190,0%
Resultado com derivativos	(26,1)	-0,5%	17,2	0,3%	-251,5%
Despesas financeiras	(275,4)	-5,2%	(316,9)	-6,2%	-13,1%
Receitas financeiras	690,4	13,1%	169,0	3,3%	308,5%
Resultado financeiro	388,9	7,4%	(130,7)	-2,5%	-397,6%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	1.422,0	26,9%	225,6	4,4%	530,5%
Impostos sobre o lucro	(450,0)	-8,5%	(51,9)	-1,0%	766,9%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	972,0	18,4%	173,6	3,4%	459,8%

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$5.285,2 milhões comparativamente a R\$5.139,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$146,1 milhões ou 2,8%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento de 4,1% nas vendas em vestuário e 1% na venda de *fashiontronics*.

Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$2.717,1 milhões comparativamente a R\$2.590,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$127,1 milhões ou

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

4,9%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representava 51,4% e 50,4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente. Este aumento de custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados em relação à receita líquida está associado devido (i) à redução das margens brutas dos negócios provocadas pelo comportamento mais promocional; (ii) à maior carga tributária de *Fashiontronics* decorrente do fim da Lei do Bem; (iii) à queda da receita de Serviços Financeiros- parceria Bradescard ; e (iv) ao aumento no custo dos produtos importados.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$2.568,1 milhões comparativamente a R\$2.549,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$19,0 milhões ou 0,7%. O lucro bruto representava 48,6% e 49,6% da receita líquida (margem bruta) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente. Esta redução na margem bruta é atribuída aos fatores que impactaram o custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$425,7 milhões comparativamente a R\$461,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$36,2 milhões ou 7,8%. As despesas gerais e administrativas representavam 8,1% e 9,0% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente. Esta redução nas despesas gerais e administrativas é atribuída à reversão de provisão para contingências tributárias. Excluindo o efeito desta reversão, as despesas gerais e administrativas teriam sido maiores do que 2018 devido principalmente às despesas mais elevadas na conta depreciação e amortização em função de investimentos para suportar as alavancas de crescimento em transformação digital e *supply chain*.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$1.755,3 milhões comparativamente a R\$1.720,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$35,1 milhões ou 2,0%. As despesas com vendas representavam 33,2% e 33,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente. O aumento é explicado pelos gastos mais elevados com o quadro e custo de ocupação, decorrentes de maior número de lojas, e pelo crescimento da despesa com depreciação originada do maior ritmo de investimentos.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$646,1 milhões comparativamente a uma despesa de R\$10,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação de R\$656,9 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente, ao reconhecimento dos créditos tributários decorrentes do trânsito em julgado favorável na causa que confirmou o direito da Companhia à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS no montante de R\$663,5 milhões (R\$644,9 milhões deduzidos de gastos advocatícios, de consultoria e auditoria, para mais informações vide notas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

explicativas 25.5 às demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019).

Lucro antes do resultado financeiro

O lucro antes do resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.033,1 milhões comparativamente a R\$356,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$676,9 milhões. O lucro antes do resultado financeiro representava 19,5% e 6,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente. Este aumento, na participação do lucro antes do resultado financeiro em relação à receita líquida, é atribuído, substancialmente, ao reconhecimento dos créditos tributários extemporâneos decorrentes do trânsito em julgado favorável na causa que confirmou o direito da Companhia à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS e a ligeira melhora na performance comercial.

Resultado com derivativos

O resultado com derivativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 ocasionou uma despesa de R\$26,1 milhões comparativamente a uma receita de R\$17,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação de R\$43,2 milhões. Esta variação está associada à alteração no perfil dos empréstimos e de seus mecanismos de proteção. A partir do segundo trimestre de 2018, empréstimos anteriormente denominados em moeda estrangeira passaram a ser contratados em moeda local, conforme vencimento dos contratos e necessidades de capital de giro da Companhia.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$275,4 milhões comparativamente a R\$316,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$41,5 milhões ou 13,1%. Esta redução está associada ao impacto das variações da taxa de câmbio sobre os empréstimos com partes relacionadas anteriormente denominados em moeda estrangeira que passaram a ser contratados em moeda local a partir do segundo trimestre de 2018. Esse impacto foi parcialmente neutralizado por um aumento na despesa de juros de arrendamento (R\$137,5 milhões) devido à adoção do IFRS16 / CPC 06.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$690,4 milhões comparativamente a R\$169,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$521,4 milhões. Este aumento refere-se à correção monetária de R\$618,5 milhões sobre o crédito tributário de PIS e COFINS reconhecido na linha de “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” durante o exercício de 2019.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 ocasionou uma receita de R\$388,9 milhões comparativamente a uma despesa de R\$130,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação de R\$519,6 milhões. Esta melhora é atribuída aos fatores acima mencionados.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro

O lucro antes dos impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.422,0 milhões comparativamente a um lucro de R\$225,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação de R\$1.196,5 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente, ao reconhecimento dos créditos tributários decorrentes do trânsito em julgado favorável na causa que confirmou o direito da Companhia à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme comentando acima quando da explicação das variações relativas às rubricas “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” e “receitas financeiras” e ao crescimento do lucro bruto associado a uma ligeira melhora na performance comercial.

Impostos sobre o lucro

As despesas com impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$450,0 milhões comparativamente a uma despesa de R\$51,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$398,1 milhões. Este aumento é atribuído, substancialmente, ao reconhecimento de imposto diferido no montante de R\$435,9 milhões, referente ao diferimento da tributação do crédito tributário relativo ao ganho na ação que reconheceu o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Lucro líquido (prejuízo) do período

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$972,0 milhões comparativamente a um lucro líquido de R\$173,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação de R\$798,4 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente, aos fatores acima mencionados.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em relação às Demonstrações de Resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia revisou suas práticas contábeis e alterou algumas classificações de Receita e Despesa para que melhor refletissem a realidade da Companhia.

O quadro abaixo demonstra estas reclassificações para o exercício de 2018:

Demonstração dos Resultados (em milhões de reais)

Receita líquida	5.166,4	-27,2	5.139,1 (a)
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	-2.617,2	27,2	-2.590,0 (a)
Lucro Bruto	2.549,1	-	2.549,1
Gerais e administrativas	-482,2	20,3	-461,9 (b)
Vendas	-1.699,9	-20,3	-1.720,2 (b)
Lucro antes do resultado financeiro	356,2	-	356,2
Resultado financeiro	-130,7	-	-130,7
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	225,6	-	225,6
Lucro líquido do exercício	173,6	-	173,6

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(a) A Administração entendeu que os valores recebidos de fornecedores referentes à bonificação deveriam ser apresentados como redutor do custo das mercadorias vendidas e não como complemento de receita líquida. Em 2018 esse valor era de R\$35.182 (líquido de impostos). A Administração reclassificou R\$ 7.936 referente aos impostos sobre perda de inventário que estavam classificados como redutor de receita líquida para custo das mercadorias vendidas.

(b) A Administração identificou valores de despesas de frete de mercadorias e outras despesas necessárias para vender as mercadorias no valor de R\$20.322 classificadas como despesa administrativa e reclassificou para despesa de vendas.

A seguir são apresentadas as comparações vertical e horizontal das Demonstrações de Resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, considerando as reclassificações mencionadas acima.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (em R\$ milhões, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017		
		AV		AV	AH
RECEITA LÍQUIDA	5.139,1	100,0%	5.035,6	100,0%	2,1%
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(2.590,0)	-50,4%	(2.614,1)	-51,9%	-0,9%
LUCRO BRUTO	2.549,1	49,6%	2.421,5	48,1%	5,3%
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(461,9)	-9,0%	(509,8)	-10,1%	-9,4%
Vendas	(1.720,2)	-33,5%	(1.596,8)	-31,7%	7,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(10,8)	-0,2%	(18,2)	-0,4%	-40,7%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	356,2	6,9%	296,7	5,9%	20,1%
Resultado com derivativos	17,2	0,3%	(30,2)	-0,6%	-157,0%
Despesas financeiras	(316,9)	-6,1%	(293,2)	-5,8%	8,1%
Receitas financeiras	169,0	3,3%	168,3	3,3%	0,4%
Resultado financeiro	(130,7)	-2,5%	(155,2)	-3,1%	-15,8%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	225,6	4,4%	141,5	2,8%	59,4%
Impostos sobre o lucro	(51,9)	-1,0%	(44,7)	-0,9%	16,1%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	173,6	3,4%	96,9	1,9%	79,2%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$5.139,1 milhões comparativamente a R\$5.035,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$103,5 milhões ou 2,1%. Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 a incerteza política e a volatilidade do ambiente macroeconômico brasileiro impactaram negativamente a confiança do consumidor, o que se refletiu em um primeiro semestre desafiador. Já durante o segundo semestre a Companhia apresentou um melhor ritmo de vendas de mercadorias impulsionada pelo crescimento em mesmas lojas e e-commerce e pela redução na carga tributária em decorrência do reconhecimento dos créditos da Lei do Bem e da exclusão do ICMS na base do cálculo do PIS e COFINS, a partir de junho e julho de 2017, respectivamente. Contribuiu, também, para este resultado o crescimento das receitas da parceria de serviços financeiros que passaram de R\$168,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$214,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.590,0 milhões comparativamente a R\$2.614,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de R\$ 24,1 milhões ou 0,9%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representava 50,4% e 51,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A variação do custo depende do mix de produtos vendidos e do impacto da variação cambial sobre a parcela não protegida dos produtos importados (principalmente frete e impostos sobre o desembaraço aduaneiro).

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.549,1 milhões comparativamente a R\$2.421,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$127,6 milhões ou 5,3%. O lucro bruto representava 49,6% e 48,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído, principalmente, à evolução da margem bruta em função do reconhecimento dos créditos da Lei do Bem e da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins a partir de junho e julho de 2017, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$461,1 milhões comparativamente a R\$509,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$ 47,9 milhões ou 9,4%. As despesas gerais e administrativas representavam 9,0% e 10,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta redução é atribuída, substancialmente, à redução de outras (despesas) receitas como resultado da reversão de provisão para contingência de PIS e Cofins no montante de R\$38,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2018.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R\$1.720,2 milhões comparativamente a R\$1.596,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$123,4 milhões ou 7,7%. As despesas com vendas representavam 33,5% e 31,7% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento está associado (i) aos projetos em andamento que, visando à melhoria do atendimento às nossas clientes, geraram uma maior despesa com material e serviços de terceiros assim como com publicidade e vitrines (que passaram de R\$239,3 milhões para R\$295,2 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, respectivamente); e (ii) à maior despesa com ocupação decorrente do *phase-out* de descontos obtidos nas renegociações de aluguel e aumento das tarifas de energia elétrica (que passou de R\$494,6 milhões para R\$522,8 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, respectivamente).

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras despesas operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$10,8 milhões comparativamente a despesa de R\$18,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$7,4 milhões ou 40,7%. Esta redução é atribuída, substancialmente, ao resultado na baixa de ativos, que passou de R\$21,0 milhões para R\$13,9 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, respectivamente.

Lucro antes do resultado financeiro

O lucro antes do resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$356,2 milhões comparativamente a R\$296,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$59,5 milhões ou 20,1%. O lucro antes do resultado financeiro representava 6,9% e 5,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, em razão dos fatores descritos acima.

Resultado com derivativos

O resultado com derivativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ocasionou uma receita de R\$17,2 milhões comparativamente a uma despesa de R\$30,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma variação de R\$47,4 milhões. Esta variação está associada à alteração das premissas utilizadas para o cálculo do valor justo dos mecanismos de proteção sobre os empréstimos com partes relacionadas, não designados para *hedge accounting*, anteriormente denominados em moeda estrangeira que passaram a ser contratados em moeda local a partir do segundo trimestre de 2018, conforme vencimento dos contratos anteriormente captados e necessidades de capital de giro da Companhia.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 316,9 milhões comparativamente a R\$ 293,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$ 23,7 milhões ou 8,1%. Este aumento está associado ao impacto das variações da taxa de câmbio sobre os empréstimos com partes relacionadas.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 169,0

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

milhões comparativamente a R\$ 168,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$ 0,7 milhões ou 0,4%.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi uma despesa de R\$ 130,7 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 155,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$ 24,5 milhões ou 15,8%. Esta redução é atribuída, principalmente, aos fatores acima mencionados.

Lucro antes dos impostos sobre o lucro

O lucro antes dos impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$225,6 milhões comparativamente a R\$141,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$84,1 milhões ou 59,4%. O lucro antes dos impostos sobre o lucro representava 4,4% e 2,8% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento, na participação do lucro antes dos impostos sobre o lucro em relação à receita líquida, é atribuído, substancialmente, a um melhor ritmo de vendas de mercadorias impulsionada pelo crescimento em mesmas lojas e e-commerce no segundo semestre e a consequente melhora na melhora da margem bruta devido, principalmente, à redução na carga tributária em decorrência do reconhecimento dos créditos da Lei do Bem e da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins, a partir de junho e julho de 2017, respectivamente.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$173,6 milhões comparativamente a R\$96,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$76,7 milhões ou 79,2%. O lucro líquido do exercício representava 3,4% e 1,9% da receita líquida (margem líquida) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A melhora da margem líquida é atribuída aos fatores acima mencionados em combinação com a menor alíquota efetiva de imposto de renda no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em comparação com o exercício social de 2017, quando houve maior impacto (adição) relativo aos ajustes de *transfer pricing*.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO (em R\$ milhões, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de 2019	AV	Em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
CIRCULANTE					

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Caixa e equivalentes de caixa	447,1	7,4%	446,0	12,8%	0,2%
Contas a receber	1.151,5	19,1%	1.142,8	32,9%	0,8%
Derivativos	0,7	0,0%	55,1	1,6%	-98,8%
Partes relacionadas	0,4	0,0%	0,3	0,0%	37,5%
Estoques	544,7	9,0%	490,6	14,1%	11,0%
Tributos a recuperar	795,6	13,2%	17,1	0,5%	4542,8%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	38,0	0,6%	25,7	0,7%	47,8%
Outros ativos	21,6	0,4%	17,9	0,5%	20,5%
Total do ativo circulante	3.000,0	49,7%	2.195,6	63,1%	36,6%

NÃO CIRCULANTE

Tributos a recuperar	521,1	8,6%	7,6	0,2%	6713,1%
Tributos diferidos	-	-	370,6	10,7%	-100%
Depósitos judiciais	101,8	1,7%	67,7	1,9%	50,3%
Outros ativos	2,0	0,0%	2,9	0,1%	-31,9%
Imobilizado	717,4	11,9%	636,9	18,3%	12,6%
Direito de uso – arrendamento mercantil	1.507,8	25,0%	-	-	-
Intangível	187,3	3,1%	196,9	5,7%	-4,9%
Total do ativo não circulante	3.037,1	50,3%	1.282,8	36,9%	88,1%
TOTAL DO ATIVO	6.037,1	100,0%	3.478,3	100,0%	73,6%

PASSIVO (em R\$ milhões, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de 2019	AV	Em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
--	----------------------------------	-----------	----------------------------------	-----------	-----------

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**CIRCULANTE**

Arrendamento mercantil	357,9	5,9%	0,2	0,0%	155504,8%
Fornecedores	804,0	13,3%	678,8	19,5%	18,4%
Derivativos	3,9	0,1%	0,4	0,0%	877,2%
Obrigações trabalhistas	128,6	2,1%	130,9	3,8%	-1,8%
Partes relacionadas	69,5	1,2%	656,0	18,8%	-89,4%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	144,8	2,4%	58,6	1,7%	147,2%
Tributos a recolher	183,6	3,0%	160,9	4,6%	14,1%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	35,7	0,6%	26,6	0,8%	34,3%
Outros passivos	23,1	0,4%	40,6	1,2%	-43,2%
Total do passivo circulante	1.751,1	29,0%	1.750,1	50,3%	0,1%

NÃO CIRCULANTE

Arrendamento mercantil	1.229,8	20,37%	1,6	0,0%	75906,7%
Partes relacionadas	0,0	0,0%	313,5	9,0%	9,0%
Obrigações trabalhistas	3,6	0,1%	4,1	0,1%	-12,5%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	233,8	3,9%	262,6	7,5%	-11%
Tributos a recolher	1,1	0,0%	-	-	-
Tributos diferidos	45,6	0,8%	-	-	-
Outros passivos	32,6	0,5%	31,5	0,9%	3,4%
Total do passivo não	1.546,4	25,6%	613,2	17,6%	152,2%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

circulante

Total do patrimônio líquido	2.739,6	45,38%	1.115,0	32,1%	145,7%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.037,1	100%	3.478,3	100,0%	73,6%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$3.000,0 milhões, e R\$2.195,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 49,7%% em 31 de dezembro de 2019 e 63,1% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$804,0 ou 36,6%%, decorreu, principalmente, do aumento no saldo de tributos a recuperar (que passou de R\$17,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$795,6 milhões em 31 de dezembro de 2019) pelo reconhecimento de créditos tributários decorrentes do trânsito em julgado favorável na causa que confirmou o direito da Companhia à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$3.037,5 milhões, em comparação com R\$1.282,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 50,3%% em 31 de dezembro de 2019 e 36,9% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$1.754,7 milhões ou 136,8%%, decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- (i) do trânsito em julgado favorável na causa que confirmou o direito da Companhia à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS com impacto em tributos a recuperar (cujo saldo era R\$7,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e passou para R\$521,1 milhões em 31 de dezembro de 2019);
- (ii) da adoção a partir de 1º de janeiro de 2019 do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16) com impacto em direito de uso – arrendamento mercantil (cujo saldo era nulo em 31 de dezembro de 2018 e passou para R\$1.507,8 milhões em 31 de dezembro de 2019).]

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$1.751,0 milhões, em comparação com R\$1.750,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 29,0%% em 31 de dezembro de 2019 e 50,3% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$1,0 milhão ou 0,1%%, decorreu, principalmente, (i) da adoção, a partir de 1º de janeiro de 2019, do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16) que aumentou o arrendamento mercantil em R\$ 357,6; (ii) do maior montante de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no valor de R\$ 86,2; e (iii) de um maior valor a pagar aos fornecedores R\$ 125,2. Esse aumento foi compensado pela liquidação de empréstimos a pagar a partes relacionadas que passou de R\$711,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$69,5 milhões em 31 de dezembro de 2019].

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$1.546,4 milhões, em comparação com R\$613,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 25,6%% em 31 de dezembro de 2019 e 17,6% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$933,2 milhões ou 152,2%%, decorreu, principalmente, dos fatores relacionados abaixo:

- (i) adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16) com impacto em arrendamento mercantil, cujo saldo passou de R\$1,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.229,8 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$2.739,6 milhões, em comparação com R\$1.115,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento], de R\$1.624,5 ou 145,7%%, deve-se, principalmente, ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 que totalizou R\$972,0] que foram alavancados pelo reconhecimento dos créditos tributários extemporâneos decorrentes do trânsito em julgado favorável na causa que confirmou o direito da Companhia à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins, e pelo aumento de capital no montante de R\$ 813,7 decorrente da abertura de capital da Companhia e da emissão de novas ações.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO (em R\$ milhões, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de 2018	AV	Em 31 de dezembro de 2017	AV	AH
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	446,0	12,8%	431,8	12,7%	3,3%
Contas a receber	1.142,8	32,9%	1.070,7	31,5%	6,7%
Derivativos	55,1	1,6%	53,8	1,6%	2,4%
Partes relacionadas	0,3	0,0%	1,0	0,0%	-70,0%
Estoques	490,6	14,1%	479,4	14,1%	2,3%
Tributos a recuperar	17,1	0,5%	36,4	1,1%	-53,0%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25,7	0,7%	36,5	1,1%	-29,6%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outros ativos	17,9	0,5%	16,0	0,5%	11,9%
Total do ativo circulante	2.195,6	63,1%	2.125,6	62,6%	3,3%
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	7,6	0,2%	2,4	0,1%	216,7%
Tributos diferidos	370,6	10,7%	398,8	11,7%	-7,1%
Depósitos judiciais	67,7	1,9%	52,3	1,5%	29,4%
Outros ativos	2,9	0,1%	3,6	0,1%	-19,4%
Imobilizado	636,9	18,3%	612,6	18,0%	4,0%
Intangível	196,9	5,7%	199,1	5,9%	-1,1%
Total do ativo não circulante	1.282,8	36,9%	1.268,7	37,4%	1,1%
TOTAL DO ATIVO	3.478,3	100,0%	3.394,3	100,0%	2,5%

PASSIVO	(em R\$ milhões, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de 2018	de AV	Em 31 de dezembro de 2017	de AV	AH
CIRCULANTE						
Arrendamento mercantil		0,2	0,0%	0,3	0,0%	-33,3%
Fornecedores		678,8	19,5%	686,2	20,2%	-1,1%
Derivativos		0,4	0,0%	0,1	0,0%	300,0%
Obrigações trabalhistas		130,9	3,8%	136,9	4,0%	-4,4%
Partes relacionadas		711,6	20,5%	980,1	28,9%	-27,4%
Tributos a recolher		160,9	4,6%	181,2	5,3%	-11,2%
Imposto de renda e contribuição social a recolher		26,6	0,8%	3,0	0,1%	786,7%
Outros passivos		40,6	1,2%	35,2	1,0%	15,3%
Total do passivo		1.750,1	50,3%	2.022,9	59,6%	-13,5%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

circulante

NÃO CIRCULANTE

Arrendamento mercantil	1,6	0,0%	1,8	0,1%	-11,1%
Partes relacionadas	313,5	9,0%	-	-	-
Obrigações trabalhistas	4,1	0,1%	4,0	0,1%	2,5%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	262,6	7,5%	321,0	9,5%	-18,2%
Outros passivos	31,5	0,9%	38,1	1,1%	-17,3%
Total do passivo não circulante	613,2	17,6%	364,9	10,8%	68,0%
Total do patrimônio líquido	1.115,0	32,1%	1.006,5	29,7%	10,8%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.478,3	100,0%	3.394,3	100,0%	2,5%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R\$2.195,6 milhões, em comparação com R\$2.125,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 63,1% em 31 de dezembro de 2018 e 62,6% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$70,0 milhões ou 3,3%, decorreu, principalmente, da maior participação de vendas de celulares, cuja maioria segue a modalidade de parcelamento, o que elevou o saldo de contas a receber de R\$1.070,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.142,8 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R\$1.282,8 milhões, em comparação com R\$1.268,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 36,9% em 31 de dezembro de 2018 e 37,4% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$14,1 milhões ou 1,1%, decorreu, principalmente, dos maiores investimentos em aberturas de novas lojas, remodelações e infraestrutura de tecnologia da informação com impacto no saldo do ativo imobilizado, que passou de R\$612,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$636,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R\$1.750,1 milhões, em comparação com R\$2.022,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

o passivo circulante representava 50,3% em 31 de dezembro de 2018 e 59,6% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$272,8 milhões ou 13,5%, decorreu, principalmente, da liquidação de empréstimos de curto prazo a pagar a partes relacionadas, culminando com a redução no saldo a pagar a partes relacionadas de R\$980,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$711,6 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R\$613,2 milhões, em comparação com R\$364,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 17,6% em 31 de dezembro de 2018 e 10,8% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$248,3 milhões ou 68,0%, decorreu, principalmente, da captação de novos empréstimos de longo prazo junto a partes relacionadas, culminando com o aumento de R\$313,5 milhões no saldo a pagar a partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018, quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2017.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$1.115,0 milhões, em comparação com R\$1.006,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$108,5 milhões ou 10,8%, deu-se, principalmente, pelo lucro líquido de R\$173,6 milhões compensado pela destinação de juros sobre capital próprio de R\$68,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ milhões, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2019	2018	AH
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	851,9	358,5	137,6%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(321,3)	(246,4)	30,4%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(529,5)	(97,9)	440,9%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atividades operacionais

O caixa líquido originado das atividades operacionais totalizou R\$851,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado um caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R\$358,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$493,4 milhões, é justificada sobretudo pelos seguintes itens:

- (i) maior geração de caixa operacional no valor de R\$ 354,1 devido à classificação como atividades de financiamento dos pagamentos de arrendamento mercantil após a adoção do IFRS16 / CPC (06) a partir de 01 de janeiro de 2019;
- (ii) maior geração de caixa operacional no montante de R\$ 69,3 milhões nas contas a receber devido à maior participação da venda de vestuário em 2019 (cujos prazos de recebimento são menores que os de *fashiontronics*).

Atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$321,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$246,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$74,9 milhões, ou 30,4%, é justificado, principalmente, pelo aumento na abertura de novas lojas, remodelação de lojas para o modelo CVP e investimentos em tecnologia da informação e logística.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$529,5 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado a R\$97,9 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$431,6 milhões, é justificado pela adoção do IFRS16/CPC 06 a qual considera pagamentos de arrendamento mercantil no montante de R\$ 354,1 como atividades de financiamento em 2019.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em R\$ milhões, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2018	2017	AH
Caixa líquido originado das atividades operacionais	358,5	595,5	-39,8%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(246,4)	(90,1)	173,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(97,9)	(563,3)	-82,6%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atividades operacionais

O caixa líquido originado das atividades operacionais totalizou R\$358,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$595,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução, de R\$237,0 milhões ou 39,8%, é justificada sobretudo pelos seguintes itens:

- (i) aumento de R\$58,4 milhões no caixa líquido aplicado aos estoques para adequação dos mesmos ao ritmo de vendas, que passou para R\$64,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$5,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- (ii) aumento de R\$68,4 milhões no caixa líquido relativo a fornecedores, em decorrência da manutenção dos prazos médios de pagamentos, que passou de caixa líquido originado de R\$65,7 milhões para caixa líquido aplicado de R\$2,7 milhões, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, respectivamente.
- (iii) aumento de R\$ 28,9 milhões no caixa líquido aplicado às contas a receber de clientes devido à maior participação da venda de celulares (cuja maioria segue a modalidade de parcelamento), que apresentou caixa líquido aplicado de R\$73,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao caixa líquido aplicado de R\$44,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e
- (iv) aumento de R\$48,5 milhões no caixa líquido aplicado a depósitos judiciais devido à cassação de tutelas, que apresentou caixa líquido aplicado de R\$50,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado a caixa líquido de R\$1,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$246,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$90,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O aumento de R\$156,3 milhões, ou 173,5%, é justificado principalmente pelo aumento do caixa líquido aplicado nas aquisições de imobilizado e intangível em decorrência da retomada da abertura de novas lojas, da aceleração do ritmo de remodelação de lojas e dos avanços em tecnologia e *e-commerce*.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$97,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$563,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de R\$465,4 milhões ou 82,6%, é justificada, principalmente, pela redução no caixa líquido aplicado ao pagamento do principal de empréstimos, que representou R\$861,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado a R\$1.401,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, conseqüentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foi composta substancialmente por revenda de produtos de vestuário e de aparelhos celulares e pela oferta de produtos e serviços financeiros através da parceria com o Branco Bradescard S.A. E, em menor proporção, por receita decorrente de prestação de serviços, como por exemplo (i) receitas com serviços de tecnologia da informação, (ii) receitas com fretes, (iii) receitas de comissionamento na comercialização de planos de telefonia e recarga, e (iv) receita de *marketplace* que são receitas de comissionamento em plataforma digital cedida onde parceiros comerciais oferecem seus produtos e serviços.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A Companhia está inserida no segmento de varejo de moda e nossas operações consistem principalmente na venda de produtos de vestuário e de telefones celulares. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e são influenciados pelos seguintes fatores:

(i) *Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores*: Nossa indústria de varejo é sensível a variações no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos anos de 2017, 2018 e 2019 apresentou variação de 1,3%, 1,3% e 1,1%, respectivamente e a taxa média anual de desemprego, que nos anos de 2017, 2018 e 2019 apresentou-se em 12,8%, 12,3% e 11,9%, refletem uma perspectiva econômica desafiadora no país e que pode gerar possíveis oscilações de demanda no país.

(ii) *Inflação*: Podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 2,9%, 3,7% e 4,3%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

(iii) *Taxa de câmbio*: A taxa de câmbio afeta os nossos resultados operacionais principalmente através do seu impacto no custo da mercadoria vendida, uma vez que parte dos nossos produtos são importados. Oscilações na cotação do dólar podem fazer com que nossos custos aumentem. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, o dólar apresentou variação ao ano de 1,5%, 17,1% e 4,0%, respectivamente.

(iv) *Comportamento de compra do consumidor*: Estamos constantemente avaliando quais são as demandas dos nossos clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e não consumidores também para entender onde podemos melhorar nossos processos comerciais. A implementação dos projetos *Customer Value Propostion (CVP)* e *Experiência para ELA* bem como o desenvolvimento do conceito omni-canal são exemplos de mudanças que realizamos para acompanhar e garantir a melhor experiência de compras para as nossas clientes.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(v) *Sazonalidade*: O varejo apresenta forte sazonalidade, com trimestres bem distintos. No segundo trimestre temos o Dia das Mães e no quarto trimestre o *Black Friday* e o Natal, datas relevantes para o varejo do vestuário.

(vi) *Clima*: O varejo de moda é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar uma parte de nosso estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem levar a Companhia a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia busca desenvolver os seus produtos seguindo as tendências de moda que estão constantemente mudando. Dessa forma a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida extremamente curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços de um período para outro. Dessa forma, não se pode atribuir à inflação um impacto relevante no crescimento da receita de vendas de mercadoria. Da mesma forma, comparar ou atribuir crescimento de receita por conta de alterações de volume de produtos vendidos pode levar a conclusões inadequadas, uma vez que não necessariamente se está ofertando os mesmos produtos de um período para outro.

Possuímos um *mix* balanceado entre produtos nacionais e importados. E a política de preços da Companhia é mais fortemente associada ao poder de compra dos consumidores e aos preços praticados pela nossa concorrência. Sendo assim, variações na taxa de câmbio não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida extremamente curtos, com alterações que dificultam tanto a comparação de preços como a comparação de custos de mercadorias vendidas de um período para outro. Ainda que a taxa de inflação possa sensibilizar os nossos custos, a nossa gestão e o nosso trabalho com a cadeia de fornecimento buscam mitigar estes impactos.

Contudo, entendemos que variações na taxa de inflação têm impacto significativo em nossas despesas. Ainda que melhorias na gestão da Companhia e maior eficiência nos processos internos mitiguem parte dos efeitos inflacionários, nossas despesas são diretamente impactadas pela inflação, principalmente salários, contratos de aluguel, despesas com frete e energia elétrica, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM.

De forma similar, as variações das taxas de câmbio impactam diretamente os custos de mercadoria. O aumento na taxa de câmbio aumenta o custo o qual pode não ser repassado integralmente para o preço, o que poderá afetar a margem bruta com a venda mercadorias. Contudo, nossos produtos são, em sua maioria, de origem nacional e para mitigar possíveis impactos na margem de produtos importados decorrentes de alterações nas taxas de câmbio, a Companhia possui operação de hedge, através de contratos de compra de dólar futuro (NDF – Non Deliverable Forward).

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(valores expressos em R\$ mil, exceto quando expressamente informada outra moeda – USD mil)

		Cenários Negativos			
		Cenário	Cenário	Possível	Cenário
		Nocional USD	Provável	+25%	Remoto + 50%
		(Pagar)/Receber	USD 1 = R\$ 4,10	USD 1 = R\$ 5,13	USD 1 = R\$ 6,15
Objeto de hedge	Pedidos de compra de mercadorias importadas	(51.512)	(3.570)	(56.370)	(109.170)
Instrumento de Hedge	NDF	44.025	3.051	48.177	93.302
Exposição líquida de pedidos de importação		(7.487)	(519)	(8.193)	(15.868)
Impostos não recuperáveis (36%)		(18.544)	(1.285)	(20.293)	(39.301)
Exposição líquida total		(26.031)	(1.804)	(28.486)	(55.169)
Efeito no resultado líquido de IR/CS		(17.180)	(1.191)	(18.801)	(36.412)

O aumento da taxa básica de juros não afeta de forma relevante o nosso resultado, pois em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía empréstimos vigentes.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas nos itens 8.1 e 15.7 do Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou as novas interpretações contábeis do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil em substituição às orientações existentes no CPC 06 (R1)/IAS 17 e a interpretação ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro.

Ademais, a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou as novas interpretações contábeis do CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes e do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A Companhia avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento de suas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que a receita sempre foi reconhecida no modelo “*cash and carry*”, ou seja, a mercadoria passa ao controle do cliente no momento do recebimento da contraprestação e, no caso de mercadorias vendidas a prazo, na extensão em que as obrigações de desempenho sejam cumpridas pela Companhia.

O direito de devolução pelo cliente também não causa efeito relevante uma vez que, na maior parte dos casos, as devoluções ocorrem seguidas de uma nova compra. A exceção é a operação de e-commerce, mas que pelo seu tamanho ainda não demanda uma provisão.

Foi avaliado o comportamento da utilização de vale-troca e cartões presentes para possível reconhecimento de quebra no momento da emissão. Esses instrumentos têm prazo de validade de um mês e um ano respectivamente. A Administração avaliou o volume não utilizado e considerou não ser relevante a ponto de demandar um ajuste nas receitas.

CPC48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substituiu o CPC 38 (equivalente à norma internacional IAS 39) para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de hedge.

A contabilidade de hedge foi aplicada de forma prospectiva. A classificação dos ativos financeiros foi aplicada retrospectivamente, com a data de adoção inicial de 1º de janeiro de 2018 e ajustando a informação para fins comparativos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016, todavia sem impactos financeiros. A aplicação da redução ao valor recuperável com base nas perdas esperadas não teve efeito nas demonstrações contábeis da Companhia, tendo em vista que o risco de perda nos ativos financeiros é extremamente baixo e, portanto, irrelevante.

Classificação e mensuração

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais no CPC 38 (equivalente ao IAS 39) e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018 não se alteraram com a adoção do CPC 48.

Ativos financeiros	Classificação original CPC 38 / IAS 39	Nova classificação CPC48 / IFRS9
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Derivativos	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Derivativos (<i>hedge accounting</i>)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Passivos financeiros		
Arrendamento mercantil	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Derivativos	Valor justo	Valor justo
Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros classificados originalmente como empréstimos e recebíveis, e empréstimos e financiamentos, respectivamente, são mantidos para captar fluxo de caixa contratuais e gerar fluxos de caixas que representam exclusivamente, pagamentos de principal e juros. Por esse motivo foram classificados como custo amortizado na aplicação do CPC 48.

Contabilidade de hedge

A Companhia avaliou e adotou o novo modelo de contabilidade de hedge de acordo com o CPC 48 e determinou que todas as relações de hedge existentes designadas como relações de hedge eficazes, continuarão a ser qualificados para fins de contabilização de hedge de acordo com o CPC48. A aplicação dos requisitos de hedge da IFRS9/CPC48 não apresentou impacto nas demonstrações contábeis da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018.

As normas e interpretações emitidas e adotadas após data base dessas demonstrações contábeis são abaixo apresentadas.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

O CPC06 (R2) / IFRS16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas informações contábeis de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios pela utilização do ativo. De acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, a Companhia reconhece

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

no balanço patrimonial os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos contratos de arrendamentos.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, líquido dos efeitos de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos, provisões para restauração de lojas, e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa de juros nominal equivalente ao que o arrendatário teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

Efeitos de transição

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2) / IFRS16, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados. Na adoção inicial foram também reclassificados os ativos de provisão para desmantelamento de lojas e os incentivos recebidos dos arrendadores para a composição do direito de uso

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia não considerou custos diretos iniciais da mensuração do ativo de

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia inicialmente descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 3,0% a 4,6% ao ano, dependendo dos prazos dos contratos.

A aplicação dos critérios acima mencionados resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um ativo por direito de uso e um passivo de arrendamento no montante de R\$1.737.694 mil, que complementados pelas reclassificações de saldos já registrados no balanço na data de adoção, resultaram em um ativo por direito de uso e passivo de arrendamento final de R\$1.742.394 mil e R\$1.737.694 mil, respectivamente, representado por imóveis alugados para utilização como lojas, centro de distribuição e data center.

Efeitos da adoção das Orientações Contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020

Com a emissão do referido Ofício, a Companhia revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento e passou a considerar os fluxos de pagamentos futuros sem o desconto dos créditos de PIS e COFINS potencial e passou a descontá-los a uma taxa de juros nominal que varia de 6,6% a 8,8%. Essa metodologia está de acordo com o CPC06 (R2) /IFRS16.

Os efeitos dessa alteração foram considerados prospectivamente como remensuração na movimentação dos saldos de arrendamentos.

ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

O CPC 32 especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos. A Companhia deve aplicar os requisitos do CPC 32 com base na legislação tributária aplicável. Contudo, pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação. A aceitação de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro.

Consequentemente, a contestação ou o exame de determinado tratamento fiscal pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da entidade.

Na avaliação da Companhia não houve impacto significativo em decorrência desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 não possuem ressalvas ou ênfases. Entretanto, o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 possui um parágrafo de ênfase mencionando a reapresentação das demonstrações contábeis da

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, conforme abaixo:

“Em 31 de maio de 2019, 9 de abril de 2018 e 2 de maio de 2017, emitimos nossos relatórios de auditoria, sem modificações, sobre as demonstrações contábeis da Empresa relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016, respectivamente, que estão sendo reapresentadas. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas pela Empresa para incluir as demonstrações do valor adicionado, aprimorar certas divulgações em notas explicativas e reapresentar saldos contábeis devido à adoção de política contábil que a Administração entende melhor refletir as operações da Empresa. Conseqüentemente, nosso relatório de auditoria considera essas alterações e substitui os relatórios anteriormente emitidos. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.”

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
- c) provisões para perdas esperadas de créditos;
- d) provisão para perdas nos estoques;
- e) imposto de renda e a contribuição social diferidos;
- f) taxas e os prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos;
- g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- h) passivos atuariais;
- i) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- j) provisão para restauração de lojas à sua condição original; e
- k) participação nos lucros;
- l) pagamentos baseados em ações.

Os Diretores da Companhia esclarecem que as políticas contábeis consideradas críticas foram selecionadas com base na relevância que poderiam causar nas demonstrações financeiras da Companhia e encontram-se descritas abaixo.

Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas, portanto, para melhor adequar a realidade da Companhia ao disposto acima, a Companhia revisa as suas premissas

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

continuamente e os possíveis efeitos decorrentes destas revisões são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, foram sumarizadas as principais políticas contábeis críticas envolvendo esses julgamentos da administração, incluindo as premissas e as variáveis nas quais se baseiam essas políticas:

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa ao final de cada exercício o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é definida como uma unidade geradora de caixa. A Companhia considera como indicativo de perda de valor recuperável lojas que apresentam ao final do exercício *store contribution* menor que 5% sobre a receita líquida.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam *ágio*, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação e amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e a Empresa tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados.

Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida (vide Nota Explicativa nº 27 às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018). Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Provisão para restauração das lojas

Ao firmar contratos de aluguel com terceiros, a Companhia assume a obrigação de restaurar o imóvel, ao final do contrato, nas mesmas condições em que o espaço foi disponibilizado. Nessas situações uma provisão para restauração das lojas é constituída em contrapartida ao ativo imobilizado com base em estimativa histórica de gastos com restaurações. O ativo imobilizado é amortizado no mesmo prazo do contrato de aluguel, incluindo as opções de renovação que a Empresa pode e pretende exercer. A Administração revisa as estimativas de gastos ao final de cada exercício.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis de forma recorrente, a Empresa determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários são calculados e registrados se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Arrendamento mercantil (a partir de 1º de janeiro de 2019)

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, líquido dos efeitos de PIS e Cofins. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos, provisões para restauração de lojas, e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa de juros real (sem inflação) equivalente ao que o arrendatário teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Provisão para perda dos estoques

A provisão para perda dos estoques é estimada com base nas perdas históricas da Empresa, computadas por meio de inventários físicos realizados ao menos anualmente. Também são constituídas provisões para mercadorias consideradas de baixa movimentação, baseadas na idade do estoque.

Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de remuneração baseados em ações, que compreendem opções a serem liquidadas exclusivamente com emissão ou entrega de ações ordinárias da própria Companhia.

Os planos são mensurados pelo valor justo na data da outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza métodos de valorização apropriados.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como despesa, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido na conta de reserva de capital, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao direito de exercício da opção (*vested*). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição foi cumprido e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrada na conta de despesas administrativas.

Quando o plano é cancelado (exceto quando o cancelamento ocorra por perda do direito ao instrumento patrimonial por não atender às condições de concessão), este é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do plano é registrada imediatamente.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As opções em aberto são refletidas no cálculo do lucro por ação diluído.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais (leasing), ativos ou passivos, não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços Os Diretores da

Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

(iv) Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

(b) Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2019, a C&A investiu R\$ 321,3 milhões em lojas, sistemas e equipamentos de tecnologia, logística e frentes digitais. R\$ 197,3 milhões (61,4% do total) nas suas lojas, dos quais R\$ 65,7 milhões na aceleração da expansão, um dos pilares da sua estratégia de crescimento, com a abertura de 10 novos pontos de venda. O valor de R\$ 131,6 milhões foi investido em reformas, sendo uma parte destinado para as 74 lojas CVP que foram redesenhadas para melhorar a experiência dos clientes. Dos R\$ 15,1 milhões (4,6% do total) investidos nos Centros de Distribuição a maior parcela foi na implementação do primeiro *sorter* – equipamento para separação de produtos individualizados SKUs – que está alinhado com a estratégia de modernização do modelo de operação da cadeia de suprimentos, trazendo mais velocidade e assertividade e suportando o plano de expansão. Os demais investimentos de R\$ 109,2 milhões (34,0%) foram destinados em sua maioria para Tecnologia e evolução das frentes digitais, proporcionando avanços importantes nas iniciativas de omni-canalidade, aceleração do e-commerce e CRM.

Em 2020, a Companhia pretende continuar com os seus planos de expansão e reformas.

Além disso, a Companhia pretende continuar realizando investimentos em tecnologia, incluindo novos equipamentos, softwares e infraestrutura e em sua estrutura atual, por meio de manutenções preventivas e modernizações das suas instalações e equipamentos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) captação de empréstimos com partes relacionadas; e (iii) aumento de capital social por meio de emissão de ações.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 31 de dezembro de 2019 não havia aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

A Companhia não possui informações a prestar sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

(a) Objeto da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(c) Premissas da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(d) Objeto e valores da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

(a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria Executiva; (iii) Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos; (iv) Comitê de Aceleração Digital; e (v) Comitê de Recursos Humanos podendo, ainda, instalar Conselho Fiscal. Abaixo, apresentamos suas atribuições:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral ("Conselheiros"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou pelo Estatuto Social, o que segue:

- a) definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia e o organograma de cargos e salários para a Diretoria Executiva e para os cargos gerenciais;
- c) criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, bem como indicar seus respectivos membros;
- d) aprovar orçamento da área de auditoria interna, e dos comitês de assessoramento, se e quando instaurados;
- e) definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria Executiva da Companhia, eleger e destituir seus membros, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social;
- f) avaliar o desempenho do Diretor Presidente e apreciar as avaliações de desempenho dos demais membros da Diretoria Executiva;
- g) criar e alterar as competências, regimentos internos, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento;
- h) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os Diretores e Conselheiros;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- i) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- j) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- k) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- l) escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos;
- m) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- n) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;
- o) aprovar a proposta da administração de distribuição de dividendos, bem como aprovar a declaração de dividendos intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais, ad referendum da Assembleia Geral;
- p) autorizar a emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, nos limites autorizados no Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, e deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos estabelecidos em lei;
- q) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- r) outorgar opção de compra de ações ou incentivos atrelados à ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- s) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de commercial papers, notas promissórias, bonds, notes e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
- t) aprovar (t.1) a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia e de suas coligadas; e (t.2) os contratos de financiamento celebrados com o propósito de aquisição de bens móveis referentes a equipamentos operacionais, nos quais a garantia recaia sobre os respectivos bens adquiridos;
- u) aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações de controladas e/ou subsidiárias integrais da Companhia, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- v) deliberar sobre a aquisição, alienação, venda, locação, doação ou oneração, direta ou indiretamente, a qualquer título e por qualquer valor, de participações societárias pela Companhia, exceto por meio da constituição e/ou extinção de subsidiárias, observado o disposto no Estatuto Social;
- w) aprovar qualquer aquisição ou alienação de bens ou direitos do ativo permanente, não prevista no orçamento anual, envolvendo um valor de mercado superior a 10% (dez por cento) do ativo não circulante da Companhia;
- x) aprovar toda e qualquer operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia cujo valor seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia apurado no fim do exercício social imediatamente anterior;
- y) apresentar à Assembleia Geral proposta de distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores;
- z) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- aa) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Ética; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (d) Política de Gerenciamento de Riscos; (e) Política de Transações com Partes Relacionadas; (f) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante;
- bb) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e

- cc) Exercer outras atribuições previstas neste Estatuto social e deliberar sobre qualquer matéria não prevista no Estatuto Social, respeitadas as matérias de competência privativa de outros órgãos da Companhia, notadamente a Assembleia Geral.

Cabe também ao Conselho de Administração criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia, sendo de sua competência a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição dos membros.

Ainda, de acordo com o regimento interno do Conselho de Administração, compete-lhe o seguinte:

- (a) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios sociais da Companhia;
- (b) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva e as Demonstrações Financeiras da Companhia e examinar os balancetes mensais;
- (c) deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, bem como (i) a oportunidade da emissão; (ii) a época e as condições de vencimento, amortização e resgate; (iii) a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver; e (iv) o modo de subscrição ou colocação, e o tipo das debêntures;
- (d) aprovar aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social;
- (e) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, no qual se manifestará, ao menos: (i) sobre a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e
- (f) nomear os auditores independentes da Companhia.

Diretoria

A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração (“Diretores”), sendo designados (i) um Diretor Presidente, e (ii) um Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, sendo os demais diretores sem designação específica, sendo permitida a acumulação de mais de uma função.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete à Diretoria Executiva, nos termos do Estatuto Social da Companhia:

- a) zelar pela observância da lei, do Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- b) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- c) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto na legislação aplicável e neste Estatuto Social;
- d) abrir, transferir e extinguir filiais, em qualquer localidade do País ou do exterior;
- e) criar e extinguir subsidiárias, em qualquer localidade do País ou do exterior;
- f) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- g) submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual da Companhia;
- h) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o resultado econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e de suas controladas;
- i) autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros e prestação de aval ou fiança em benefício de terceiros, observado o disposto no Estatuto Social;
- j) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

As atribuições específicas dos diretores podem ser consultadas no item “b” abaixo.

Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos

As informações sobre o Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos podem ser consultadas no item “a.ii” abaixo.

Comitê de Aceleração Digital

O Comitê de Aceleração Digital será composto por, no mínimo, 03 (três) e no máximo 04 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho de Administração devendo, pelo menos um dos membros ser pertencente ao Conselho de Administração da Companhia e até 2 (dois) especialistas externos com

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

experiência e conhecimentos profissionais específicos, com mandato unificado de 01 (um) ano, sendo possível a reeleição.

Compete ao Comitê de Aceleração Digital, nos termos do seu Regimento Interno, o que segue:

- (a) Orientar a revisão periódica do modelo de negócios de venda online dos produtos comercializados pela Companhia, fazendo recomendações para compatibilizá-lo com os objetivos estratégicos, de crescimento e de resultados da Companhia;
- (b) Orientar a revisão periódica do modelo de negócios da venda online de produtos de parceiros através do Market Place da Companhia definindo critérios para ingresso e exclusão de produtos e parceiros, fazendo recomendações para compatibilizá-lo com os objetivos estratégicos, de imagem, de reputação, de crescimento e de resultados da Companhia;
- (c) Orientar a revisão periódica do modelo de negócios da venda através de diferentes canais (omnichannel), promovendo a integração sistêmica dos diversos canais, otimizando as ações de marketing/CRM com os clientes e a gestão dos estoques, fazendo recomendações para compatibilizá-lo com os objetivos estratégicos, de crescimento e de resultados da Companhia;
- (d) Apoiar a área de tecnologia no desenvolvimento de uma arquitetura de sistemas e de aplicativos que: (i) possibilitem ao cliente interagir e transacionar com a Companhia como lhe for mais conveniente: presencial, site, aplicativos próprios e de terceiros em notebooks ou smartphones, social selling etc; e (ii) possibilitem ao gestor comercial administrar de forma integrada o ciclo completo dos produtos -- compras/estoques/vendas -- independentemente do canal de distribuição utilizado;
- (e) Apoiar a área de logística no desenho do modelo integrado de distribuição física dos produtos: CDs próprios, CDs de terceiros, Ship-from-store etc;
- (f) Apoiar a área de marketing na integração da comunicação tradicional com a comunicação digital;
- (g) Orientar a revisão periódica das métricas e dos relatórios de acompanhamento de performance dos negócios digitais da Companhia; e
- (h) Acompanhar os resultados dos negócios digitais da Companhia.

Comitê de Recursos Humanos

O Comitê de Recursos Humanos será composto por, no mínimo, 03 (três) e no máximo 04 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho de Administração devendo, pelo menos um dos membros ser pertencente ao Conselho de Administração da Companhia e até 2 (dois) especialistas externos com experiência e conhecimentos profissionais específicos, com mandato unificado de 01 (um) ano, sendo possível a reeleição.

Compete ao Comitê de Recursos Humanos, nos termos do seu Regimento Interno, o que segue:

- (a) Examinar periodicamente a Estrutura Organizacional da empresa proposta pelo Diretor Presidente, para assegurar que esteja compatível com seus objetivos estratégicos, de crescimento e de resultados, observando os fatores chave de sucesso dos negócios;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (b) Coordenar os processos de recrutamento e seleção de membros de Comitês e do Diretor Presidente, participando ativamente de entrevistas com candidatos, e apoiar o Diretor Presidente nesses processos relativos aos demais membros da Diretoria;
- (c) Manter atualizado um Plano de Sucessão dos Conselheiros, membros de Comitês e Diretor Presidente, bem como assegurar-se de que o Diretor Presidente mantenha atualizado um Plano de Sucessão da Diretoria;
- (d) Coordenar o processo de avaliação de desempenho e competências do Conselho, dos Conselheiros, membros de Comitês e do Diretor Presidente e revisar as avaliações, feitas pelo Diretor Presidente, dos demais membros da Diretoria;
- (e) Propor o pacote de remuneração e benefícios dos Conselheiros, membros de Comitês e Diretor Presidente, assim como analisar e opinar a respeito do pacote proposto pelo Diretor Presidente para a Diretoria Executiva, tudo com base nas melhores práticas do mercado bem como responsabilidades e desempenho individuais e da empresa;
- (f) Analisar e opinar sobre o Plano Anual de Participação nos Resultados, definindo os parâmetros e métricas das metas do Diretor Presidente, bem como revisar as metas propostas pelo Diretor Presidente para a Diretoria, para assegurar que haja alinhamento entre suas próprias metas e a de seus subordinados;
- (g) Revisar o atingimento das metas e os cálculos da apuração dos resultados do Plano Anual de Participação da Diretoria;
- (h) Propor ao Conselho, para subsequente submissão aos Acionistas, Plano de outorga de opções de compra de ações e/ou de outorga de ações restritas (ou ainda performance shares) aos Administradores e Executivos;
- (i) Respeitadas as condições estabelecidas no Plano aprovado pelos acionistas, propor ao Conselho os Programas de outorga de opções ou ações restritas, bem como propor ajustes a esses Programas quando necessário, sempre de acordo com as melhores práticas do mercado;
- (j) Submeter ao Conselho proposta preparada conjuntamente com o Diretor Presidente de outorgas individuais aos Administradores e Executivos;
- (k) Monitorar periodicamente a evolução da cultura empresarial com relação à transformação digital da empresa; e
- (l) Monitorar o clima interno, através de métricas e metodologias tais como o NPS

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição (“Conselheiros Fiscais”). O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. O Conselho Fiscal não possui regimento interno e, uma vez instalado, terá a competência disposta na legislação aplicável.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos, o Comitê de Aceleração Digital e o Comitê de Recursos Humanos possuem regimentos internos próprios, devidamente aprovados em Reunião do Conselho de Administração.

Os regimentos citados acima podem ser consultados no site da Companhia: <https://ri.cea.com.br>.

A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, por sua vez, não possuem regimento interno.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos estatutário, instituído em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019, que é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela maioria simples do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) membro será conselheiro independente e que ao menos 1 (um) membro tenha reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, sendo que o mesmo membro do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos pode acumular ambas as características.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos, dentre outras matérias:

- (a) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia;
- (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e
- (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Ainda, de acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos, compete-lhe o seguinte:

- (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

financeiras;

(c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a “Política de Gerenciamento de Riscos da C&A Modas S.A.”; e

(e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir esses auditores. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos, nos termos de seu regimento interno, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração (“Diretores”), sendo designados (i) um Diretor Presidente, e (ii) um Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, sendo os demais diretores sem designação específica, sendo permitida a acumulação de mais de uma função.

A Diretoria Executiva não possui regimento interno próprio.

Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores Executivos e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele atribuídos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como: (a) coordenar e supervisionar a ação dos Diretores Executivos e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, observadas as políticas e orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração; (b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva; (c) propor, sem prejuízo das atribuições fixadas por este Estatuto Social e de outras que venham a ser fixadas pelo Conselho

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

de Administração da Companhia, a atribuição de funções a cada Diretor Executivo no momento de sua respectiva eleição ou após; (d) dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia e de suas controladas; (e) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; e (f) representar institucionalmente a Companhia.

Compete ao Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (a) auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos demais Diretores da Companhia e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (b) substituir o Diretor Presidente em caso de ausência ou afastamento temporário deste, hipótese em que lhe incumbirá as funções, atribuições e poderes àquele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como as atribuições indicadas no Estatuto Social; (c) gerir e administrar a área administrativa, estabelecendo políticas específicas para a área e, em especial, planejar, implementar e coordenar a política financeira da Companhia e de suas controladas; (d) dirigir as áreas contábil, tributária e de planejamento financeiro; (e) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (f) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (g) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Os diretores sem designação específica não possuem atribuições específicas.

Ocorrendo vacância na Diretoria Executiva, compete à Diretoria Executiva como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria Executiva.

Todos os atos e documentos que importem responsabilidade ou obrigação da Companhia, tais como contratos, escrituras de qualquer natureza, cheques, promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e outras movimentações financeiras, empréstimos, financiamentos e títulos de dívida em geral, serão obrigatoriamente assinados por (a) dois diretores em conjunto; (b) um diretor em conjunto com um procurador; ou (c) por dois procuradores, em conjunto, desde que investidos de poderes especiais por meio de instrumento próprio de procuração.

Adicionalmente, a Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor Executivo ou 1 (um) procurador, nas seguintes hipóteses: (a) quando se tratar de contratos em geral, no valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e de contratos de trabalho, inclusive contrato de trabalho de jovem aprendiz; e (b) quando se tratar de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, todas as repartições judiciais, em qualquer instância, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza.

A representação da Companhia em juízo, ativa ou passivamente e perante repartições públicas ou

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete a qualquer diretor da Companhia, bem como a procuradores nomeados pela Companhia.

As procurações outorgadas em nome da Companhia serão sempre realizadas pelos diretores, observado o Estatuto Social, e deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado a até 1 (um) ano.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e, até a data deste Formulário de Referência, ainda não havia sido instalado. O Conselho Fiscal não possui regimento interno.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Com o objetivo de aprimorar continuamente a efetividade dos órgãos de administração da Companhia, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, no mínimo a cada 1 (um) ano, a avaliação formal de seu próprio desempenho, como órgão colegiado, e de seus comitês de assessoramento. Adicionalmente, os Diretores Executivos também serão avaliados, individualmente, pelo Conselho de Administração.

Estará elegível para participar do processo de avaliação como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva é de responsabilidade do Presidente do Conselho. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, dos Conselheiros e dos Diretores Executivos serão divulgados a todos os membros do Conselho, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) do Presidente do Conselho e dos Diretores Executivos serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de feedback individuais.

Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração

Com o objetivo de aumentar continuamente a sua efetividade, o Comitê deverá realizar, no mínimo, a cada 1 (um) ano, a sua autoavaliação e a avaliação do seu processo de funcionamento e a individual de seus membros.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do Comitê que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

O processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê. Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do Comitê e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, Coordenador do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste na avaliação do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento enquanto órgãos colegiados.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho serão divulgados a todos os membros do Conselho e ao Diretor Presidente. Os resultados são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados por cada um dos membros do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento, o que possibilita o aprimoramento do funcionamento destes órgãos.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Poderá ser contratada empresa de consultoria para assessorar com o processo de avaliação. Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de assessoria externa não haviam sido contratados.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de oito dias, conforme o Estatuto Social da Companhia aprovado na Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019 e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, além das matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (a) reformar o Estatuto Social;
- (b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia;
- (c) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (d) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
- (e) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;
- (f) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (g) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (h) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (i) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;
- (j) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, que excedam o dividendo obrigatório estabelecido no Estatuto Social de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

mensais;

- (k) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições do Estatuto Social;
- (l) observadas as competências do Conselho de Administração dispostas no Estatuto Social, deliberar sobre qualquer emissão de ações ou títulos conversíveis em ações; e
- (m) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) para saída do Novo Mercado.

Além das atribuições acima, a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: <https://ri.cea.com.br>

Endereço Físico: Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a “Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse” da Companhia (“Política”), que foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus acionistas, administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionadas, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Nas situações em que as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação nos termos da referida Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e a da Política, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

Adicionalmente, vale destacar que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os conflitos de interesse são identificados e administrados pelos administradores, cumprindo-lhes cientificar aos

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

demais administradores presentes à Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva o seu impedimento e fazendo consignar em ata a natureza e a extensão do seu interesse. Não se admite o voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, conforme vedação estabelecida na legislação brasileira.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores constituídos há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, preferencialmente com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para melhor organização da Companhia: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia Geral; e, se for o caso, (iv) procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notariação

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

ou consularização.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da ICVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto a distância de (i) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia, sempre que convocada assembleia geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto a distância, conforme §1º do art. 21-A, ou (ii) propostas de deliberação para as assembleias gerais ordinárias da Companhia.

As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pelo Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores da Companhia (i) na hipótese de assembleia geral ordinária, entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 25 dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (ii) na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, entre o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação da referida assembleia geral e até 45 dias antes da data de realização da assembleia, hipótese em que a administração da Companhia comunicará ao mercado a data de realização da respectiva assembleia geral, ainda que em caráter provisório, bem como o prazo para a inclusão de candidatos no boletim de voto a distância.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, e ri@cea.com.br, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias.

O contato pode ser feito pelo e-mail ri@cea.com.br.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Independentemente das formalidades previstas no Estatuto Social, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, por meio de voto escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado.

Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado, para completar o respectivo mandato, pelos demais membros do Conselho de Administração. Para os fins deste parágrafo, ocorre vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida gravação das mesmas. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

No último exercício social, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada, de modo que não há informações a apresentar sobre o número de reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas em tal exercício.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Na data deste Formulário de Referência, nenhum dos acionistas da Companhia são signatários de Acordo de Acionistas, portanto, não há qualquer restrição ou vinculação de direito de voto dos membros do Conselho de Administração.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os membros do Conselho de Administração devem respeitar as regras relativas a conflito de

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, de acordo com a “Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesses” da Companhia (“Política”), nas situações em que as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação nos termos de referida Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

Para maiores detalhes, vide item 16.3 deste Formulário de Referência.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma “Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária” (“Política”), que foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração ser realizada em 2 de outubro de 2019. A Política está disponível para consulta no website da Companhia: www.ri.cea.com.br.

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser “Conselheiros Independentes”, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na assembleia geral de acionistas que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

- (a) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia, seu Código de Ética e suas políticas internas;
- (b) reputação ilibada;
- (c) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração ou experiência profissional mínima, tendo exercido funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação;
- (d) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e
- (e) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 30 (trinta) dias antes da realização da assembleia geral de acionistas que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, deverão ser seguidas as disposições presentes nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 ("Instrução CVM 367"). Assim, tendo sido correspondido aos preceitos legais e da Política, será verificado pela Diretoria da Companhia e, caso cumpridos, o nome do candidato será posto em votação em assembleia geral de acionistas da Companhia. A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia será realizada conforme previsto no Estatuto Social e na legislação aplicável.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no estatuto social, nas disposições na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Fernando Garcia Bossi	29/08/1976	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2021	2 anos	1
214.387.588-63	Engenheiro	19 - Outros Diretores	13/05/2021	Sim	0.00%
N/A		O Sr. Bossi é Diretor sem designação específica da Companhia			
Milton Lucato Filho	27/02/1963	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2021	2 anos	1
042.878.958-78	Administrador de empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	13/05/2021	Sim	0.00%
Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores					
Paulo Correa Junior	06/01/1965	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2021	2 anos	1
926.420.477-68	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	13/05/2021	Sim	0.00%
N/A					
Francislei Cassio Donatti	30/06/1966	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2021	2 anos	1
137.942.248-50	Economista	19 - Outros Diretores	13/05/2021	Sim	0.00%
N/A		O Sr. Donatti é Diretor sem designação específica da Companhia			
Luiz Antônio de Moraes Carvalho	19/04/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até a AGO a ser realizada em 2023	1
276.931.558-72	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Recursos Humanos					
Germán Pasquale Quiroga Vilardo	25/10/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até a AGO a ser realizada em 2023	1
009.943.227-71	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2021	Não	100.00%
Coordenador do Comitê de Aceleração Digital					
Thilo Mannhardt	27/08/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até a AGO a ser realizada em 2023	1
050.114.298-30	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2021	Não	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Coordenador do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos

Cristina Presz Palmaka de Luca	06/09/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até a AGO a ser realizada em 2023	1
100.484.148-59	Contadora	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2021	Não	100.00%

Membro do Comitê de Aceleração Digital

Peter Takaharu Furukawa	17/03/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até a AGO a ser realizada em 2023	1
031.741.678-25	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2021	Não	100.00%

Coordenador do Comitê de Recursos Humanos

Experiência profissional / Critérios de Independência

Fernando Garcia Brossi - 214.387.588-63

O Sr. Fernando é formado em engenharia elétrica pelo Instituto Mauá de Tecnologia. Trabalhou por cinco anos (2000-2006) no Banco Citibank, onde desempenhou a função de coordenador de risco de crédito. Posteriormente, foi superintendente de cartões do Banco Ibi, entre 2006 e 2009. Em 2009, se tornou gerente sênior da Companhia, em 2012 se tornou diretor de supply chain e, desde 2018, é Diretor responsável pelo Varejo/comercial da Companhia.

O Sr. Fernando Garcia Brossi não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Milton Lucato Filho - 042.878.958-78

O Sr. Milton é administrador de empresas formado pelo IMES e contador formado pela Universidade Tibiriçá. Já trabalhou como auditor na PWC, entre 1987 e 1994; como controlador de negócios da Fibra DuPont entre 1994 e 1997; como CFO da Outdoor Sports entre 1998 e 1999; como CFO da Phiips Consumer Lifestyle entre 1999 e 2002; como diretor administrativo e financeiro da Gradiente entre 2002 e 2006; e, finalmente, como CFO da Companhia desde 2006.

O Sr. Milton Lucato Filho é membro do Comitê de Investimento do Instituto C&A e é responsável pelos investimentos do Instituto.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Paulo Correa Junior - 926.420.477-68

O Sr. Paulo é engenheiro de produção, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com MBA em administração de empresas em Duke. Foi consultor sênior da McKinsey entre 2001 e 2003; diretor da Xerox entre 2003 e 2004 e trabalha na Companhia desde 2004, onde já foi diretor e vice-presidente, ocupou o cargo de Diretor Comercial entre 2008 e 2014 e assumiu o cargo de Diretor Presidente em 2015.

O Sr. Paulo é membro do Comitê de Investimentos do Instituto C&A.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Francislei Cassio Donatti - 137.942.248-50

O Sr. Donatti é economista formado pela Universidade Anchieta. O Sr. Donatti trabalha na Companhia há 25 anos, sendo que começou quando ainda era estagiário. Se tornou chefe de compras em 2006 e diretor comercial em 2015, tendo antes passado pela Vulcabrás e pela Editora Abril.

O Sr. Francislei Cassio Donatti não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Luiz Antônio de Moraes Carvalho - 276.931.558-72

O Sr. Luiz Antonio de Moraes Carvalho é formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP em 1969. Possui sólida experiência profissional de mais de 45 anos dos quais 30 no Grupo COFRA, atuando na Administração Geral de Operações de Varejo, de Crédito ao Consumidor e Real Estate. Tem excelentes conhecimentos de Planejamento, Finanças, Tecnologia, Recursos Humanos, Comportamento do Consumidor e Marketing.

Nos últimos 05 anos como executivo, exerceu a posição de Executive Chairman da Divisão Latino-americana do Grupo COFRA, onde ele foi responsável por suas operações no Brasil, Argentina e México. Sua carreira no Grupo se iniciou em 1978 como Controller, assumindo uma posição de membro do Executive Board dois anos mais tarde.

A partir de 01 de setembro de 2006, Luiz Antonio passou a desempenhar funções não-executivas, como Membro de Conselhos e Comitês, atuando em distintos órgãos de governança corporativa na América Latina, Europa e China. Atualmente, é membro independente do Conselho de Administração da Cogna Educação S.A. e das Lojas Quero-quero S.A.

O Sr. Luiz Antonio de Moraes Carvalho declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Germán Pasquale Quiroga Vilardo - 009.943.227-71

O Sr. German Pasquale Quiroga Vilardo é graduado em engenharia eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e possui mestrado em sistemas digitais pela Escola Politécnica da USP. É fundador e ex-CEO da TV1.com (cargo que exerceu entre 1994 e 1999), fundador, CIO e CMO da Americanas.com (cargo que exerceu entre 1999 a 2004), CIO e CMO da Cyrela Brasil Realty (cargo que exerceu entre 2004 a 2008) e fundador, CEO e membro do Conselho de Administração do Pontofrio.com (cargos que exerceu entre 2008 a 2011), Nova Pontocom (cargos que exerceu entre 2011 a 2014) e Cnova, empresa de comércio eletrônico (cargos que exerceu entre 2014 a 2016), tendo nesta última, liderado o IPO da empresa na NASDAQ. Atualmente, é sócio da OMNI55, empresa de consultoria (desde 2017) e ocupa posição de membro do Conselho de Administração da GOL, empresa de aviação comercial (desde 2016), Centauro, empresa de varejo de material esportivo (desde 2017), Locaweb empresa de tecnologia (desde 2020) e JSL empresa de logística (desde 2020).

Nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento).

O Sr. Germán Pasquale Quiroga Vilardo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Além disso, o Sr. Germán é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Thilo Mannhardt - 050.114.298-30

O Sr. Thilo Mannhardt se formou, no começo da década de 1980, em engenharia aeronáutica (M. Sc.), e completou seu PhD em engenharia de sistemas. Atuou como Diretor Presidente da Ultrapar Participações S.A. de 2013 até fim de 2017 (empresa listada no Brasil e nos EUA) com atuação em varejo farmacêutico e lojas de conveniência e distribuição especializada de combustíveis e GLP, especialidades químicas e armazenagem para grânéis líquidos. Antes era membro do Conselho de Administração em 2011 e 2012. Ainda, no mesmo grupo econômico, atuou, de 2013 a 2017, como Presidente do Conselho de Administração da Cia. Ultragaz S.A. (setor de distribuição de GLP), da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (neste caso de 2013 a 2017, no setor de distribuição e varejo farmacêutico), do Terminal Químico de Aratu S.A. (armazenagem para grânéis líquidos), e da Melamina Ultra S.A. (indústria química), bem como Diretor Presidente da Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda., e Diretor Superintendente da Imaven Imóveis Ltda.

Desde 1985 foi consultor e depois sócio da McKinsey & Comp., Inc. em várias localidades ao redor do mundo e ocupando diferentes posições de liderança. Atualmente, é conselheiro da Algar Telecom e lidera o seu CAGR; é membro dos conselhos consultivos da BMI (consultoria especializada de gestão e liderança) e da Logus Capital assessores financeiros. Desde 2020 é conselheiro da Clariant International Ltd., empresa mundial de especialidades químicas em Basiléia/Suíça.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Além disso, o Sr. Thilo é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Cristina Presz Palmaka de Luca - 100.484.148-59

A Sra. Cristina desenvolveu uma carreira de sucesso trabalhando para empresas multinacionais líderes, atualmente é Presidente da SAP América Latina e Caribe, desde agosto de 2020, depois de ter presidido a SAP Brasil por 7 anos. Possui uma vasta experiência profissional no segmento de TI no Brasil, com foco em inovação e tecnologias. Em sua carreira acumula passagens em empresas como Compaq, Microsoft, HP e Phillips. Ela também é membro do Conselho de Administração da Arcos Dourados, onde atua como agente de governança corporativa, promovendo igualdade e diversidade no ambiente corporativo, articulando uma boa integração entre times. Atua no Conselho Consultivo da Eurofarma. É formada em ciências contábeis pela FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado e em administração de empresas pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, além disso, possui MBA pela FGV – Fundação Getúlio Vargas e a University of Texas.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Além disso, a Sra. Cristina é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Peter Takaharu Furukawa - 031.741.678-25

O Sr. Peter Furukawa tem uma sólida e bem-sucedida carreira no varejo, iniciada em 1999 no primeiro grande projeto de comércio eletrônico no Brasil, o Submarino.com. Com mais de 12 anos de experiência trabalhando como CEO possui profundas habilidades estratégicas, operacionais e comerciais, além de uma trajetória de sucesso em serviços financeiros de varejo. Atualmente é o CEO da Lojas Quero Quero, tendo sido um dos responsáveis pelo seu IPO em agosto de 2020, também é membro do conselho de administração da Fortbras. Em sua carreira Peter atuou como CEO da IMC, COO da Pernambucanas, CEO do Submarino, Diretor Financeiro na PepsiCo Foods e Senior Engagement Manager na McKinsey & Co. É formado em Ciências da Computação e possui MBA pela Brigham Young University - EUA.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Além disso, o Sr. Peter é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Fernando Garcia Brossi - 214.387.588-63 N/A	N/A
Milton Lucato Filho - 042.878.958-78 N/A	N/A
Paulo Correa Junior - 926.420.477-68 N/A	N/A
Francislei Cassio Donatti - 137.942.248-50 N/A	N/A
Luiz Antônio de Moraes Carvalho - 276.931.558-72 N/A	N/A
Germán Pasquale Quiroga Vilardo - 009.943.227-71 N/A	N/A
Thilo Mannhardt - 050.114.298-30 N/A	N/A
Cristina Presz Palmaka de Luca - 100.484.148-59 N/A	N/A
Peter Takaharu Furukawa - 031.741.678-25 N/A	N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Thilo Mannhardt	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Presidente do Comitê	27/08/1954	13/05/2021	1 ano
050.114.298-30		Engenheiro		13/05/2021	1	100.00%
Membro independente do Conselho de Administração.						
Petrus Johannes Zegger	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	03/07/1961	13/05/2021	1 ano
000.000.000-00	Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos	Administrador de empresas		13/05/2021	1	100.00%
N/A						
Tereza Cristina Grossi Togni	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	25/01/1949	13/05/2021	1 ano
163.170.686-15		Administradora de Empresas e Bacharel em Ciências Contábeis		13/05/2021	1	100.00%
N/A						
Cristina Presz Palmaka de Luca	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/09/1968	13/05/2021	1 ano
100.484.148-59	Comitê de Aceleração Digital	Contadora		13/05/2021	1	0.00%
Membro independente do Conselho de Administração						
Germán Pasquale Quiroga Vilardo	Outros Comitês		Presidente do Comitê	25/10/1967	13/05/2021	1 ano
009.943.227-71	Comitê de Aceleração Digital	Engenheiro		13/05/2021	1	0.00%
Membro independente do Conselho de Administração						
Alberto Serrentino	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/04/1969	13/05/2021	1 ano
486.127.905-49	Comitê de Aceleração Digital	Economista		13/05/2021	1	100.00%
N/A						
Gustavo da Cruz Caetano	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/06/1981	13/05/2021	1 Ano
049.693.796-02	Comitê de Aceleração Digital	Publicitário		13/05/2021	1	100.00%
N/A						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Maria Susana de Souza	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/08/1964	13/05/2021	1 ano
399.000.104-34	Comitê de Recursos Humanos	Psicóloga		13/05/2021	1	100.00%
N/A						
Luiz Antônio de Moraes Carvalho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/04/1946	13/05/2021	1 ano
276.931.558-72	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		13/05/2021	1	100.00%
Presidente do Conselho de Administração						
Peter Takaharu Furukawa	Outros Comitês		Presidente do Comitê	17/03/1962	13/05/2021	1 ano
031.741.678-25	Comitê de Recursos Humanos	Administrador		13/05/2021	1	100.00%
Membro independente do Conselho de Administração						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Thilo Mannhardt - 050.114.298-30

O Sr. Thilo Mannhardt se formou, no começo da década de 1980, em engenharia aeronáutica (M. Sc.), e completou seu PhD em engenharia de sistemas. Atuou como Diretor Presidente da Ultrapar Participações S.A. de 2013 até fim de 2017 (empresa listada no Brasil e nos EUA) com atuação em varejo farmacêutico e lojas de conveniência e distribuição especializada de combustíveis e GLP, especialidades químicas e armazenagem para grânéis líquidos. Antes era membro do Conselho de Administração em 2011 e 2012. Ainda, no mesmo grupo econômico, atuou, de 2013 a 2017, como Presidente do Conselho de Administração da Cia. Ultragas S.A. (setor de distribuição de GLP), da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (neste caso de 2013 a 2017, no setor de distribuição e varejo farmacêutico), do Terminal Químico de Aratu S.A. (armazenagem para grânéis líquidos), e da Melamina Ultra S.A. (indústria química), bem como Diretor Presidente da Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda., e Diretor Superintendente da Imaven Imóveis Ltda.

Desde 1985 foi consultor e depois sócio da McKinsey & Comp., Inc. em várias localidades ao redor do mundo e ocupando diferentes posições de liderança. Atualmente, é conselheiro da Algar Telecom e lidera o seu CAGR; é membro dos conselhos consultivos da BMI (consultoria especializada de gestão e liderança) e da Logus Capital assessores financeiros. Desde 2020 é conselheiro da Clariant International Ltd., empresa mundial de especialidades químicas em Basileia/Suíça.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Além disso, o Sr. Thilo é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Petrus Johannes Zegger - 000.000.000-00

Passaporte: NVCDD7391

O Sr. Petrus completou, em 1979, sua educação em nível superior (“WVO - Voorbereidend Wetenschappelijk Onderwijs”) no St. Jacobus College, em Enschede, na Holanda. Em 1985, completou seu MBA na Rijks Universiteit, em Groningen na Holanda, e seu Pós-Doutorado, em 1991, na Vrije Universiteit, em Amsterdam. No período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2014, atuou como Vice-Presidente de Tesouraria & Seguros da Unilever em Schaffhausen, na Suíça, e, em seguida, de abril de 2014 a fevereiro de 2017, passou a integrar o corpo de colaboradores da COFRA Holding, em Zug na Suíça, com o cargo de Head de Pensões & Seguros. Desde março de 2017, ele atua como Head da área financeira da COFRA Holding. Além disso, ao longo de sua carreira, já atuou como membro do Comitê de Supervisão de diversos fundos de pensão como, o APG Group e Unilever pension Fund Progress.

O Sr. Petrus Johannes Zegger declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

O Sr. Zegger não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor e é associado ao Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças – IBEF Rio de Janeiro desde 01/07/2017.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tereza Cristina Grossi Togni - 163.170.686-15

A Sra. Tereza Grossi é bacharel em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Minas Gerais em 1977 e possui especializações tanto na Suíça, quanto nos Estados Unidos. É Presidente do Conselho Fiscal da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. desde maio de 2011, e atuou como Coordenadora do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Itaútec S.A. – Grupo Itaútec de setembro de 2010 a fevereiro de 2015 e do Comitê de Divulgação de maio de 2011 a janeiro de 2015. Ainda, é Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos da Duratex S.A. (companhia no setor de construção civil, material de construção e decoração) desde abril de 2012, tendo sido Presidente de abril de 2012 a maio de 2019, e Especialista desde junho de 2012.

Ademais, atua na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão como Membro do Conselho Fiscal desde maio de 2019, Membro do Comitê de Auditoria de maio de 2009 a abril de 2019, tendo sido Coordenadora de maio de 2012 a abril de 2013. É Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Terra Santa Agro S.A desde maio/2018, e Membro do Comitê de Auditoria e de Partes Relacionadas da CVC Corp - desde março/2017. Na Companhia, a Sra. Tereza Grossi atua como membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Cristina Presz Palmaka de Luca - 100.484.148-59

A Sra. Cristina desenvolveu uma carreira de sucesso trabalhando para empresas multinacionais líderes, atualmente é Presidente do SAP Brasil, função que exerce desde 2013. Possui uma vasta experiência profissional no segmento de TI no Brasil, com foco em inovação e tecnologias. Em sua carreira acumula passagens em empresas como Compaq, Microsoft, HP e Phillips. Ela também é membro do Conselho de Administração da Eurofarma e da Arcos Dorados, onde atua como agente de governança corporativa, promovendo igualdade e diversidade no ambiente corporativo, articulando uma boa integração entre times. É formada em ciências contábeis pela FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado e em administração de empresas pela FGV – Fundação Getulio Vargas, além disso, possui MBA pela FGV – Fundação Getulio Vargas e a University of Texas.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Além disso, a Sra. Cristina é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Germán Pasquale Quiroga Vilardo - 009.943.227-71

O Sr. German Pasquale Quiroga Vilardo é graduado em engenharia eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e possui mestrado em sistemas digitais pela Escola Politécnica da USP. É fundador e ex-CEO da TV1.com (cargo que exerceu entre 1994 e 1999), fundador, CIO e CMO da Americanas.com (cargo que exerceu entre 1999 a 2004), CIO e CMO da Cyrela Brasil Realty (cargo que exerceu entre 2004 a 2008) e fundador, CEO e membro do Conselho de Administração do Pontofrio.com (cargos que exerceu entre 2008 a 2011), Nova Pontocom (cargos que exerceu entre 2011 a 2014) e Cnova, empresa de comércio eletrônico (cargos que exerceu entre 2014 a 2016), tendo nesta última, liderado o IPO da empresa na NASDAQ. Atualmente, é sócio da OMNI55, empresa de consultoria (desde 2017) e ocupa posição de membro do Conselho de Administração da GOL, empresa de aviação comercial (desde 2016), Centauro, empresa de varejo de material esportivo (desde 2017), Locaweb empresa de tecnologia (desde 2020) e JSL empresa de logística (desde 2020).

Nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento).

O Sr. Germán Pasquale Quiroga Vilardo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Além disso, o Sr. Germán é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Alberto Serrentino - 486.127.905-49

O Sr. Alberto Serrentino é o fundador da Varese Retail, boutique de estratégia de varejo. Consultor com mais de 30 anos de experiência em varejo e consumo, liderou mais de 180 projetos para empresas brasileiras e internacionais. Como palestrante internacional, realizou mais de 580 apresentações para empresas e em eventos no Brasil e exterior, incluindo 16 edições da convenção da NRF (NY). Já coordenou mais de 70 programas internacionais de visitas a varejo e ecossistemas de inovação para EUA, Europa, China e Israel. É vice-presidente e membro do conselho deliberativo da SBVC (Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo) e conselheiro de empresas. Foi professor convidado da Eaesb/ FGV-SP, é autor do livro Varejo e Brasil: Reflexões Estratégicas, autor/ co-autor de outros oito livros e de mais de 300 artigos publicados. O Sr. Alberto Serrentino declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Gustavo da Cruz Caetano - 049.693.796-02

O Sr. Gustavo Caetano é CEO da Samba Tech e Fundador da Associação Brasileira de Startups. Foi nomeado o Empreendedor do ano pela revista Pequenas Empresas Grandes Negócios, melhor fundador pelo site americano The Next Web, um dos 50 mais inovadores do Brasil pelo Meio&Mensagem, um dos 10 jovens mais inovadores do país pelo MIT, foi nomeado pelo site americano Business Insider como o Mark Zuckerberg brasileiro. É o autor do livro Best Seller, Pense Simples e recebeu recentemente a medalha de JK, maior honraria dada à um cidadão Brasileiro, como Personalidade Brasileira do Ano em Tecnologia. Caetano também estudou inovação e empreendedorismo em importantes universidades como MIT, Stanford, Insead, Universidade da Disney e Singularity. Ele também escreve para a revista MIT Technology Review, é membro do conselho de Inovação da ArcelorMittal e do Conselho de Administração do Instituto Ayrton Senna. O Sr. Gustavo Caetano declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Susana de Souza - 399.000.104-34

A Sra. Susana é formada em Psicologia Organizacional e pós graduação em Administração e Planejamento de Recursos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco. cursou o Programa de Desenvolvimento Gerencial no IESE Universidade de Navarra em Barcelona. A Sra. Susana é uma executiva atuante na área de Gente, Cultura e Sustentabilidade, com ênfase na indústria do Varejo há mais de 30 anos, tendo trabalhado no Walmart/Bompreço de 1997 à 2010, onde ocupou diferentes posições de liderança em Recursos Humanos e nos últimos anos esteve à frente da Diretora de Desenvolvimento Organizacional e Diversidade. Posteriormente ingressou no Makro South América, empresa do grupo Holandês SHV, em 2010, onde liderou as estratégias de Recursos Humanos na região até 2014. Atualmente é a Diretora Vice Presidente de Gente, Cultura e Sustentabilidade da Raia Drogasil, cargo que ocupa desde 2014.

A Sra. Susana não foi alvo, nos últimos 05 (cinco) anos de: a) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Antônio de Moraes Carvalho - 276.931.558-72

O Sr. Luiz Antonio de Moraes Carvalho é formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP em 1969. Possui sólida experiência profissional de mais de 45 anos dos quais 30 no Grupo COFRA, atuando na Administração Geral de Operações de Varejo, de Crédito ao Consumidor e Real Estate. Tem excelentes conhecimentos de Planejamento, Finanças, Tecnologia, Recursos Humanos, Comportamento do Consumidor e Marketing.

Nos últimos 05 anos como executivo, exerceu a posição de Executive Chairman da Divisão Latino-americana do Grupo COFRA, onde ele foi responsável por suas operações no Brasil, Argentina e México. Sua carreira no Grupo se iniciou em 1978 como Controller, assumindo uma posição de membro do Executive Board dois anos mais tarde.

A partir de 01 de setembro de 2006, Luiz Antonio passou a desempenhar funções não-executivas, como Membro de Conselhos e Comitês, atuando em distintos órgãos de governança corporativa na América Latina, Europa e China. Atualmente, é membro independente do Conselho de Administração da Cogna Educação S.A. e das Lojas Quero-quero S.A.

O Sr. Luiz Antonio de Moraes Carvalho declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Peter Takaharu Furukawa - 031.741.678-25

O Sr. Peter Furukawa tem uma sólida e bem-sucedida carreira no varejo, iniciada em 1999 no primeiro grande projeto de comércio eletrônico no Brasil, o Submarino.com. Com mais de 12 anos de experiência trabalhando como CEO possui profundas habilidades estratégicas, operacionais e comerciais, além de uma trajetória de sucesso em serviços financeiros de varejo. Atualmente é o CEO da Lojas Quero Quero, tendo sido um dos responsáveis pelo seu IPO em agosto de 2020, também é membro do conselho de administração da Fortbras. Em sua carreira Peter atuou como CEO da IMC, COO da Pernambucanas, CEO do Submarino, Diretor Financeiro na PepsiCo Foods e Senior Engagement Manager na McKinsey & Co. É formado em Ciências da Computação e possui MBA pela Brigham Young University - EUA.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Além disso, o Sr. Peter é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Thilo Mannhardt - 050.114.298-30	
N/A	N/A

Petrus Johannes Zegger - 000.000.000-00	
N/A	N/A
Tereza Cristina Grossi Togni - 163.170.686-15	
N/A	N/A
Cristina Presz Palmaka de Luca - 100.484.148-59	
N/A	N/A
Germán Pasquale Quiroga Vilardo - 009.943.227-71	
N/A	N/A
Alberto Serrentino - 486.127.905-49	
N/A	N/A
Gustavo da Cruz Caetano - 049.693.796-02	
N/A	N/A
Maria Susana de Souza - 399.000.104-34	
N/A	N/A
Luiz Antônio de Moraes Carvalho - 276.931.558-72	
N/A	N/A
Peter Takaharu Furukawa - 031.741.678-25	
N/A	N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há na data deste Formulário de Referência relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre administradores da Companhia e/ou entre administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas da Companhia.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2018Administrador do Emissor

Petrus Johanners Zegger

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

COFRA Holding AG

05.565.819/0001-10

Chefe de Finanças, Controle e Contabilidade do Grupo

Observação

Passaporte do Sr. Petrus: NVCDD7391

O

Exercício Social 31/12/2017Administrador do Emissor

Petrus Johanners Zegger

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

COFRA Holding AG

05.565.819/0001-10

Chefe de Finanças, Controle e Contabilidade do Grupo

Observação

Passaporte do Sr. Petrus: NVCDD7391

O

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia oferecia seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores, cujo limite máximo de garantia é de R\$ 21.897.171,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais). O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$ 31.181,57 (trinta e dois mil duzentos e setenta e sete reais e sete centavos), com vigência até 01 de julho de 2020.

12.12 - Outras informações relevantes**I. Assembleias Gerais da Companhia**

Considerando a transformação da Companhia em sociedade por ações, realizada em 28 de agosto de 2019, apresentamos abaixo, com relação às Reuniões de Sócios da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Matéria	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Reunião de Sócios	07/03/2016	Alteração do Contrato Social em razão do aumento do capital social da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	29/04/2016	Aprovação das contas da administração refletidas no balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	27/06/2016	Alteração do Contrato Social em razão do aumento do capital social da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	30/08/2016	Alteração de Contrato Social em razão da alteração do objeto social da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	24/11/2016	Indicação de Sophie Phelps para o cargo de membro do Conselho Consultivo	100%	NÃO
Reunião de Sócios	27/03/2017	Alteração de Contrato Social para formalizar a eleição dos administradores da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	28/04/2017	Aprovação das contas da administração refletidas no balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	17/07/2017	Alteração do Contrato Social em razão do aumento do capital social da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	12/11/2017	Alteração do Contrato Social em razão do aumento do capital social da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	31/12/2017	Alteração de Contrato Social em razão do aumento do capital social, por conta da incorporação da Avanti Propaganda Ltda e da Mondial Impex Ltda	100%	NÃO
Reunião de Sócios	31/12/2017	Pagamento de juros sobre capital próprio	100%	NÃO
Reunião de Sócios	27/04/2018	Aprovação das contas da administração refletidas no balanço patrimonial e	100%	NÃO

12.12 - Outras informações relevantes

		demais demonstrações financeiras da Companhia		
Reunião de Sócios	10/05/2018	Alteração de Contrato Social para formalizar a eleição dos administradores da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	31/12/2018	Pagamento de juros sobre capital próprio	100%	NÃO
Reunião de Sócios	30/04/2019	Aprovação das contas da administração refletidas no balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia	100%	NÃO
Alteração Contratual e Ata de Assembleia de Transformações em Sociedade por Ações	28/08/2019	Transformação do tipo societário da Companhia de sociedade limitada para sociedade por ações, alteração da denominação social, conversão das quotas em ações ordinárias, criação do Conselho de Administração, eleição dos membros do Conselho de Administração, fixação da remuneração global anual dos membros da administração	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	02/10/2019	Aprovação da realização da Oferta, do pedido de registro de companhia aberta categoria "A" e da listagem perante a B3, do grupamento das ações e aprovação do plano de entrega de ações baseado em performance	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	02/10/2019	Aprovação da reemissão das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e das demonstrações financeiras referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	03/10/2019	Aprovação da eleição dos conselheiros de administração independentes	100%	NÃO

II. Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras

12.12 - Outras informações relevantes

sociedades e entidades, vide itens 12.5 a 12.8 deste Formulário de Referência.

MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA SEGUNDO O IBGC

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal.

SEGMENTO DE LISTAGEM DO NOVO MERCADO

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 12.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia possui uma política de remuneração dos executivos, que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019 (“Política”).

A Política está disponível para consulta no seguinte link da rede mundial de computadores da Companhia: www.ri.cea.com.br.

A Política possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

Além disso, o valor global máximo a ser pago aos membros do Conselho de Administração e à Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, será determinado pela assembleia geral de acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

A remuneração dos administradores, em caráter geral, é composta da seguinte forma:

Remuneração fixa

Pró-labore mensal fixo: tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos nossos membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio. Os administradores podem ser elegíveis a uma remuneração fixa, a qual utiliza como referência pesquisas salariais anuais conduzidas por consultorias especializadas independentes, principalmente envolvendo empresas de setor similar.

Pacote de Benefícios: visa dar maior segurança aos administradores e permitir o foco

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

no desempenho de suas funções.

Remuneração variável

Programa de participação nos lucros e resultados: objetiva premiar o alcance e superação das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do nosso negócio em cada exercício social.

Remuneração baseada em ações

Plano de incentivo de longo prazo: tem o objetivo de incentivar, bem como alinhar interesses de longo prazo dos nossos acionistas, de modo a maximizar a criação de valor ao nosso negócio, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo.

Tratando de forma específica por grupo, a remuneração possui os seguintes elementos:

Conselho de Administração

Os Conselheiros da Companhia terão remuneração mensal, baseada na dedicação de tempo e responsabilidade das suas atribuições.

A remuneração dos Conselheiros da Companhia será revisada ao menos a cada dois anos, levando em consideração quaisquer mudanças nas atividades prestadas ou nos níveis de remuneração utilizados pelo mercado.

A Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos Conselheiros, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas apenas relacionadas ao comparecimento nas reuniões do Conselho de Administração, e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro.

Diretoria Executiva (estatutária e não estatutária)

Os diretores executivos da Companhia receberão um salário fixo mensal, definido de acordo com a negociação individual com cada um dos diretores executivos, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas independentes, principalmente envolvendo empresas de setor similar, observadas as disposições da Política.

Os diretores executivos da Companhia receberão valores a título de Participação nos Lucros e Resultados (“PLR”) da Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no plano de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e, desde que sejam atingidas as metas estabelecidas no plano de PLR.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os diretores executivos da Companhia poderão ter direito ao plano de opção baseado em ações, observados os regramentos definidos no plano mencionado na Política.

Os diretores executivos da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) plano de saúde; (ii) plano odontológico; (iii) refeição; (iv) veículo; (v) *check-up*; e (vi) pós-emprego.

O pós-emprego corresponde à previdência privada concedida pela Companhia a seus diretores executivos como complementação do método tradicional de contribuição para o INSS. Trata-se de adicional à remuneração, que serve como forma de reter os diretores e mitigar a competição do mercado.

Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foi realizado pagamento em razão de cessação de cargo. Tal pagamento refere-se ao pagamento de obrigações legais e movimentações na estrutura da Companhia.

Membros dos Comitês

Os membros de eventuais comitês da Companhia que venham a ser instituídos poderão ser elegíveis a uma remuneração fixa mensal.

Conselheiros Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, se instalado, serão remunerados em conformidade com a legislação em vigor, portanto, dentro do valor global máximo aprovado em assembleia geral de acionistas.

ii. Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o **exercício social de 2019** foram, aproximadamente:

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2019			
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Mensal			
Salário ou pró-labore	83,75%	18,37%	0,00%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00%	2,76%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	16,25%	7,44%	0,00%
Remuneração Variável			
Bônus	0,00%	40,16%	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	9,82%	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	13,84%	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00%	2,40%	0,00%
Cessaçã do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações	0,00%	5,21%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	0,00%

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o **exercício social de 2018** foram, aproximadamente:

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2018			
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Mensal			
Salário ou pró-labore	0,00%	36,18%	0,00%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00%	5,22%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	16,70%	0,00%
Remuneração Variável			
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	36,41%	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00%	5,48%	0,00%
Cessaçã do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	0,00%	100,00%	0,00%

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o **exercício social de 2017** foram, aproximadamente:

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2017			
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Mensal			
Salário ou pró-labore	0,00%	30,52%	0,00%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00%	4,17%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	13,66%	0,00%
Remuneração Variável			
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	31,15%	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00%	4,62%	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	15,88%	0,00%
Baseada em a�es	0,00%	0,00%	0,00%
Total	0,00%	100,00%	0,00%

iii. metodologia de cáculo e reajuste de cada um dos elementos da remunera o;

�rg�o	Remunera�o fixa	Benefícios Diretos e Indiretos	Remunera�o Variável Curto Prazo	Incentivos de Longo Prazo
Conselho de Administra�o	Pagamento em 12 parcelas/ano, reajustadas a cada 2 anos conforme pesquisas salariais e atividades prestadas	n/a	n/a	n/a
Diretoria Estatutária	Pagamento em 12 parcelas/ano, acrescida do 13� salário + 0,3333 de férias e reajustadas anualmente conforme pesquisas salariais, bem como em decorrência de análise de meritocracia	São oferecidos conforme práticas de mercado por intermédio de pesquisas salariais e análise de meritocracia	Por ser atrelada à participa�o nos resultados da Companhia	Baseada no plano de entrega de a�es baseado em performance, não possui um cáculo específico
Diretoria Não Estatutária	N/A			

iv. razões que justificam a composi o da remunera o

As razões que justificam a composi o da remunera o paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a reten o de executivos, de acordo com as melhores práticas do mercado, de modo a maximizar a cria o de valor ao nosso negócio, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, não havia membros não remunerados. No entanto, a partir da realiza o da oferta pública inicial de a es da Companhia no exercício de 2019, os membros do Conselho de Administra o que exerçam outras fun es na Companhia passaram a ser remunerados pelo exercício das outras fun es, e não pelo cargo que ocupam no Conselho de Administra o.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

Para a parcela fixa da remuneração, são consideradas pesquisas salariais do mercado, atreladas ao nível da responsabilidade da função exercida. Adicionalmente, é considerada a qualificação profissional para o exercício da função.

Os indicadores levados em consideração na determinação da remuneração variável fazem parte de um sistema de gestão de metas individuais e das intenções estratégicas da Companhia, que consideram os resultados corporativos e os resultados individuais.

As definições do planejamento estratégico da Companhia são consideradas na remuneração variável da Diretoria estatutária e não estatutária, englobando os resultados financeiros das respectivas áreas sob a responsabilidade dos administradores e os resultados financeiros consolidados da Companhia, como faturamento e lucratividade, bem como indicadores operacionais.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

A evolução dos indicadores de desempenho é capturada pela remuneração variável dos diretores executivos da Companhia, a qual está vinculada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Tais metas e indicadores devem considerar os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração da Companhia está estruturada para estimular os administradores a se manterem alinhados aos objetivos da organização e a buscar a realização das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. A porção fixa da remuneração busca reconhecer o valor dos cargos contribuir para a retenção dos administradores, o que proporciona maior estabilidade e qualidade das atividades à Companhia. A porção variável proporciona compensação financeira aos Diretores conforme as metas são atingidas, visando alinhar os objetivos da empresa e dos Diretores na busca por maior eficiência e rentabilidade.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Na data desta Proposta da Administração, não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

Uma vez determinada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, se instalado, bem como por aprovar a remuneração do Comitê Estatutário de Auditoria e de Gestão de Riscos da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

O Conselho de Administração realiza pesquisas de mercado periódicas, com vistas a identificar os parâmetros de remuneração no segmento de atuação da Companhia e, caso necessário, contrata empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

(iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:

O Conselho de Administração avaliará a adequação da política de remuneração no mínimo anualmente, de forma a verificar a aderência dela com as responsabilidades de cada administrador, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,00	0,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.049.999,80	7.921.399,03	0,00	10.971.398,83
Benefícios direto e indireto	0,00	1.165.059,82	0,00	1.165.059,82
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	609.999,96	3.043.857,01	0,00	3.653.856,97
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	7.454.182,88	0,00	7.454.182,88
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	
Pós-emprego	0,00	736.108,55	0,00	736.108,55
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.952.896,48	0,00	6.952.896,48
Observação	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020.	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	
Total da remuneração	3.659.999,76	27.273.503,77	0,00	30.933.503,53

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,25	5,00	0,00	6,25
Nº de membros remunerados	1,00	5,00	0,00	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	630.416,64	6.225.705,18	0,00	6.856.121,82
Benefícios direto e indireto	0,00	934.935,90	0,00	934.935,90
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	122.333,32	2.521.803,34	0,00	2.644.136,66

Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	13.611.626,00	0,00	13.611.626,00
Participação de resultados	0,00	3.329.599,74	0,00	3.329.599,74
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	4.691.470,88	0,00	4.691.470,88
Descrição de outras remunerações variáveis	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	
Pós-emprego	0,00	812.953,49	0,00	812.953,49
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.766.489,14	0,00	1.766.489,14
Observação	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	
Total da remuneração	752.749,96	33.894.583,67	0,00	34.647.333,63

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		4,67		4,67
Nº de membros remunerados		4,67		4,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		5.826.363,88		5.826.363,88
Benefícios direto e indireto		841.015,05		841.015,05
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		2.689.598,29		2.689.598,29
Descrição de outras remunerações fixas		O montante descrito na linha "Outros" refere-se ao pagamento de encargos e gratificação paga em 2018.		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		5.863.366,23		5.863.366,23
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		882.476,19		882.476,19
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020.		
Total da remuneração		16.102.819,64		16.102.819,64

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		4,17		4,17
Nº de membros remunerados		4,17		4,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		4.813.362,84		4.813.362,84
Benefícios direto e indireto		657.555,81		657.555,81
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		2.153.452,42		2.153.452,42
Descrição de outras remunerações fixas		O montante descrito na linha "Outros" refere-se ao pagamento de encargos e gratificação paga em 2017.		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		4.912.676,10		4.912.676,10
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		728.791,33		728.791,33
Cessação do cargo		2.503.776,30		2.503.776,30
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00

Observação		O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020.		
Total da remuneração		15.769.614,80		15.769.614,80

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Prevista para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Número de membros remunerados	4,00	5,00	0,00	9,00
Em relação ao bônus				0,00
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Outros (!)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Em relação à participação no resultado				0,00
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 7.454.182,88	R\$ 0,00	R\$ 7.454.182,88
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 6.157.171,10	R\$ 0,00	R\$ 6.157.171,10

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	1,25	5,00	0,00	6,25
Número de membros remunerados	1,00	5,00	0,00	6,00
Em relação ao bônus				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 13.500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 13.500.000,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 13.611.626,00	R\$ 0,00	R\$ 13.611.626,00
Outros (!)	R\$ 0,00	R\$ 4.691.470,88	R\$ 0,00	R\$ 4.691.470,88
Em relação à participação no resultado				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 7.868.930,88	R\$ 0,00	R\$ 7.868.930,88
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 2.950.849,08	R\$ 0,00	R\$ 2.950.849,08

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 3.329.599,74	R\$ 0,00	R\$ 3.329.599,74
---	----------	------------------	----------	------------------

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	0,00	4,67	0,00	4,67
Número de membros remunerados	0,00	4,67	0,00	4,67
Em relação ao bônus				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros (!)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Em relação à participação no resultado				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 7.400.638,56	R\$ 0,00	R\$ 7.400.638,56
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 2.775.239,46	R\$ 0,00	R\$ 2.775.239,46
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 5.863.366,23	R\$ 0,00	R\$ 5.863.366,23

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	0,00	4,17	0,00	4,17
Número de membros remunerados	0,00	4,17	0,00	4,17
Em relação ao bônus				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros (!)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Em relação à participação no resultado				0,0
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 6.938.320,00	R\$ 0,00	R\$ 6.938.320,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 2.601.870,00	R\$ 0,00	R\$ 2.601.870,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 4.912.676,10	R\$ 0,00	R\$ 4.912.676,10

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O plano de opções de compra de ações da Companhia foi aprovado em reunião da Assembleia Geral realizada em 2 de outubro de 2019 (“Plano”). Foi delegado ao Conselho de Administração a autoridade para gerir o Plano. O Conselho de Administração tem poderes para tomar todas as ações necessárias e apropriadas para a administração do Plano, incluindo: (i) aprovar e colocar em prática regras para a concessão de opções, e resolver quaisquer questões relativas à interpretação do plano (inclusive o prazo de carência ou exercício); (ii) designar indivíduos que poderão participar do plano, bem como definir os termos e condições de opções e as suas modificações; (iii) determinar a quantidade de opções a serem outorgadas; e (iv) emitir novas ações dentro dos limites do capital autorizado ou autorizar a entrega de ações de tesouraria para satisfazer o exercício das opções. Os termos e condições específicos do plano de compensação com base em ações são delineados em contratos individuais a serem celebrados pela Companhia e pelos beneficiários do plano.

(b) Principais objetivos do Plano

Nosso objetivo com esse Plano é criar um alinhamento entre os interesses de certos indivíduos chave e os interesses dos acionistas. Indivíduos trabalhando com a Companhia ou com uma empresa do grupo da companhia, tais quais conselheiros, diretores, empregados ou profissionais de qualquer natureza são elegíveis para o Plano. Foi delegada autoridade ao Conselho de Administração para determinar a quem deverão ser outorgadas as opções.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano tem por objetivo compensar os esforços dos seus beneficiários para o sucesso e a performance da Companhia. Os modelos para o Plano são formas de motivar seus beneficiários a (i) contribuir para a boa performance e apreciação de nossas ações, já que eles se beneficiam de parte desta apreciação, e (ii) para o alcance das metas da Companhia. Adicionalmente, ao tornar integrantes chave da Companhia também em seus acionistas, incentiva-se a tomada responsável riscos, criando incentivos positivos para que não sejam tomados riscos excessivos e indesejados. A instituição alcança os objetivos do Plano, engajando os beneficiários em estratégias de longo prazo, projetos e resultados.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano está de acordo com os princípios e políticas da Companhia, considerando-se que (i) liga os beneficiários aos projetos de longo-prazo da Companhia, estratégias e resultados, (ii) funciona como instrumento motivacional para o desenvolvimento e comprometimento individuais, e (iii) permite a retenção de pessoas chave, tendo em vista que o recebimento das ações se consuma no longo prazo.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Planos de compensação com base em ações são altamente eficientes em alcançar o alinhamento dos

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

interesses da Companhia e dos seus beneficiários já que, ao permitir que os beneficiários se tornem acionistas, eles encorajam que tais beneficiários atuem da perspectiva de “proprietários” do negócio, assim alinhando seus interesses com aqueles de seus acionistas. Adicionalmente, eles encorajam a retenção pela Companhia de pessoas com importância estratégica, considerando que, de forma geral deixar a Companhia voluntariamente implicará na perda de todos os direitos não-exercíveis no âmbito do Plano.

(f) Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações que podem ser atribuídas como resultado do exercício de opções no âmbito do Plano existente não pode exceder 3% (três por cento) do capital social total emitido e em aberto da Companhia imediatamente após a oferta pública inicial da Companhia.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano não estabelece um número máximo de opções a serem outorgadas para um indivíduo, no entanto, o número máximo de opções a serem entregues no âmbito do Plano equivale a 3% (três por cento) do capital social total emitido. Cada opção dará direito ao participante de adquirir 1 (uma) ação de emissão da Companhia.

(h) Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração irá determinar o período de carência no âmbito de cada programa e isso será detalhado no contrato com o beneficiário. Os beneficiários poderão tornar exigíveis e exercer suas opções sob determinados termos e condições a serem estabelecidos em cada um dos contratos de opção com os respectivos beneficiários, caso a caso. Os contratos de opção deverão estabelecer também o prazo de carência (*vesting*) para exercício das opções. A primeira outorga no âmbito do plano, outorgada antes do IPO, tenha um prazo de carência (*vesting*) para exercício das opções, o qual será de 33,34% no primeiro ano e 33,33% para o segundo e terceiro ano de aniversário da data de outorga. A Companhia ainda não realizou a segunda outorga de opção até a data desta Proposta da Administração

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço total por beneficiário a ser pago para o exercício de todas as opções é de R\$1,00 (um real).

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

As opções serão exercíveis dentro de um período a ser determinado caso a caso, contado da data de execução do contrato de opção por meio do qual sejam oferecidas as opções ao beneficiário. O período de carência (*vesting*) está especificado nos contratos de opções de cada um dos beneficiários.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(k) Forma de liquidação

O exercício das opções se dará automaticamente ao fim do prazo de carência (*vesting*), ocasião em que a Companhia pode escolher entregar ao beneficiário as ações a que faz jus quando do exercício de suas opções através da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, ou entregar ações de tesouraria, ou ainda uma combinação de ambos, conforme decisão do Conselho de Administração.

(l) Restrições à transferência das ações

Exceto por quaisquer restrições definidas nos contratos de opção a serem celebrados pela Companhia, tais como contratos de *lock-up*, o Plano não estabelece quaisquer restrições à transferência das ações. As opções, no entanto, são outorgadas aos beneficiários a título personalíssimo, e não podem ser penhoradas, transferidas ou cedidas a terceiros, sem prévio e expresse consentimento do Conselho de Administração.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano pode ser rescindido pelo Conselho de Administração a qualquer tempo. O direito de efetivamente receber as opções outorgadas segundo o Plano poderá também ser automaticamente terminado, sem qualquer direito de indenização, e todos os seus efeitos devem cessar caso a Companhia seja dissolvida, liquidada, entre em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, conforme a lei brasileira. Adicionalmente, quaisquer alterações materiais às leis aplicáveis às sociedades por ações, companhias abertas, relações trabalhistas ou tributos podem levar à revisão do plano, a fim de assegurar o cumprimento da lei.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus diretores previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de término do vínculo entre a Companhia e o beneficiário do Plano, os seus direitos decorrentes do Plano serão extintos ou modificados, segundo os termos de seu contrato de opção e determinações do Conselho de Administração.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Os gráficos abaixo apresentam informações sobre remuneração baseada em ações para nossos conselheiros e diretores estatutários projetadas para o exercício social corrente, bem como aquela relativa ao exercício social findo em 2019. Não apresentamos informações referentes aos exercícios sociais findos em 2018 e 2017 relativamente ao plano de remuneração com base em ações, uma vez que a aprovação do plano de remuneração com base em ações ocorreu em 2 de outubro de 2019.

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020	Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	5	5
Número de Membros Remunerados	4	5
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	N/A	-
Quantidade de opções outorgadas	N/A	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	-
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções		
- em aberto no início do exercício social	N/A	-
- perdidas durante o exercício social	N/A	-
- exercidas durante o exercício social	N/A	-
- expiradas durante o exercício social	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	-

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	5	5
Número de Membros Remunerados	4	5
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	N/A	18.10.2019
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.148.148
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1 a 3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	6 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	3 anos após o exercício
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções		
- em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
- perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	17,85
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,4%

13.6 - Opções em Aberto

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	5	5
Número de Membros Remunerados	4	5
Opções ainda não exercíveis		
i) quantidade	N/A	1.148.148
ii) data em que se tornarão exercíveis	N/A	10/2020 10/2021 10/2022
iii) prazo máximo para exercício das opções	N/A	6 anos
iv) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	3 anos
v) preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$1,00
vi) valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$17,69
Opções exercíveis		
i) quantidade	N/A	N/A
ii) prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
iii) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
iv) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
v) valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

O Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária da Companhia não possuíam opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

(a) Modelo de precificação

A metodologia utilizada pela Companhia para precificação das opções outorgadas é a simulação de Monte Carlo. Optou-se pela utilização do modelo de Monte Carlo pois trata-se de um modelo mais flexível que o modelo de Black-Scholes-Merton e o modelo Binomial, que permite a inclusão de premissas como o período de lockup das ações adquiridas e a condição de performance relativa à valorização das ações após o IPO.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os seguintes fatores foram utilizados para obter o valor justo das opções outorgadas:

-Preço atual das ações: como as opções foram outorgadas antes da finalização da oferta pública inicial de ações da Companhia, foi utilizado o ponto médio da faixa indicativa para cálculo do valor.

-Preço de exercício: as opções emitidas são opções sem preço. O exercício da opção depende das condições de desempenho do mercado - desenvolvimento do preço futuro das ações.

-Volatilidade esperada: considerando que a Companhia não tem histórico de negociação de suas ações, a volatilidade presumida utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade de mercado histórica das quatro empresas listadas mais semelhantes à Companhia (Lojas Renner S.A., Marisa Lojas S.A., Cia Hering S.A., Guararapes Confeções S.A.). A volatilidade foi calculada como uma média simples de volatilidade anual durante 260 dias úteis no período entre 1 de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2019.

-Rendimento de dividendo esperado: o cálculo é baseado no plano de negócios atual, política de dividendos e preço médio da faixa indicativa do preço de ação no âmbito da oferta pública inicial de ações.

-Taxa de juros livre de riscos: é derivado da curva de juros do Tesouro do Brasil com o horizonte temporal correspondente ao prazo da opção.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Prazo da Opção	1 ano da data da outorga	2 anos da data de outorga	3 anos da data de outorga
Preço atual (esperado) por ação	R\$18,25	R\$18,25	R\$18,25
Preço de exercício	~R\$0,00	~R\$0,00	~R\$0,00
Volatilidade esperada	37,8%	37,8%	37,8%
Rendimento esperado do dividendo	1,1%	1,1%	1,1%
Taxa de juros livre de risco	4,56%	4,86%	5,40%
Valor justo da opção	R\$18,05	R\$17,85	R\$17,65

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O programa de outorga de opções não permite o exercício antecipado da opção.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A Companhia não tem informações sobre seu histórico de negociação de ações. Assim, a volatilidade presumida utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade de mercado histórica das quatro empresas listadas mais semelhantes à Companhia (Lojas Renner S.A., Marisa Lojas S.A., Cia Hering S.A., Guararapes Confeções S.A.). A volatilidade foi calculada como uma média simples de volatilidade anual durante 260 dias úteis no período entre 1 de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2019.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica da opção foi levada em consideração na determinação do valor justo.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Característica dos Títulos	Quantidade		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Ações Ordinárias	5.318	5.318	-

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Exercício social a ser encerrado em 31.12.2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	5	0	10
Nº de membros remunerados	4	5	0	9
Nome do Plano	N/A	CYAMPREV e CYAMPREV II	N/A	N/A
Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	2	N/A	2
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ser participante ativo ou auto patrocinado e ter no mínimo 50 (cinquenta) anos de idade e menos de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade completos.	N/A	Ser participante ativo ou auto patrocinado e ter no mínimo 50 (cinquenta) anos de idade e menos de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade completos.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	N/A	R\$14.989.404,07	N/A	R\$14.989.404,07
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a 60parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	N/A	R\$736.108,55	N/A	R\$736.108,55
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	O resgate poderá ser realizado pelo participante que vier a se desligar da patrocinadora e tiver contribuído para o plano, desde que não receba benefício pelo plano, mediante manifestação por meio do termo de opção; ou pelo participante ativo que não for elegível a contribuir para o plano e que na data do término do vínculo contar, no mínimo, com 3 (três) anos de vinculação ao plano, desde que não tenha direito a receber benefício de aposentadoria ou benefício por invalidez.	N/A	O resgate poderá ser realizado pelo participante que vier a se desligar da patrocinadora e tiver contribuído para o plano, desde que não receba benefício pelo plano, mediante manifestação por meio do termo de opção; ou pelo participante ativo que não for elegível a contribuir para o plano e que na data do término do vínculo contar, no mínimo, com 3 (três) anos de vinculação ao plano, desde que não tenha direito a receber benefício de aposentadoria ou benefício por invalidez.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Exercício social encerrado em 31.12.2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	5	N/A	5
Nº de membros remunerados	4	5	N/A	9
Nome do Plano	N/A	CYAMPREV e CYAMPREV II	N/A	N/A
Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	2	N/A	2
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ser participante ativo ou auto patrocinado e ter no mínimo 50 (cinquenta) anos de idade e menos de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade completos.	N/A	Ser participante ativo ou auto patrocinado e ter no mínimo 50 (cinquenta) anos de idade e menos de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade completos.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	N/A	R\$12.853.098,88	N/A	R\$12.853.098,88
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a 60parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	N/A	R\$812.953,49	N/A	R\$812.953,49
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	O resgate poderá ser realizado pelo participante que vier a se desligar da patrocinadora e tiver contribuído para o plano, desde que não receba benefício pelo plano, mediante manifestação por meio do termo de opção; ou pelo participante ativo que não for elegível a contribuir para o plano e que na data do término do vínculo contar, no mínimo, com 3 (três) anos de vinculação ao plano, desde que não tenha direito a receber benefício de aposentadoria ou benefício por invalidez.	N/A	O resgate poderá ser realizado pelo participante que vier a se desligar da patrocinadora e tiver contribuído para o plano, desde que não receba benefício pelo plano, mediante manifestação por meio do termo de opção; ou pelo participante ativo que não for elegível a contribuir para o plano e que na data do término do vínculo contar, no mínimo, com 3 (três) anos de vinculação ao plano, desde que não tenha direito a receber benefício de aposentadoria ou benefício por invalidez.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	5,00	4,67	4,17	1,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,67	4,17	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	10.657.267,76	5.115.624,38	4.741.732,20	385.666,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	5.096.917,51	2.669.319,58	2.569.293,16	148.333,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	6.778.916,73	3.448.141,25	3.781.682,21	752.749,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	N/A
31/12/2018	Para a apuração do valor da menor remuneração foi excluído um membro que ocupou a posição por um período inferior a 12 meses
31/12/2017	Para a apuração do valor da menor remuneração foi excluído um membro que ocupou a posição por um período inferior a 12 meses

Conselho de Administração	
31/12/2019	Nenhum membro do Conselho de Administração percebeu remuneração durante os 12 meses do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.
31/12/2018	N.A.
31/12/2017	N.A.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	N/A
31/12/2018	N.A.
31/12/2017	N.A.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não aplicável, tendo em vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 a Companhia não possuía administradores ou membros do conselho fiscal que fossem partes relacionadas aos controladores.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável, tendo em vista que os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores e/ou membros do Conselho Fiscal da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas.

13.16 - Outras Informações Relevantes*Informações Adicionais ao item 13.2*

A seguir está disposta a memória de cálculo do número de membros e do número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para os períodos cobertos pelo item 13.2 acima.

Conselho de Administração

Exercício Social 2020		
Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados
<i>Janeiro</i>	5	4
<i>Fevereiro</i>	5	4
<i>Março</i>	5	4
<i>Abril</i>	5	4
<i>Maio</i>	5	4
<i>Junho</i>	5	4
<i>Julho</i>	5	4
<i>Agosto</i>	5	4
<i>Setembro</i>	5	4
<i>Outubro</i>	5	4
<i>Novembro</i>	5	4
<i>Dezembro</i>	5	4
Média	5,00	4,00

Exercício Social 2019		
Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados
<i>Janeiro</i>	0	0
<i>Fevereiro</i>	0	0
<i>Março</i>	0	0
<i>Abril</i>	0	0
<i>Maio</i>	0	0
<i>Junho</i>	0	0
<i>Julho</i>	0	0
<i>Agosto</i>	0	0
<i>Setembro</i>	0	0
<i>Outubro</i>	5	4
<i>Novembro</i>	5	4
<i>Dezembro</i>	5	4
Média	1,25	1,00

Exercício Social 2018		
Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados
<i>Janeiro</i>	0	0
<i>Fevereiro</i>	0	0
<i>Março</i>	0	0
<i>Abril</i>	0	0

Exercício Social 2017		
Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados
<i>Janeiro</i>	0	0
<i>Fevereiro</i>	0	0
<i>Março</i>	0	0
<i>Abril</i>	0	0

13.16 - Outras Informações Relevantes

<i>Maio</i>	0	0
<i>Junho</i>	0	0
<i>Julho</i>	0	0
<i>Agosto</i>	0	0
<i>Setembro</i>	0	0
<i>Outubro</i>	0	0
<i>Novembro</i>	0	0
<i>Dezembro</i>	0	0
<i>Média</i>	0,00	0,00

<i>Maio</i>	0	0
<i>Junho</i>	0	0
<i>Julho</i>	0	0
<i>Agosto</i>	0	0
<i>Setembro</i>	0	0
<i>Outubro</i>	0	0
<i>Novembro</i>	0	0
<i>Dezembro</i>	0	0
<i>Média</i>	0,00	0,00

Diretoria

Exercício Social 2020		
Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados
<i>Janeiro</i>	5	5
<i>Fevereiro</i>	5	5
<i>Março</i>	5	5
<i>Abril</i>	5	5
<i>Maio</i>	5	5
<i>Junho</i>	5	5
<i>Julho</i>	5	5
<i>Agosto</i>	5	5
<i>Setembro</i>	5	5
<i>Outubro</i>	5	5
<i>Novembro</i>	5	5
<i>Dezembro</i>	5	5
<i>Média</i>	5,00	5,00

Exercício Social 2019		
Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados
<i>Janeiro</i>	5	5
<i>Fevereiro</i>	5	5
<i>Março</i>	5	5
<i>Abril</i>	5	5
<i>Maio</i>	5	5
<i>Junho</i>	5	5
<i>Julho</i>	5	5
<i>Agosto</i>	5	5
<i>Setembro</i>	5	5
<i>Outubro</i>	5	5
<i>Novembro</i>	5	5
<i>Dezembro</i>	5	5
<i>Média</i>	5,00	5,00

Exercício Social 2018

Exercício Social 2017

13.16 - Outras Informações Relevantes

Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados	Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados
<i>Janeiro</i>	4	4	<i>Janeiro</i>	5	5
<i>Fevereiro</i>	4	4	<i>Fevereiro</i>	5	5
<i>Março</i>	4	4	<i>Março</i>	4	4
<i>Abril</i>	4	4	<i>Abril</i>	4	4
<i>Maió</i>	5	5	<i>Maió</i>	4	4
<i>Junho</i>	5	5	<i>Junho</i>	4	4
<i>Julho</i>	5	5	<i>Julho</i>	4	4
<i>Agosto</i>	5	5	<i>Agosto</i>	4	4
<i>Setembro</i>	5	5	<i>Setembro</i>	4	4
<i>Outubro</i>	5	5	<i>Outubro</i>	4	4
<i>Novembro</i>	5	5	<i>Novembro</i>	4	4
<i>Dezembro</i>	5	5	<i>Dezembro</i>	4	4
<i>Média</i>	4,67	4,67	<i>Média</i>	4,17	4,17

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 13 que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta Proposta da Administração.

Informações Adicionais ao Item 13.11

Em adição às informações apresentadas no item 13.11 deste Formulário de Referência, a Companhia esclarece que em razão de seu Conselho de Administração ter sido constituído e instalado somente em outubro de 2019, o cálculo da remuneração média apresentado no item 13.11 apresenta uma distorção relativa à fórmula utilizada para o cálculo do número de membros remunerados, que está evidenciada neste mesmo Item 13.16. Assim, para um melhor entendimento da remuneração média percebida pelos membros do Conselho de Administração da Companhia ao longo do exercício social de 2018, a seguir é apresentado o cálculo pro forma da remuneração média, considerando somente o período em que o Conselho de Administração esteve instalado e em funcionamento:

Exercício Social 2019		
Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados

13.16 - Outras Informações Relevantes

Outubro	5	4
Novembro	5	4
Dezembro	5	4
Média	5,00	4,00

Remuneração Média dos membros do Conselho de Administração no exercício social 2019 (pro forma)

Remuneração Total do Órgão: R\$752.749,96

Número de Membros Remunerados: 4,00

Remuneração Média: R\$188.187,49

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	31/12/2019																											Total
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	
Centros de distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	188	-	-	-	-	-	-	401	-	589
Lojas	27	313	358	58	705	595	416	239	257	347	900	48	64	548	278	885	188	387	2134	215	48	29	373	179	204	3576	26	13.397
Escritório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.377	-	1.377
Total																											15.363	
Atividade	31/12/2018																											Total
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	
Centros de distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	197	-	-	-	-	-	-	397	-	594
Lojas	26	305	325	46	665	510	435	235	243	332	887	48	61	520	254	845	174	352	2.089	214	40	29	354	132	160	3.561	24	12.866
Escritório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.355	-	1.355
Total																											14.815	
Atividade	31/12/2017																											Total
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	
Centros de distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	190	-	-	-	-	-	-	277	-	467
Lojas	30	320	323	52	713	543	433	239	256	350	904	54	36	571	227	753	175	327	2.241	223	46	25	356	135	191	3.490	22	13.035
Escritório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.210	-	1.210
Total																											14.712	

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Atividade	31/12/2019																											Total
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	
Limpeza	2	17	17	4	46	30	19	14	15	19	51	4	5	25	15	45	9	24	64	11	2	2	22	13	14	269	2	760
Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45	-	-	-	-	18	-	439	-	502
Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	161	-	165
Vigilância	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-	-	-	-	-	68	-	103
Refeitório	1	4	6	-	9	12	5	-	5	3	9	-	2	7	5	13	3	9	23	4	1	1	7	-	5	40	-	174
Total																											1.704	

Atividade	31/12/2018																											Total
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	
Limpeza	2	17	14	4	43	27	19	14	14	19	50	4	6	22	16	43	9	21	135	11	2	2	21	10	11	279	2	817
Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59	-	-	-	-	18	-	565	-	642
Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76	-	76
Vigilância	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-	-	-	-	-	83	-	118
Refeitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	44	-	55
Total																											1.698	

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	31/12/2017																											Total
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	
Limpeza	3	17	18	4	45	36	26	20	20	26	68	6	3	30	14	44	11	25	157	13	3	3	29	15	13	305	3	957
Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52	-	-	-	-	-	-	335	-	387
Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67	-	67
Vigilância	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33	-	-	-	-	-	-	80	-	113
Refeitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	47	-	58
Total																											1.582	

(c) índice de rotatividade

31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
61,24%	66,44%	50,96%	50,44%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

A estratégia de recursos humanos da Companhia visa “ter as melhores pessoas, nos lugares certos”, tendo como base um modelo de competências, por meio do qual, anualmente, avalia todos os times, buscando o desenvolvimento destas habilidades e o constante desafio ao desempenho e, consequente, a alta performance da Companhia.

Sendo assim, a Companhia criou uma estratégia de remuneração capaz de atrair, desenvolver e reter os profissionais com uma política que garanta um salário base competitivo e um incentivo de curto prazo, atrelado a resultados. Todo este sistema visa promover o alinhamento de todos os empregados ao crescimento e geração de valor da Companhia.

Anualmente, a Companhia atualiza suas tabelas através de pesquisas com base nos mercados nos quais atua e, desta forma, mantém uma política justa e que preza pela equidade interna. Para as posições operacionais, a Companhia segue o piso salarial do sindicato nas regiões. Com isto, a Companhia atende a todos os parâmetros trabalhistas, previdenciários e sindicais nas localidades onde atua.

Em complemento, para os incentivos de curto prazo, o modelo de Participação de Lucros e Resultados (PLR) homologado pelo Sindicato com o objetivo de premiar o alcance e superação das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do nosso negócio em cada exercício social. Com características mais coletivas, o atingimento da meta econômica é condição essencial para a ocorrência do pagamento. Todos os funcionários são elegíveis ao programa de acordo com os limites estabelecidos anualmente no plano de PLR.

(b) política de benefícios

Além de uma Política de Remuneração equilibrada, a Companhia oferece benefícios específicos para atender a seus empregados em todas as localidades onde está presente. A política está alinhada às práticas de mercado para cada grupo de função e cargo.

- Plano de Saúde e Odontológico: a Companhia tem um plano de saúde no sistema de autogestão que oferece serviços de saúde em todo o território nacional. Além disso, a Companhia mantém entidades prestadoras de serviços médicos credenciadas, que atendem suas lojas nas diferentes cidades aonde opera.
- Refeição: a Companhia possui restaurantes e ou refeitórios em todas as suas unidades e subsidia 80% do valor de cada refeição.
- Desconto para compra em lojas: a Companhia oferece desconto de 20% em suas compras na rede de lojas e no e-commerce para seus empregados, com uma carência

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

de 3 meses após a admissão para os colaboradores sem nível gerencial e imediato para o pessoal em nível gerencial.

- Previdência privada: a previdência privada da Companhia é destinada para todos os seus empregados, o que reforça o compromisso da Companhia com o futuro. Cada participante poderá optar por um percentual de contribuição, respeitando os limites do regulamento e, como contrapartida, a Companhia poderá aportar até 100% do valor por ele depositado.
- Convênios: por meio de uma plataforma acessível a todos os seus empregados, a Companhia oferece descontos em farmácia, universidades, academias, cursos de idiomas, restaurantes e outros serviços.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

A Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações destinado a seus colaboradores nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A Companhia prima por uma gestão baseada em valores e em seus princípios éticos, de maneira a contribuir para uma sociedade justa e ter uma atuação responsável com todos os seus *stakeholders*.

Na Gestão Sindical, a Companhia estabelece um modelo estruturado e perene, centralizando a interlocução junto às entidades externas em nossa área de Relações Sindicais. Com isto, preserva sua reputação e imagem. A Companhia compartilha com os seus gestores esta estratégia e, assim, consegue construir uma abordagem preventiva contra eventuais riscos sindicais, fomentando um ambiente interno de trabalho positivo e contribuindo para o crescimento da empresa.

A Companhia entende que a área de Relações Sindicais deve sempre atuar respeitando a Legislação Trabalhista, as Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos de Trabalho vigentes, dos quais é signatária. A Companhia mantém um relacionamento harmonioso entre as entidades sindicais por meio do diálogo permanente, claro e transparente, valorizando o relacionamento sindical, elevando o grau de confiança entre as partes e promovendo a efetiva discussão de interesses da categoria econômica e profissional; bem como da liberdade de filiação sindical de seus empregados.

A Companhia negocia com os sindicatos patronais e com os sindicatos laborais pautados pelo “código sindical” ativo no Ministério do Trabalho da categoria profissional econômica da Companhia, que representam todas as lojas, os centros de distribuição e o escritório central no território nacional.

Assim sendo, a Companhia mantém um bom relacionamento com os empregados e com os respectivos sindicatos de suas categorias, informando que, nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram greves ou paralisações nos últimos três exercícios sociais.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 14 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
INCAS S.A.						
06.049.146/0001-08	Luxemburgo	Não	Sim	24/10/2019		
Sim	Milton Lucato Filho		Física	042.878.958-78		
	100.939.166	32,746%	0	0,000%	100.939.166	32,746%
COFRA INVESTMENTS S.A.R.L.						
06.049.145/0001-63	Luxemburgo	Não	Sim	10/07/2020		
Sim	Milton Lucato Filho		Física	042.878.958-78		
	100.363.049	32,559%	0	0,000%	100.363.049	32,559%
Verde Asset Management S.A.						
19.749.539/0001-76	Brasileira-SP	Não	Não	27/08/2020		
Não						
	15.888.100	5,154%	0	0,000%	15.888.100	5,154%
Itaú Unibanco S.A.						
60.701.190/0001-04	Brasileira-SP	Não	Não	04/05/2021		
Não						
	15.430.640	5,005%	0	0,000%	15.430.640	5,005%
COFRA LATIN AMERICA LTDA						
05.236.528/0001-88	Brasileira	Não	Não	24/10/2019		
Não						
	17.122	0,006%	0	0,000%	17.122	0,006%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
OUTROS						
	75.606.991	24,530%	0	0,000%	75.606.991	24,530%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL						
	308.245.068	100,000%	0	0,000%	308.245.068	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COFRA INVESTMENTS S.A.R.L.				06.049.145/0001-63		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
C&A AG						
Não	Suíça	Não	Não	31/12/2017		
2.000.000	100,000	0	0,000	2.000.000	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.000.000	100,000	0	0,000	2.000.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INCAS S.A.				06.049.146/0001-08		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
C&A AG						
Não	Suíça	Não	Não	31/12/2017		
6.000.000	100,000	0	0,000	6.000.000	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
6.000.000	100,000	0	0,000	6.000.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
C&A AG						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
COFRA Holding AG						
05.565.819/0001-10	Suíça	Não	Não	31/12/2017		
Sim	---		Jurídica			
400.000	100,000	0	0,000	400.000	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
400.000	100,000	0	0,000	400.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
C&A AG						
ações em tesouraria - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
COFRA Holding AG						
05.565.819/0001-10	Suíça	Não	Não	31/12/2017		
Sim	--		Jurídica			
400.000	100,000	0	0,000	400.000	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
400.000	100,000	0	0,000	400.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COFRA Holding AG				05.565.819/0001-10		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Família Brenninkmeijer						
Sim	Suíça	Não	Não	31/12/2017		
7.475.060	100,000	200.000.000	100,000	207.475.060	100,000	
Classe ação						
Qtde. de ações (Unidades)		Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
7.475.060	100,000	200.000.000	100,000	207.475.060	100,000	

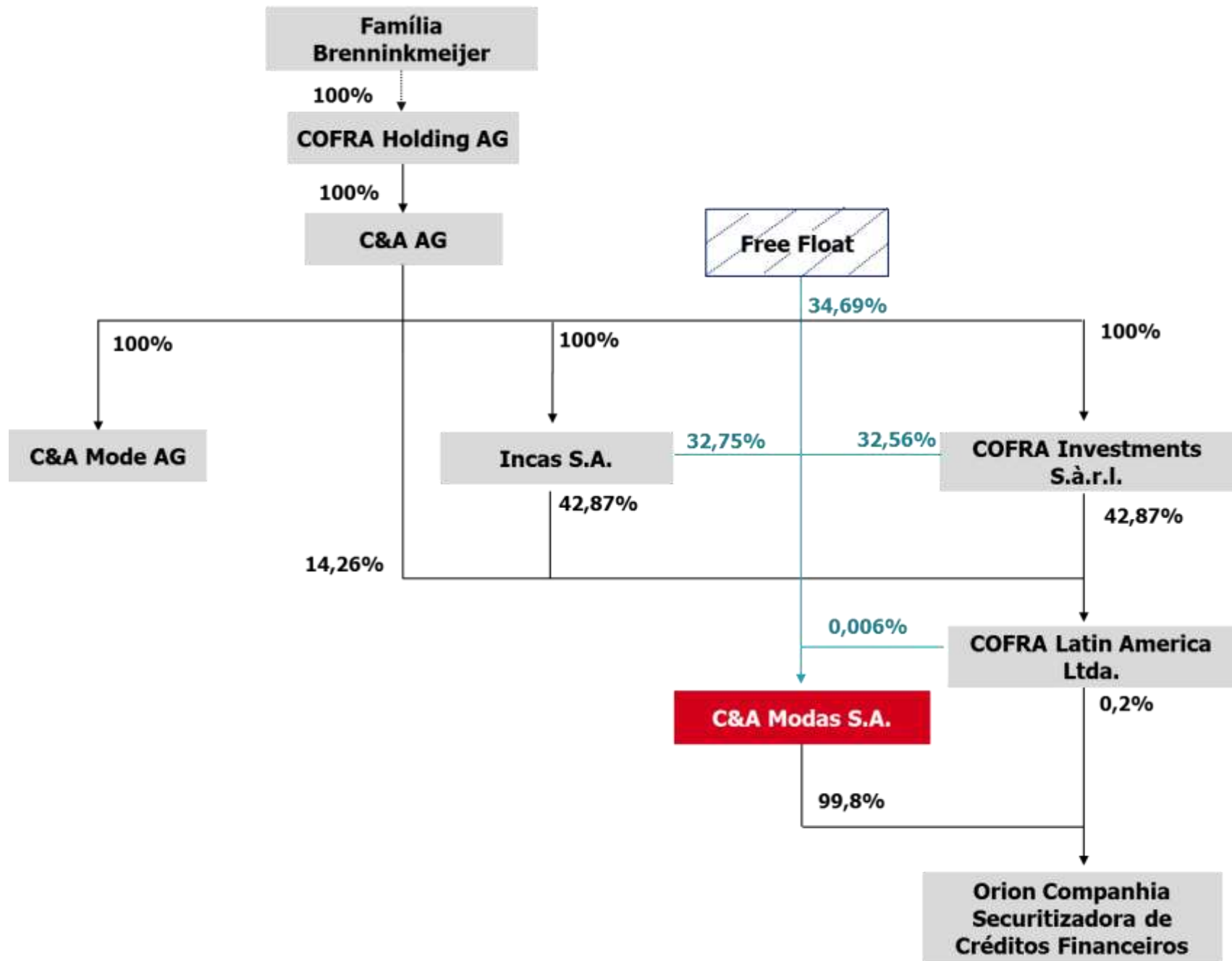
15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	26/06/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	25.240
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	107
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	262

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	106.394.635	34,516%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	106.394.635	34,516%



Fonte: Companhia

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

A Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não foram realizadas alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) evento	Incorporação da Avanti Propaganda Ltda. e da Mondial Impex Ltda.
(b) principais condições do negócio	A C&A Modas Ltda (“ <u>Companhia</u> ”) e a COFRA Latin America Ltda, sócias da Avanti Propaganda Ltda (“ <u>Avanti</u> ”) e da Mondial Impex Ltda (“ <u>Mondial</u> ”), deliberaram em 31 de dezembro de 2017 pela incorporação da Avanti e da Mondial pela Companhia. A Avanti foi devidamente avaliada pela Somar+Consultoria Contábil e Tributária Eireli-ME e seu acervo líquido vertido pela Companhia foi de R\$576.674,30, com base em seu valor contábil em 30 de novembro de 2017. A Mondial também foi devidamente avaliada pela Somar+Consultoria Contábil e Tributária Eireli-ME e seu acervo líquido vertido pela Companhia foi de R\$679.479,60, com base em seu valor contábil em 30 de novembro de 2017.
(c) sociedades envolvidas	C&A Modas Ltda; COFRA Latin America Ltda. Avanti Propaganda Ltda e Mondial Impex Ltda
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a incorporação da Avanti e da Mondial pela Companhia, tais sociedades foram extintas.
(e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Reunião de Sócios.
(f) quadro societário antes e depois da operação	<p>Antes da incorporação</p> <pre> graph TD CMA[C&A Modas Ltda] -- 99,88% --> AP[Avanti Propaganda Ltda] CMA -- 99% --> MI[Mondial Impex Ltda] CLA[Cofra Latin America Ltda] -- 0,12% --> AP CLA -- 1% --> MI CLA -- 0,2% --> OC[Orion Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros] </pre> <p>Depois da incorporação</p> <pre> graph TD CMA[C&A Modas Ltda] -- 99,8% --> OC[Orion Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros] CLA[Cofra Latin America Ltda] -- 0,2% --> OC </pre>

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que a COFRA Holding AG ("COFRA") é detida integralmente por membros da Família Brenninkmeijer ("Família"). Apesar disso, nenhum dos membros da Família detém mais de 5% das ações da COFRA, em razão da dispersão das ações entre os mesmos.

Dessa forma, considerando a dispersão das ações da COFRA e a ausência de acordo de acionistas ou de voto, bem como qualquer outro tipo de pacto e/ou contrato que tenha por objeto o exercício de poder de controle pelos acionistas, a COFRA não tem acionista ou grupo de acionistas controlador.

Em que pese a COFRA estar sujeita ao regime jurídico da Suíça, para fins de elaboração das seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, levamos em conta a seguinte definição de acionista controlador: a pessoa natural ou jurídica ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que (i) seja titular de direitos de acionista que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76.

Nesse sentido, é possível afirmar que (i) nenhum dos membros da família detém mais de 5% das ações da COFRA; (ii) não há acordo de acionistas ou de voto bem como qualquer outro tipo de pacto e/ou contrato que tenha por objeto o exercício de poder de controle pelos acionistas que os vincule; e que, portanto, (ii) a COFRA não possui acionista controlador. Por fim, vale apontar que as decisões estratégicas e as orientações de voto dos acionistas controladores diretos da Companhia não partem da COFRA em si, mas sim do Conselho de Administração da C&A AG.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A “Política Para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da C&A Modas S.A.” (“Política”) que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. A Política está em linha com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

A Política define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

Os acionistas da Companhia, os administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar o Departamento Jurídico da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Se a transação informada for identificada como de fato uma Transação com Parte Relacionada, segundo o julgamento realizado pelo Departamento Jurídico da Companhia, a referida transação será submetida aos procedimentos descritos na Política, e caberá a ele informar à Diretoria ou o Conselho de Administração da Companhia, sobre a referida transação.

A Diretoria Executiva da Companhia deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão: (i) do montante envolvido; e (ii) de ser ou não operação no curso normal dos negócios, para determinar as instâncias competentes para sua análise e aprovação, na forma da referida Política.

Toda e qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia apurado no fim do exercício social imediatamente anterior (“Montante Relevante”) envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Política.

A Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia, a depender do montante envolvido da Transação, somente poderão aprovar a Transação com Parte Relacionada caso conclua ser equitativa e realizada no melhor interesse da Companhia sendo facultado, a seu exclusivo critério e em observância à Política, condicionar a aprovação da Transação com Parte Relacionada às alterações que julgar necessárias.

Ainda segundo a Política, são vedadas as seguintes Transações com Partes Relacionadas:

- (a) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; e
- (b) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança):
 - aos administradores e membros dos conselhos fiscal ou administrativo ou comitês, estatutários ou não, e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges,

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as);

- aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e
- aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

É vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
C&A AG	01/01/2008	31.953.000,00	R\$27.160.000,00	0	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Contrato de concessão de licença para uso de marcas mediante o pagamento de royalties, que corresponde a 1% da receita de vendas dos produtos da licenciada.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	(i) descumprimento de cláusula do contrato, (ii) se a Companhia deixar de fazer parte do Grupo COFRA, ou, (iii) mediante envio de notificação à outra parte com 6 meses de antecedência.						
Natureza e razão para a operação	A C&A AG, na qualidade de detentora das marcas C&A, licenciou a Companhia para que faça o uso das marcas para o desenvolvimento de seus negócios.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Licenciada						
C&A Sourcing	01/01/2008	301.216.000,00	R\$39.967.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa						
Objeto contrato	Contratação de prestação de assistência na busca de fornecedores em mercados estrangeiros para compra de mercadorias têxteis e outros produtos correlatos. O valor envolvido inclui o valor da fatura emitida pelos fornecedores para a Companhia, antes de quaisquer descontos, acrescido de um uplift inicialmente equivalente a 3%, conforme aditamento a tal contrato celebrado em 30 de setembro de 2019 e em vigor desde 4 de outubro de 2019.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	(i) descumprimento de cláusula do contrato, (ii) caso fortuito ou de força maior, (iii) se qualquer das partes entrar em procedimento falimentar, ou, (iv) mediante envio de notificação à outra parte com 90 dias de antecedência.						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviço a fim de possibilitar o fornecimento de produtos vindos do exterior, ampliando a cadeia de fornecimento da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada	18/05/2014	8.706.000,00	R\$2.376.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Associada sob influência direta						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	A Companhia participa, juntamente com outras empresas ligadas, como patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda suplementar. No ano de 2019, a Companhia contribuiu com R\$8.706.225,20 à Cyamprev. O total de empregados participantes dos planos em 31 de dezembro de 2019 é de 15.751 participantes.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Contratação de serviço de previdência privada para os funcionários da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Patrocinadora						
Famanco Administradora de Bens Ltda.	01/03/2017	71.237,00	R\$142.000,00	Conforme descrito	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa						
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pela Famamco de departamentos da Companhia. A Famamco paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pela Famamco mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. No período findo em 31 de dezembro de 2019 o montante relativo aos serviços prestados totalizaram o montante de R\$ 71.237,00 e esse valor foi incluído acima como montante envolvido na transação.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	O Contrato pode ser resiliado mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso a Famanco deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pela Famanco de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Porticus Latin América Consultoria Ltda.	21/11/2017	80.127,00	R\$29.000,00	Conforme descrito	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pela Porticus de departamentos da Companhia. A Porticus paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pela Porticus mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. No período findo em 31 de dezembro de 2019 o montante relativo aos serviços prestados totalizaram o montante de R\$ 80.127,00 e esse valor foi incluído acima como montante envolvido na transação.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	O Contrato pode ser resiliado mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso a Porticus deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pela Porticus de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Instituto C&A	01/03/2017	87.000,00	R\$17.769,00	Conforme descrito	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa						
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pelo Instituto de departamentos da Companhia. O Instituto paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pelo Instituto mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. No período findo em 31 de dezembro de 2019 o montante relativo aos serviços prestados totalizaram o montante de R\$ 87.000,00 e esse valor foi incluído acima como montante envolvido na transação.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	O Contrato pode ser resiliado mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso o Instituto deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pelo Instituto de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
COFRA Latin America Ltda.	01/03/2017	56.000,00	R\$5.918,00	Conforme descrito	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pela COFRA de departamentos da Companhia. A COFRA paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pela COFRA mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. No período findo em 31 de dezembro de 2019 o montante relativo aos serviços prestados totalizaram o montante de R\$ 56.000,00 e esse valor foi incluído acima como montante envolvido na transação.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	O Contrato pode ser resiliado mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso a COFRA deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pela COFRA de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado **Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A “Política Para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da C&A Modas S.A.”, (“Política”) que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

Os acionistas da Companhia, os administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar o Departamento Jurídico da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Se a transação informada for identificada como de fato uma Transação com Parte Relacionada, segundo o julgamento realizado pelo Departamento Jurídico da Companhia, a referida transação será submetida aos procedimentos descritos na Política, e caberá a ele informar à Diretoria ou o Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, sobre a referida transação.

A Diretoria da Companhia deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão: (i) do montante envolvido; e (ii) de ser ou não operação no curso normal dos negócios, para determinar as instâncias competentes para sua análise e aprovação, na forma da referida Política.

Toda e qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia apurado no fim do exercício social imediatamente anterior (“Montante Relevante”) envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Política.

A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, somente poderão aprovar a Transação com Parte Relacionada caso conclua ser equitativa e realizada no melhor interesse da Companhia sendo facultado, a seu exclusivo critério e em observância à Política, condicionar a aprovação da Transação com Parte Relacionada às alterações que julgar necessárias.

Ainda segundo a Política, são vedadas as seguintes Transações com Partes Relacionadas:

- (a) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; e
- (b) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança):
 - aos administradores e membros dos conselhos fiscal ou administrativo ou comitês, estatutários ou não, e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as);
 - aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e
 - aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

respectivos suplentes, bem como seus cônjuges companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

É vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, também, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Por meio do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, a Companhia atua de forma a garantir que toda e qualquer transação com parte relacionada realizada pela Companhia seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios: (i) a transação deve estar em condições de mercado ao tempo de sua aprovação; (ii) devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e (iii) as condições da Política deverão ser integralmente observadas.

Observando tais preceitos, os Loan Agreements assinados com C&A Mode AG foram todos celebrados com taxas remuneratórias em condições competitivas com o mercado de crédito, de modo que, o contrato celebrado em 26 de junho de 2018 possui remuneração de 10,50% a.a.; o contrato celebrado em 16 de abril de 2018 possui remuneração de 9,75% a.a.; o contrato celebrado em 15 de abril de 2019 possui remuneração de 10,50% a.a.; contrato celebrado em 22 de junho de 2018 possui remuneração de 10,50% a.a.; e o contrato celebrado em 11 de março de 2019 possui remuneração de 10,00% a.a.

Dessa forma, com o objetivo de demonstrar os juros praticados no mercado de crédito e de demonstrar correspondência às condições de mercado, abaixo está a tabela com algumas das principais instituições financeiras atuantes no Brasil e suas respectivas taxas de juros cobradas nos períodos de celebração dos respectivos contratos para pessoas jurídicas, considerando a modalidade de capital de giro com prazo superior a 365 dias, ou seja, a que mais se aproxima aos empréstimos obtidos junto à C&A Mode AG.

As informações estão disponíveis no site do Banco Central do Brasil:

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

1. Período iniciado em **26 de junho de 2018**, conforme contrato celebrado em tal com taxa de 10,5% a.a.

Segmento : Modalidade :

Tipo de encargo : Período inicial :

1 de 2

Classificadas por ordem crescente de taxa

Período: 26/06/2018 a 02/07/2018

Modalidade: Pessoa jurídica - Capital de giro com prazo superior a 365 dias

Tipo de encargo: Pré-fixado

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BCO VOTORANTIM S.A.	0,90	11,33
2	BANCOOB	1,05	13,30
3	BCO RODOBENS S.A.	1,06	13,43
4	BCO CATERPILLAR S.A.	1,08	13,70
5	BCO MODAL S.A.	1,10	14,07
6	BCO ABC BRASIL S.A.	1,16	14,89
7	BCO DO BRASIL S.A.	1,17	14,95
8	BCO FIBRA S.A.	1,19	15,29
9	SANTANA S.A. - CFI	1,20	15,42
10	BCO SAFRA S.A.	1,24	15,94
11	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	1,27	16,37
12	BCO SOFISA S.A.	1,31	16,88
13	BCO PINE S.A.	1,42	18,49
14	BCO DAYCOVAL S.A	1,44	18,76
15	BCO DES. DE MG S.A.	1,52	19,86
16	BCO VOLVO BRASIL S.A.	1,63	21,38
17	ITAÚ UNIBANCO S.A.	1,63	21,43
18	BCO BRADESCO S.A.	1,65	21,73
19	BANCO FIDIS	1,66	21,81
20	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1,87	24,89
21	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,87	24,92
22	BCO TRICURY S.A.	1,94	25,94
23	CARUANA SCFI	1,98	26,55
24	BCO TRIANGULO S.A.	1,99	26,64
25	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,99	26,66
26	BANCO TOPÁZIO S.A.	2,04	27,35

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

2. Período iniciado em **16 de abril de 2018**, conforme contrato celebrado em tal com taxa de 9,75% a.a.

Segmento:
 Tipo de encargo:

Modalidade:
 Período inicial:

1 de 2

Classificadas por ordem crescente de taxa

Período: 16/04/2018 a 20/04/2018

Modalidade: Pessoa jurídica - Capital de giro com prazo superior a 365 dias

Tipo de encargo: Pré-fixado

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BCO DO BRASIL S.A.	0,80	10,03
2	DEUTSCHE BANK S.A.BCO ALEMAO	0,92	11,57
3	BCO SAFRA S.A.	1,08	13,80
4	BCO CATERPILLAR S.A.	1,09	13,88
5	BCO SOFISA S.A.	1,17	14,92
6	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	1,22	15,68
7	BCO VOLKSWAGEN S.A	1,31	16,89
8	BCO PINE S.A.	1,31	16,93
9	BCO DAYCOVAL S.A	1,44	18,72
10	BCO BMG S.A.	1,54	20,08
11	BCO DES. DE MG S.A.	1,58	20,68
12	BCO TRICURY S.A.	1,64	21,58
13	ITAÚ UNIBANCO S.A.	1,66	21,78
14	BCO BRADESCO S.A.	1,69	22,22
15	BCO LUSO BRASILEIRO S.A.	1,86	24,79
16	BCO VOLVO BRASIL S.A.	1,88	25,01
17	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1,93	25,81
18	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	1,93	25,81
19	BCO BANESTES S.A.	1,93	25,84
20	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,99	26,73
21	CARUANA SCFI	2,01	26,98
22	BANCO TOPÁZIO S.A.	2,15	29,08
23	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2,17	29,45
24	GAZINCRED S.A. SCFI	2,21	29,92
25	BCO TRIANGULO S.A.	2,23	30,32

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

3. Período iniciado em **15 de abril de 2019**, conforme contrato celebrado em tal com taxa de 10,5% a.a.

Segmento : Pessoa jurídica Modalidade : Capital de giro com prazo superior a 365 dias
 Tipo de encargo : Pré-fixado Período inicial : 15/04/2019

1 de 2

Classificadas por ordem crescente de taxa

Período: 15/04/2019 a 22/04/2019

Modalidade: Pessoa jurídica - Capital de giro com prazo superior a 365 dias

Tipo de encargo: Pré-fixado

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BCO CATERPILLAR S.A.	0,81	10,19
2	BANCOOB	0,82	10,31
3	BCO RIBEIRAO PRETO S.A.	0,83	10,37
4	BCO VOLKSWAGEN S.A	0,88	11,02
5	BCO SOCIETE GENERALE BRASIL	1,07	13,63
6	BCO DO BRASIL S.A.	1,07	13,63
7	BCO SAFRA S.A.	1,13	14,46
8	BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	1,13	14,49
9	BCO ABC BRASIL S.A.	1,14	14,54
10	BCO MAXINVEST S.A.	1,16	14,85
11	BCO FIBRA S.A.	1,25	16,01
12	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	1,28	16,49
13	BCO PINE S.A.	1,34	17,38
14	BCO SOFISA S.A.	1,40	18,14
15	BCO DAYCOVAL S.A	1,50	19,52
16	BCO TRICURY S.A.	1,52	19,86
17	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,65	21,63
18	BCO BRADESCO S.A.	1,66	21,84
19	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	1,71	22,52
20	ITAÚ UNIBANCO S.A.	1,72	22,72
21	FACTA S.A. CFI	1,75	23,12
22	BCO DES. DE MG S.A.	1,80	23,86
23	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,90	25,34
24	BCO VOLVO BRASIL S.A.	1,92	25,59
25	BCO C6 S.A.	2,00	26,83
26	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	2,02	27,17

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

4. Período iniciado em **22 de junho de 2018**, conforme contrato celebrado em tal com taxa de 10,5% a.a.

Segmento : Modalidade :
 Tipo de encargo : Período inicial :

1 de 2

Classificadas por ordem crescente de taxa

Período: 22/06/2018 a 28/06/2018

Modalidade: Pessoa jurídica - Capital de giro com prazo superior a 365 dias

Tipo de encargo: Pré-fixado

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BCO VOLKSWAGEN S.A	0,88	11,06
2	BCO VOTORANTIM S.A.	0,98	12,48
3	BANCOOB	1,00	12,66
4	BCO RODOBENS S.A.	1,06	13,43
5	BCO FIBRA S.A.	1,08	13,70
6	BCO ABC BRASIL S.A.	1,12	14,32
7	BCO DO BRASIL S.A.	1,14	14,58
8	BCO SOFISA S.A.	1,24	15,93
9	BCO SAFRA S.A.	1,25	16,04
10	BCO CATERPILLAR S.A.	1,28	16,44
11	BCO VOLVO BRASIL S.A.	1,46	19,02
12	BCO PINE S.A.	1,49	19,35
13	BCO DES. DE MG S.A.	1,58	20,70
14	BCO DAYCOVAL S.A	1,59	20,83
15	ITAÚ UNIBANCO S.A.	1,60	20,96
16	BCO TRICURY S.A.	1,64	21,54
17	BCO BRADESCO S.A.	1,65	21,67
18	BCO LUSO BRASILEIRO S.A.	1,76	23,31
19	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,88	25,07
20	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1,98	26,47
21	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	2,00	26,80
22	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	2,03	27,21
23	BANCO TOPÁZIO S.A.	2,03	27,29
24	PORTOCRED S.A. - CFI	2,04	27,36
25	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	2,16	29,26
26	BCO DO EST. DE SE S.A.	2,18	29,46

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

5. Período iniciado em **11 de março de 2019**, conforme contrato celebrado em tal com taxa de 10% a.a.

Segmento: Modalidade:
 Tipo de encargo: Período inicial:

1 de 2

Classificadas por ordem crescente de taxa

Período: 11/03/2019 a 15/03/2019

Modalidade: Pessoa jurídica - Capital de giro com prazo superior a 365 dias

Tipo de encargo: Pré-fixado

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BANCOOB	0,88	11,07
2	BCO CATERPILLAR S.A.	0,88	11,08
3	BCO ABC BRASIL S.A.	0,97	12,23
4	BCO SOCIETE GENERALE BRASIL	1,01	12,77
5	BCO VOTORANTIM S.A.	1,02	12,95
6	BCO FIBRA S.A.	1,07	13,60
7	BCO SAFRA S.A.	1,18	15,07
8	BCO DO BRASIL S.A.	1,28	16,53
9	BCO DAYCOVAL S.A	1,41	18,25
10	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	1,46	19,01
11	LECCA CFI S.A.	1,52	19,79
12	BCO SOFISA S.A.	1,52	19,86
13	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	1,63	21,36
14	BCO BS2 S.A.	1,66	21,90
15	ITAÚ UNIBANCO S.A.	1,67	22,03
16	BCO DES. DE MG S.A.	1,71	22,56
17	BCO BRADESCO S.A.	1,75	23,07
18	BCO GUANABARA S.A.	1,79	23,66
19	BRB - BCO DE BRASÍLIA S.A.	1,92	25,63
20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,93	25,73
21	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1,94	25,89
22	BCO DO EST. DE SE S.A.	1,95	26,13
23	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,98	26,59
24	BCO BANESTES S.A.	2,09	28,22
25	BCO TRIANGULO S.A.	2,78	39,03
26	SOCINAL S.A. CFI	2,80	39,30

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 16 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
24/10/2019	1.847.176.855,07	Não aplicável	308.245.068	0	308.245.068
Tipo de capital	Capital Subscrito				
24/10/2019	1.847.176.855,07	Não aplicável	308.245.068	0	308.245.068
Tipo de capital	Capital Integralizado				
24/10/2019	1.847.176.855,07	Não aplicável	308.245.068	0	308.245.068
Tipo de capital	Capital Autorizado				
02/10/2019	0,00	Não aplicável	135.000.000	0	135.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
07/03/2016	Reunião de Sócios	07/03/2016	150.000.000,00	Subscrição particular	150.000.000	0	150.000.000	0,21716705	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Não aplicável, uma vez que o preço de emissão foi baseado no valor previsto no contrato social, quando a Companhia era uma sociedade limitada.								
Forma de integralização		Subscrito e Integralizado pelos sócios componentes do quadro acionário da Companhia através da capitalização dos valores.								
27/06/2016	Reunião de Sócios	27/06/2016	50.000.000,00	Subscrição particular	50.000.000	0	50.000.000	0,05947336	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Não aplicável, uma vez que o preço de emissão foi baseado no valor previsto no contrato social, quando a Companhia era uma sociedade limitada.								
Forma de integralização		Subscrito e Integralizado pelos sócios componentes do quadro acionário da Companhia através da capitalização dos valores.								
12/01/2017	Reunião de Sócios	12/01/2017	45.000.000,00	Subscrição particular	45.000.000	0	45.000.000	0,05052135	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Não aplicável, uma vez que o preço de emissão foi baseado no valor previsto no contrato social, quando a Companhia era uma sociedade limitada.								
Forma de integralização		Subscrito e Integralizado pelos sócios componentes do quadro acionário da Companhia através da capitalização dos valores.								
17/07/2017	Reunião de Sócios	17/07/2017	100.000.000,00	Subscrição particular	100.000.000	0	100.000.000	0,10687043	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Não aplicável, uma vez que o preço de emissão foi baseado no valor previsto no contrato social, quando a Companhia era uma sociedade limitada.								
Forma de integralização		Subscrito e Integralizado pelos sócios componentes do quadro acionário da Companhia através da capitalização dos valores.								
31/12/2017	Reunião de Sócios	31/12/2017	7.486,00	Subscrição particular	7.486	0	7.486	0,00007228	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão foi determinado por meio de Laudo de Avaliação da Avanti Propaganda Ltda. ("Avanti") e da Mondial Impex Ltda. ("Mondial"), elaborado por empresa especializada.								
Forma de integralização		Incorporação dos ativos e passivos da Avanti e Mondial pela Companhia.								
24/10/2019	Reunião do Conselho de Administração	24/10/2019	813.698.622,00	Subscrição pública	49.315.068	0	49.315.068	0,78563571	16,50	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão foi determinado por meio do procedimento de bookbuilding realizado no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia.								
Forma de integralização		Subscrição e integralização das ações ordinárias objeto da oferta pública inicial de ações.								

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
02/10/2019	1.035.720.002	0	1.035.720.002	258.930.000	0	258.930.000

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 17 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas da Companhia é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social.
Outras características relevantes	<p>A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3.</p> <p>De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral.</p> <p>A OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.</p>

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que os obrigue a realizar oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e do parágrafo único do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social 31/12/2019

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.587.570.000	19,08	14,79	R\$ por Unidade	17,11

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Primeira Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia, em seis séries
Data de emissão	03/04/2020
Data de vencimento	03/04/2023
Quantidade (Unidades)	60
Valor total (Reais)	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	501.598.939,63
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo respectivo Investidor Profissional e somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 9º-B da ICVM 539, nos termos dos artigos 13 e 15, respectivamente, da Instrução CVM 476, salvo na hipótese de exercício da garantia firme pela(s) instituições intermediária(s) da Oferta Restrita no momento da subscrição, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, oferta de resgate antecipado total (sendo vedada oferta de resgate antecipado parcial) das Notas Comerciais que será endereçada a todos os titulares, sem distinção, sendo assegurada a igualdade de condições a todos os titulares para aceitar ou não o resgate das Notas Comerciais por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago aos titulares das Notas Comerciais na hipótese de realização do resgate antecipado total das Notas Comerciais em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido: (i) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização até a data do efetivo resgate; (ii) de eventual Preço de Oferta de Resgate; e (iii) de demais encargos devidos e não pagos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	A Remuneração e o Valor Nominal Unitário devidos nos termos previstos nas Cártulas serão integralmente pagos pela Companhia, em uma única parcela, aos titulares das Notas Comerciais na Data de Vencimento de cada série (bullet).

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Nota Comercial	0	0	2

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

Na data deste Formulário de Referência, as ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no segmento especial de governança corporativa denominado Novo Mercado.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Em 2 de outubro de 2019, a Assembleia Geral da Companhia autorizou a realização de uma oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão no Brasil, nos termos da Instrução CVM 400, incluindo esforços de colocação das ações no exterior. O aumento do capital social da Companhia no contexto da oferta foi aprovado em Reunião do seu Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2019, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$813.698.622,00. Em razão do aumento, o capital social da Companhia passou de R\$1.035.720.002,00 para R\$1.847.176.855,07, deduzidos do montante de R\$2.241.769,00 relativo aos gastos com a oferta pública inicial de ações, mediante a emissão de 49.315.068 ações ordinárias, cada uma no valor de R\$16,50, passando o capital social da Companhia de 258.930.000 ações ordinárias para 308.245.068 ações ordinárias.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos provenientes da oferta pública primária e secundária que foi autorizada em 2 de outubro de 2019, após a dedução das despesas incorridas pela Companhia no âmbito da Oferta, foram destinados para (i) pré-pagamento de empréstimos entre empresas do mesmo grupo, sendo que para qualquer necessidade adicional de caixa para este fim, a Companhia utilizará recursos próprios; e (ii) expansão orgânica.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável pois não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 18 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não tínhamos valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 19 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação 02/10/2019

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função O acionista controlador, os administradores, os conselheiros fiscais, os membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os empregados e demais colaboradores da Companhia, do acionista controlador ou das sociedades controladas ou coligadas que, em decorrência de seu cargo, função ou posição na Companhia, no acionista controlador ou nas sociedades controladas ou coligadas, possam ter conhecimento ou acesso a qualquer informação privilegiada ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação tem como propósito estabelecer regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta e padrões de negociação de valores mobiliários de emissão da companhia, bem como evitar o uso inadequado de informações privilegiadas, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358").

A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Neste website, acessar, na página inicial, em acesso rápido, "Consulta – Companhias – Demonstrações, ITR, DFP, DF, Balanço, Fato Relevante" e digitar "C&A" no campo disponível; (ii) da Companhia (www.ri.cea.com.br); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>Pendência de Divulgação de Fato Relevante É vedada a negociação de valores mobiliários por Pessoa Vinculada que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia até que ela a divulgue ao mercado na forma de ato/fato relevante, conforme a Política. Também se aplica quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas, sociedade sob controle comum; ou houver sido outorgada opção ou mandato para isso; e quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.</p> <p>Após Divulgação de Ato/Fato Relevante Nesses casos, mesmo após a divulgação de ato/fato relevante, prevalecerá a proibição de negociação se ela puder interferir nas condições dos negócios com valores mobiliários, acarretando dano à Companhia/acionistas. Tal restrição deve ser informada pelo DRI.</p> <p>Período Anterior à Divulgação de ITR, DFP e Distribuição de Resultados Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários no período de 15 dias anterior à divulgação/publicação das informações trimestrais e demonstrações financeiras padronizadas. Tais restrições não se aplicam na hipótese de plano de investimento que atenda aos requisitos aplicáveis. Pessoas Vinculadas também não podem negociar valores mobiliários em período determinado pelo DRI, desde a decisão de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.</p> <p>Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Companhia O Conselho não poderá aprovar programa de recompra enquanto não forem divulgadas ao público informações sobre a celebração de acordo ou contrato para a transferência do controle acionário; outorga de opção ou mandato para o fim de transferência de do controle; ou existência de intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia. Caso após a aprovação de programa de recompra ocorra fato que se enquadre em qualquer das 3 hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com seus valores mobiliários até a divulgação do respectivo ato/fato relevante.</p> <p>Ex-Administradores Os ex-administradores que se afastarem da administração antes da divulgação pública de ato/fato relevante relativo a negócio/fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo de 6 meses ou até que tal ato/fato relevante tenha sido divulgado, o que ocorrer por último, observado o disposto abaixo. Se a negociação com os valores mobiliários, mesmo após a divulgação do ato/fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios em prejuízo da Companhia/de seus acionistas, os ex-administradores não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo mínimo de 6 meses após seu afastamento, devendo tal restrição adicional ser informada pelo DRI.</p> <p>Vedações Adicionais As vedações também se aplicam às negociações realizadas direta ou indiretamente por Pessoas Vinculadas caso estas negociações se deem por intermédio de pessoas ligadas; terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira ou de negócio fiduciário; ou qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de informação privilegiada, por meio de Pessoa Vinculada, sabendo que ainda não foi divulgada ao mercado. Não são consideradas negociações indiretas e não estão sujeitas à vedação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas acima, desde que não sejam exclusivos; e as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de qualquer forma ser influenciadas por seus cotistas.</p>
--	--

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 20 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Exceto pela “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante” (“Política de Divulgação”), que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019, a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções CVM 358 e 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proibem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.cea.com.br), bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (“Política de Divulgação”), que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 2 de outubro 2019, tem como propósito estabelecer elevados padrões de conduta e transparência, de observância obrigatória pelos: (a) acionistas controladores; (b) administradores; (c) conselheiros fiscais; (d) integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia; e, ainda, (e) empregados e executivos com acesso a informações relevantes, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso, divulgação de informações relevantes e negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.cea.com.br) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O acionista controlador, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, que tenham firmado termo constante da Política de Divulgação, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre ato ou fato relevante, conforme o item 4.3 da Política de Divulgação, serão responsáveis por comunicar ao Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.

A comunicação ao Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço ri@cea.com.br.

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

ato ou fato relevante – nos termos da Seção 5 da Política de Divulgação – tais pessoas deverão comunicar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

As pessoas inquiridas na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço ri@cea.com.br.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios nas entidades do mercado.

Quando os valores mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Sr. Milton Lucato Filho, Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 21 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.